



# Carmem

ERA UMA VEZ UM SERINGAL

Ormifran Pessoa Cavalcante



Edufac



*Carmem*

ERA UMA VEZ UM SERINGAL

Ormifran Pessoa Cavalcante



**Edufac**

**Carmem: era uma vez um seringal**

Ormifran Pessoa Cavalcante

ISBN 978-65-88975-53-4

Copyright ©Edufac 2022

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac  
Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial  
69920-900 • Rio Branco • Acre // edufac@ufac.br

**Diretor da Edufac**

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

**Coordenadora Geral da Edufac**

Ângela Maria Poças

**Conselho Editorial**

Adelice dos Santos Souza, Ana Carolina Couto Matheus, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria Poças (presidente), Antonio Gilson Gomes Mesquita, Carlos Eduardo Garçon de Carvalho, Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira, Dennys da Silva Reis, Esperidião Fecury Pinheiro de Lima, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Raimundo Alves Neto, Jáder Vanderlei Muniz de Souza, José Dourado de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Rafael Marques Gonçalves (vice-presidente).

**Coordenadora Comercial e Serviços de Editoração**

Ormifran Pessoa Cavalcante

**Imagem da Capa**

“Seringal Carmem”, Coleção “Tapa-Logo”, nº 82 (Lápis de cor, aquarelável, papel fabriano)

Lili F. (Eliana Castela)

**Projeto Gráfico e Capa**

Rogério da Silva Correia

**Revisão de Texto**

Ormifran Pessoa Cavalcante

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Ficha elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Acre**

---

C376c Cavalcante, Ormifran Pessoa Carmem: era uma vez um seringal [livro eletrônico] / Ormifran Pessoa Cavalcante. – Rio Branco: Edufac, 2022.  
153 p.  
ISBN: 978-65-88975-53-4  
1. Empates. 2. Trajetória. 3. Pecuarista. I. Título.

CDD: 981.112

---

Bibliotecário: Uéliton Nascimento Torres - CRB 11º/1074



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

**Ormifran Pessoa Cavalcante**

# **CARMEM**

ERA UMA VEZ UM SERINGAL



**Edufac**



À  
mamãe  
Ormindia Pessoa Cavalcante,  
por me ensinar a ler,  
e por ter me auxiliado brilhantemente  
em todos os âmbitos da vida,  
inclusive durante os três anos desta pesquisa,  
principalmente porque  
é uma maravilhosa avó  
para as minhas filhas.

À  
Amiga e professora  
Benedita Maria Gomes Esteves  
que, durante a orientação  
e com seu próprio exemplo,  
fortaleceu minha autoconfiança  
como profissional e como Pessoa.





# AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao *Pessoal do Carmem*, pela disposição em colaborar com a reconstrução da história daquele seringal, lugar em que viveram por muitos anos de suas vidas. Como diz Emiliano Rodrigues, “tendo nos últimos tempos passado por áreas de sofrimento, como foi o primeiro empate”.

À professora Benedita Esteves, à época como docente do Departamento de História da Ufac, por seu incansável trabalho em orientar-me. Em 2022, foi incansável nas recomendações para algumas atualizações e revisões da presente edição, por isso, agradeço ainda mais à Bené.

À Raieza e à Lis, que tiveram a grandeza de compreender minhas ausências e limitações nas atenções maternas, mesmo sendo ainda crianças. À querida mãe Orminda, que fez todo possível para que nada faltasse às suas netas, durante o período em que cursei o mestrado interinstitucional em História do Brasil, um convênio entre Ufac e Universidade Federal de Pernambuco.

À Nazira Camely, irmã de guerra, pela atenção, estímulo e enorme carinho, mas principalmente pelo ombro amigo nos momentos de “precisão”.

Ao amigo e eterno professor Reginaldo Fernando Ferreira de Castela, uma sentinela sobre minha disposição para a pesquisa. Ao meu amigo Marcos Afonso Soares de Oliveira (*in memoriam*), pelo apoio dispensado nas horas de trabalho, em particular pela contribuição na realização do primeiro capítulo desta obra.

À amiga Rosilene Sabóia, a Rosinha, pelo auxílio técnico. Nesse quesito, agradeço muito ao colega diagramador Rogério da Silva Correia, que gentilmente me ofertou os serviços para que o texto assumisse o formato de livro.

Às demais pessoas que colaboraram direta e indiretamente com o trabalho da pesquisa, dentre as quais, faço referência à amiga e professora Sandra Basílio, e aos meus irmãos Françoise, Franciormi e Jefferson.



*Semente Coração*  
(a Wilson Pinheiro)

Na minha terra  
se planta corações  
e nascem lutas dessas plantações.  
O chão é regado com sangue  
e as balas são sementes  
que fazem calos nas mãos.  
(Bruxinha)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> LIMA, Francis Mary et al. **Língua solta**: poetas brasileiras dos anos 90. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 88.



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>13</b>
-----------------------	-----------

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>25</b>
------------------------------------	-----------

## **CAPÍTULO 1**

### **A PECUÁRIA E O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA SOBRE O ACRE .....**

<b>ACRE .....</b>	<b>31</b>
-------------------	-----------

- 1.1 A agropecuária e a suposição sobre a existência de uma fronteira a ser ocupada..... 32
- 1.2 A década de 1970 e a afirmação do latifúndio no Acre ..... 39
- 1.3 A ação do Governo do Acre e a opção pela pecuária na década de 1970 ..... 43

## **CAPÍTULO 2**

### **CARMEM, ERA UMA VEZ UM SERINGAL .....**

<b>CARMEM, ERA UMA VEZ UM SERINGAL .....</b>	<b>51</b>
--	-----------

- 2.1 O contexto específico das lutas e o Seringal Carmem..... 52
- 2.2 Carmem: de seringal a fazenda ..... 62
- 2.3 A terra em meio a duas lógicas de produção ..... 67
  - 2.3.1 Com a fazenda, cria-se o impasse..... 76

## **CAPÍTULO 3**

### **MEDIADORES E TRABALHADORES DO CARMEM NA LUTA “PARA NÃO COMER CAPIM” .....**

<b>MEDIADORES E TRABALHADORES DO CARMEM NA LUTA “PARA NÃO COMER CAPIM” .....</b>	<b>79</b>
--	-----------

- 3.1 A Igreja Católica como mediadora de conflitos..... 81
- 3.2 A atuação do Incra na questão fundiária em Brasileia ..... 87
- 3.3 A Contag na criação dos sindicatos: o STR de Brasileia ... 89
- 3.4 A mobilização dos trabalhadores e a criação do STR de Brasileia ..... 94
- 3.5 O papel das lideranças na formação do sindicato ..... 96
- 3.6 O primeiro empate: uma forma de luta forjada “na precisão” ..... 105

## **CAPÍTULO 4**

### **“A VOLTA AO PASSADO” PARA NÃO PERDER A PERSPECTIVA - UM PRESENTE DE RESISTÊNCIAS NA VIDA DO PESSOAL DO**

#### **CARMEM ..... 117**

4.1 Fazendeiro *versus* seringueiro ..... 118

4.2 A indenização é “um cala-boca” ..... 123

4.3 Apesar da resistência dos seringueiros, uma fazenda  
abandonada..... 127

4.4 Os pioneiros da pecuária no Acre: contradições do modelo  
e a luta pela terra no Seringal Carmem ..... 131

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS .....137**

#### **REFERÊNCIAS..... 141**

#### **POSFÁCIO..... 152**

#### **SOBRE A AUTORA ..... 153**

# PREFÁCIO

*Humildade como técnica é o seguinte: só se aproximando com humildade da coisa é que ela não escapa totalmente.*

(Clarice Lispector)<sup>2</sup>

**E**ncantada é a palavra que talvez soe como apropriada para iniciar o Prefácio desta obra, cujo enunciado traz a ideia de um final recontado, exatamente porque se tem alguém com quem compartilhar. O título *Carmem: Era uma vez um seringal* abre espaço para o poético, onde o Ser se encontra por se identificar e ao mesmo tempo indica sobre algo que já passou, mas continua vivo. Diante desse desafio sinto que irei me transportar como mágica, no tempo, com certa familiaridade e distância. Rever infância, amigos, familiares, além desse lugar de pesquisadora, que me aproxima de outros estudiosos. Considero um momento de troca de experiências, para não morrer a arte de narrar e de encantar.

Em Benjamin (1987) é a narração que traduz a vida experienciada num determinado tempo. Narrar é compartilhar uma experiência e ofertar um saber tácito sobre o viver humano, é presentificar sabedoria, que nada tem haver com a erudição, mas com o fato de que alguém passou por inúmeras experiências – alegres, tristes, de dores ou de júbilo – e que encarna um saber a respeito da existência humana. O narrar apresenta um saber que é ao mesmo tempo, pessoal e transgeracional. A sabedoria atravessa gerações, pelas experiências narradas pela humanidade e é, portanto, verdade ancestral.

As proximidades teóricas nutrem “a alma do pesquisador”, pois indicam trocas de saberes que se tocam, através de uma comunicação com palavras ecoantes e em alguma medida ressoantes, permitindo tanto o surgimento do novo, da criação que se propaga como ondas. Com esse entendimento, me transporto para a pesquisa de campo de Ormifran, realizada entre os anos de 2000-2002, sobre a transformação social de trabalhadores seringueiros em colonos e moradores da periferia de Brasília, bem como dos consequentes desdobramentos de um seringal virar fazenda. O estudo ocorre na área do Município

2 Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/NjQxMjY5/>. Acesso em: 8 set. 2022.

citado, região do Vale do Acre. Na qualidade de estudo de caso, a atitude da pesquisadora privilegia os depoimentos dos entrevistados envolvidos e posicionados historicamente, garantindo o exercício de apreender o fenômeno da resistência do trabalhador seringueiro, ao mesmo tempo em que amplia e integra novos saberes.

Trabalho que ressignifica pelos caminhos percorridos, como os varadouros que ligam uma casa a outra dentro da floresta, como uma estrada ou perna de seringa que se entrecruza pelas disposições naturais das árvores. Expõe e transpõe por trazer a compreensão sobre o desdobrar dos múltiplos atores e acontecimentos que envolveram partes opostas e suas representações governamentais e não governamentais, por trazer ao nosso conhecer a tragédia de muitas famílias que viviam na e da floresta e, por muito mais o que cada leitor intuir. Os capítulos três e quatro deste livro são como um clarão que se abre sobre a floresta, para podermos pisar no chão do seringal e sentir com os que vivenciaram as agruras provocadas pelos “Senhores Estranhos” chegados de outros lugares, como São Paulo e outros Estados do Sul e Centro Sul do país.

Tais senhores receberam o codinome de “paulistas” pelos acreanos e, particularmente, pelos trabalhadores seringueiros. Concretamente são os convidados e novos aliados de governantes locais, políticos e instituições financeiras e governamentais, cujas práticas colonizadoras são similares a tantas outras ocorridas no país, como demonstra Ormifran, citando as bibliografias das frentes de ocupação, como nos casos estudados por Margarida Moura (1988), no sertão de Minas Gerais. Ressalto também os acontecimentos que marcaram o oeste catarinense, onde índios e caboclos foram expropriados sucessivamente. Renk (2004), estudando sobre essa região, afirma que o Estado desconsiderou indígenas e caboclos, principalmente por não produzirem a partir de um modelo de excedentes para comercialização, e por não possuírem os títulos de propriedade da terra. Essa região foi considerada como “vazio demográfico”, tal qual a Amazônia, particularmente, a partir da década de 1970.

No caso dos projetos de colonização oficiais no Brasil, a política de expansão nas áreas denominadas de “frente de expansão ou da fronteira agrícola”, historicamente se sobrepõe às frentes pioneiras de ocupação, e traz como pressuposto que o processo de ocupação



de terras “devolutas” deve ser realizado por “colonos imigrantes”, pelos estranhos, como princípio de superioridade racial. No caso do Sul, por exemplo, estava em jogo a difusão da ideologia do trabalho, ao mesmo tempo em que se constituía em um projeto de branqueamento da sociedade brasileira (RENK, 2004).

No Acre, a “limpeza da terra” para plantar capim e criar gado integra tais princípios ideológicos, desconsiderando e destruindo violentamente, as formas de organização social que haviam e que estavam em curso dentro da floresta, nos antigos seringais. “Limpeza da terra” é literalmente retirar as sujeiras, buscar perfeição e exatidão. Ressemantizar para aprofundar seu conteúdo: vem associada a afetações nominadas ao “desenvolvimento”, ao “velho agrarismo” que, expandindo seus territórios, se diz novo, moderno e diferente, pois os “novos donos” sempre chegam de longe, com um suposto saber. As entrevistas com o fazendeiro que se intitula de ruralista e chama para si a vocação do Brasil, delineada a partir dos “Estados mais tradicionais” (no caso citado, São Paulo e Minas Gerais), reafirma o discurso do colonizador.

A cada contexto histórico, a cada tipo de sociedade corresponde um modo de funcionamento da subjetividade. Esta é a consistência dominante, e é política, segundo Rolnik (2010). Essa possibilidade de mudar o significado de algo já realizado exige a mudança do olhar e da paisagem com práticas de desenraizamento, para consolidação da colonização como desejo que subjuga o nativo. Rolnik (2019, p. 65) entende a “condição-colonial capitalista como uma patologia histórica do inconsciente que funciona por meio de micropolíticas reativas num processo constante de transformação planetária”. Dessa forma, estamos diante da conseqüente perda de distribuição de direitos, da transformação de subjetividades no que lhe corresponde, pois as coisas precisam caminhar numa mesma direção, e acabam voltando ao mesmo lugar.

É essa repetição violenta da reatividade colonial que se mantém viva em todos os nós, que transforma a Amazônia em labaredas de fogo, destruição e mortes, como foi e é com as lideranças de quaisquer categorias de trabalhadores que falem em nome de forças vivas, povos indígenas, originários e viventes da e na floresta. Ocorreu assim com os líderes seringueiros que se tornaram vulneráveis,

como Wilson Pinheiro (1980) e Chico Mendes (1988), bem como outros membros dos Sindicatos, alguns anônimos, religiosos, e indígenas aos milhares. Nas décadas anteriores, o paradoxo em torno do desenvolvimento fora apropriado sem grandes dificuldades, pois o modelo agrarista, expansionista e coronelista já estava dado. Atualmente, com as mudanças globais e climáticas, o ideal de desenvolvimento subjetivamente não mudou: o agronegócio abarca as grandes plantações de soja, fazendas e, conseqüentemente, as grandes propriedades.

Diferentemente das décadas anteriores, a biodiversidade e o discurso preservacionista que inclui a sustentabilidade aparece na contramão da “limpeza da terra”. A evolução de parte de cientistas, pesquisadores e, conseqüentemente, da ciência reconhecem a importância da floresta, seja pela biodiversidade ou fatores climáticos, favorecendo a inclusão do solo e subsolo para serem protegidos. Novos aliados e novos mediadores? Algumas interrogações emergem: qual o direito de pertencimento e propriedade das populações originárias ou daquelas que aí vivem secularmente? Como olhar para elas, se o explorador-colonizador não as deseja? Enquanto escrevia este prefácio, acompanhei mais dois assassinatos no Vale do Javari, no Estado do Amazonas: Bruno Pereira, indigenista e Dom Phillips, jornalista inglês (2022).

As cidades acreanas, especialmente Rio Branco, capital do Estado, transformaram-se no que se denomina, por falta de nome, de periferia. O trabalho de livre docência de Albuquerque (2019) me faz intuir que essas se transformaram numa grande floresta sem árvores, rios e quaisquer alimentos nutritivos da vida criativa, apesar da luta pela aglutinação de algumas identidades étnicas, como os indígenas, que passam os dias sobrevivendo nas ruas e/ou em trabalhos esporádicos. Estes constroem espécies de ocas, nos terrenos baldios e escondidos, e se reúnem para dormir. Ormifran, no capítulo quatro, quando faz o percurso de um trabalhador seringueiro: de dentro da floresta, uma estrada de seringa até a periferia de Brasileia, assim como Albuquerque, descortina e constrói a ponte entre a cidade e o sobrevivente da floresta.

A vivência de campo da pesquisadora e os depoimentos colhidos elucidam o jogo de forças, como num “cabo de guerra”, no

sentido exato do termo da brincadeira de criança, onde duas equipes tracionam a corda numa competição. A ressalva é que aqui nunca foi brincadeira de crianças. Corajosamente, Ormifran não está pensando em vencidos e vencedores para poder revelar e sustentar o “cabo de guerra”. O que se destaca no seu trabalho é a marcação pessoal dos fatos com a estilização de pessoas envolvidas e situações: líderes seringueiros mortos, a fazenda abandonada depois da “limpeza da terra” e expulsão dos seringueiros, os projetos de assentamentos sem assentados, e a periferia de Brasileia, como saída indicada, torna-se um amontoado de casas e pessoas. O caso de Francisco Mesias é emblemático. Ex-seringueiro tinha 08 filhos quando foi expulso da colocação, mora na periferia de Brasileia e desde então, sofre de crises depressivas e perda de memória. Sua saúde é controlada por medicação. Em seu depoimento, a memória ficou retida no trauma, no acontecimento que marcou os conflitos e a expulsão.

A movimentação que Ormifran desenha a partir do capítulo dois, quando apresenta o seringal Carmem, ganha densidade como a floresta, traz sentido ao primeiro capítulo e dialoga com a teoria mencionada. A autora percorre as distancias entre os diferentes trajetos e trajetórias dos seringueiros, assinalados pelos desassossegos, incertezas ou inquietações oriundas da impossibilidade de continuar Sendo e Ser, diante de um não-lugar e das ameaças de morte. Talvez a poesia consiga captar alguns momentos similares. Andrade (1979), estudando Fernando Pessoa (Álvaro de Campos, In: *Poemas*), afirma que ele escreve para formular as questões de vida e morte da existência humana:

...Há entre mim e os meus passos  
Uma divergência instintiva.  
Há entre quem sou e estou  
Uma diferença de verbo  
Que corresponde à realidade...

A fuga de Pessoa é a criação de seus heterônimos, como Álvaro de Campos, e aqui, a fuga é a tentativa de recriar a si mesmo, como seringueiro que é capaz de fabricar seu produto, a borracha, e viver na relação com a natureza, com o que esta lhe oferece. A migração para os seringais da Bolívia se intensifica a cada crise do extrativismo e assinala dentre outras buscas, a consciência de é um Saber sobre si que acontece na relação com a floresta. Mesmo sendo estrangeiros

e submetidos às leis do outro país, esses trabalhadores são renomeados de brasivianos. Para Esteves (2003, p. 107) o que se evidencia são os limites de uma resistência e crença da identidade construída do Ser Seringueiro. Devaneios ou não, alguns acreditam que ali pode ser um recomeço, assim como o espaço acreano foi anexado ao Brasil, essa outra parte dos seringais bolivianos também pode ser.

Essa outra trajetória – Seringal Carmem, fazenda, projetos de colonização e periferia de Brasileia, ou outras cidades do Estado – marca um contraponto entre os brasivianos e os que moram nas periferias. A mobilidade dos entrevistados é assinalada pela paisagem do novo, do moderno e do desenvolvimento. Esses indivíduos não sabem mais quem são ou aonde ir e nem o que fazer de si e do seu viver. Os depoimentos respectivamente, de Rodrigues da Silva e do advogado Pedro Marques (Confederação dos Trabalhadores em Agricultura-Contag), no capítulo três, trazem à superfície o que é amedrontador para quem experiencia o desenraizamento: “Doutor, o homem brocou ao redor da minha casa, e agora derrubou tudo, e o que é que eu vou fazer? E o doutor: – Quando ele queimar, você como o capim. Ou o acreano pisa no batente pra o fazendeiro não desmatar, ou então vai comer capim...”

A pesquisa reflete a exclusão e o desenraizamento das populações que viviam na floresta: não são somente fenômenos sociais, mas também acontecimentos ontológicos. Fenômenos que rompem a possibilidade do ser humano habitar eticamente o mundo humano, com o corte dos vínculos que integravam constantemente os acontecimentos no mundo (ôntico) e o registro ontológico. Heidegger (1986) nos diz que o ôntico refere-se aos fatos da existência humana, enquanto o ontológico diz respeito às estruturas a priori, que definem as possibilidades realizadas em cada existência humana.

Weil (1943) nos ensina que o ser humano tem uma raiz por sua manifestação e ação real, ativa e natural na existência de uma coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos sentimentos do futuro. No seu estudo alerta para o desemprego, má qualidade de situação de trabalho, imigração, falta de instrução, etc. Considera o desenraizamento a mais perigosa doença das sociedades humanas, pois multiplica a si própria. Os desenraizados, segundo a mesma, ou caem em uma inércia de alma equivalente à morte ou se

lançam em uma atividade que perpetua o desenraizamento, podendo originar situações de intensa violência.

O diálogo possível de Ormifran com seus pares traz uma importante contribuição para a compreensão dos impactos sociais da frente pecuarista e amplia a coerência entre temáticas sobre esse período no Acre. É a especificidade do caso em estudo que constrói interconexões dos fatos específicos da destruição do seringal Carmem e o surgimento da fazenda, abrindo espaço para a percepção antropológica da desterritorialização dessa população, como outro elemento da dominação colonial.

Nessa perspectiva, a pesquisa de Albuquerque (2001), sobre o seringal Valparaíso no Vale do Juruá, também traz recortes de apreensão do cotidiano dos trabalhadores e foge à temática predominante, não menos importante, do surgimento dos sindicatos, como síntese da luta política naquele período. O autor traz uma contribuição sobre a luta dos seringueiros no Vale do Juruá, ampliando as lutas já registradas no Vale do Acre, do não pagamento da renda aos patrões, pelo uso da terra (colocações). Tais reflexões ganham maior sentido junto a este trabalho, enfatizando outra dimensão que não foi devidamente reconhecida, apesar de mencionada: contextualizando sobre a resistência dos seringueiros para permanecerem nos seringais. Tal processo antecede a criação dos sindicatos: a luta pela autonomia e permanência na floresta por direito ancestral adquirido. A colocação foi do avô, do pai, que sempre viveram ali. Nessa vinculação ancestral não cabiam mudanças, a priori, em relação ao uso da terra e da floresta. Por direito, cabia a conquista da colocação (da terra).

O capítulo três alarga o olhar do leitor para propósitos e projetos distintos dos mediadores mais contundentes e primordiais, no apoio à organização dos Sindicatos e reação dos seringueiros: Contag e Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra, com um instrumento necessário - o *Catecismo da Terra*. Tais projetos, baseados no Estatuto da Terra, contemplavam lutas pelo quinhão agricultável, e não as formas de viver no seringal, bem como não perceberam que a luta para permanecer sendo seringueiro era a motivação necessária.

A experiência dos projetos de assentamentos como proposta de uso da terra, endossada pela Contag, e o lugar de posseiro destinado ao seringueiro não encontrou eco, como o assobio do passari-

inho seringueiro que ressoa na floresta inteira. O que emerge na luta é subjetivo e real para os seringueiros: suas colocações, casas, roças, estradas de seringas, castanhais, a rede de parentesco no entorno, etc. A vida em comunidade é a vida no seringal indissociável, como define Albuquerque (2001, p. 298), nesta citação “...toda uma biodiversidade entranhada em uma sociodiversidade, sua luta foi e continua sendo pela questão vital da posse da terra”.

Ormifran, com sua intuição de pesquisadora, nos presenteia com seu trabalho de campo, num exercício próprio d’aquela que se faz presente diante do outro com profundo respeito para se mover e o promover sem se apropriar das falas ou situações. A humildade de um pesquisador diante dos entrevistados é o que o qualifica, pois está aí sua forma ética e estética com a qual lida com as pessoas envolvidas. Ormifran me faz lembrar trabalhos como de Ecléa Bosi (1994), no sentido da permissão concedida aos entrevistados para que estes expressem, absolutamente, por si mesmos as experiências alcançadas. *Carmem: era uma vez um seringal* conta e encanta a História real: envolve a luta e a resistência de uma comunidade seringueira para continuar a Ser Humano, com dignidade e pertencimento. Este é um sentido por direitos que é ontológico, no sentido heideggeriano (1986), pois diz respeito às estruturas a priori que definem as possibilidades realizadas em cada existência humana.

Comunidade, aqui significa solidariedade, que se manifestava no compadrio, como uma rede extensa de sustentação social, nas trocas de dias de trabalho, no trabalho de meia, nos adjuntos e nos empates. Solidariedade que alcança as formas políticas representadas nas lutas contra o pagamento da renda, bem como nas reuniões que antecediam as assembleias dos Sindicatos e a organização dos empates. Esse sentido comunitário que a luta assume envolve as mulheres que Ormifran, novamente, intuitivamente guiada pelo espírito do pesquisador, chega até elas: refiro-me a curiosidade, como espaço potencial que move e alucina com a suposição, com o olhar do pesquisador que tem faro, como qualquer outro animal percebe o ambiente ao seu redor.

*Carmem: era uma vez um seringal* me abraça de muitas maneiras, e não poderia ser diferente. Daí o encantamento ao escrever este prefácio. A configuração da luta pela posse da terra, neste espaço,

é o próprio viver seringueiro e este é comunitário. O título me levou para um lugar antigo, de infância, de criança, de sabedoria e criatividade onde a contação de estórias fazia sentido e povoava, aos poucos, um mundo subjetivo que estava sendo criados pela imaginação, gestos, tons das vozes dos personagens e, certamente as crenças ali sutilmente desenhadas, ganhando sentidos múltiplos, inclusive com silêncios significativos de uma narrativa baseada nas experiências dos habitantes dessa “Comunidade”.

Silêncio orquestrado pelos sons dos sapos ou das chuvas e ventos, ou ainda pelo canto das corujas, dentre outros. Esses arranjos também estavam na marcação de um tempo em sintonia com o espaço, harmonizando frequência e ritmo ressoantes com a floresta: o dia, o amanhecer, o entardecer e a noite. Definidos pelo ciclo da natureza, assim como o tempo de plantar a roça, de cortar seringa, colher castanha e as demais atividades. Havia uma constância e uma previsibilidade que favoreciam o processo necessário à criatividade humana, no sentido de uma lógica existencial, na construção de um si mesmo. Segundo Safra (2004, p. 113), o Homem por essência, é criador da sua semântica existencial.

A ancestralidade é parte da organização social que sustenta comunitariamente as famílias. As redes de parentescos consanguíneos e afins favoreciam um intenso compadrio. Famílias numerosas, redes de vizinhanças propiciavam encontros e festas. Era prática comum se reunir para rezar, especialmente, para as novenas de São Francisco e outras festas religiosas; os adjuntos (e, posteriormente, mutirões) eram destinados a atividades produtivas, como plantios domésticos, que inclui a roça, limpeza de varadouros e algumas construções, como casa de farinha, pontes etc. (ESTEVEZ, 2001)

As atividades produtivas da fabricação da borracha, a roça, a colheita da castanha tinham o sentido da manutenção da e para a família, enquanto mantenedoras da unidade de produção (colocação). Era parte significativa de expressão da vida comunitária, onde o fazer coletivo de tais práticas era comemorado e encerrado com celebrações: novenas, rezas (terços) e o forró, a dança que chega dentro da bagagem dos nordestinos. Todas como expressões contundentes do encontro humano, representativa de integração entre passado e pre-

sente. Cantar, rezar e dançar forró era uma reatualização de tempos e espaços.

Nos encontros, costumeiramente, também contavam causos, anedotas e adivinhações, desenhando um mundo que era ressignificado através de seus próprios mitos, músicas e crenças. Quantas vezes, adultos e crianças adormeceram ouvindo a história da mãe da lua? Ou se deixam saber que alguém ali está com panema (falta de sorte) por ter matado o veado, quando ainda tinha carne de caça em casa? Ou ainda, alguém que se perdeu na mata (floresta), pois estava enfeitiçado por alguma entidade e precisava vestir a roupa pelo avesso? Além das estórias (ou histórias) mirabolantes de cobras muito astutas e assombrações de alguma alma penada, do cabloquinho da mata, saci pererê e da mula sem cabeça? Dentre tantas outras. Havia os que juravam ter visto, escutado e conversado com esses seres.

Ao refletir junto com a autora, compreendi a importância de trazer novos saberes sobre a resistência desses trabalhadores. Resaltei o sentido de comunidade para o centro desta reflexão, pois assim, as palavras como luta, resistência, sindicato, mediadores, lideranças e empates não se esvaziam. O sentido dos empates, como diz a autora, no capítulo quatro, surge de forma inventiva ou natural. Seu entrevistado Carneiro da Silva, no capítulo três, conta que diante das ameaças, eles se reuniram e decidiram: "...foi quando a derrubada chegou para desacatar tudo mesmo...".

Empatar é impedir, sustar. Neste momento, a palavra ganha outra dimensão, para ser compreendida como ação criativa no processo que se desenvolveu no decorrer das necessidades e aspirações do convívio humano no interior dos seringais do Acre, onde a vida de cada um dependia profundamente da vida dos demais, e na ligação com a floresta. Existia uma interdependência entre o homem e a floresta, no trabalho que a transforma para a sobrevivência e faz surgir objetos de uso, como o sapato de seringa, as bolas, o saco para colocar nas costas (jamaxim) e carregar seus pertences. A vida acontecia criativamente: homem, floresta, as coisas, alimentos e trabalho. O *ethos*, no sentido do Habitar Humano, acontece nessa interdependência.

Existem muitas formas de escrever um prefácio. Espero ter convidado você, para a leitura do livro de Ormifran. Nossos encontros



acadêmicos são dominados por reflexões, intuições e lembranças de viagens a áreas de florestas. Conheci Ormifran na Universidade Federal do Acre, onde trabalhávamos. Seu interesse pela pesquisa foi crescente, e continua. Tivemos trabalhos anteriores a sua pesquisa de mestrado, para a elaboração de uma metodologia e sistematização dos dados de dois levantamentos, à época, denominado de sócio-econômico, para áreas de unidade de preservação ambiental, tais como as Reservas Extrativistas (Resex) Chico Mendes e da Floresta Estadual do Antimari (em Rio Branco).

O convite pode ser também você começar com a história: Era uma vez um seringal... e percorrer um antigo “varadouro”, no sentido de escolher um caminho que vai até a cidade da Brasileia, onde nasceu Ormifran, ou ao seringal Carmem e vivenciar a tensão do “cabo de guerra” que a autora experienciou tanto no campo, quanto durante a elaboração deste livro.

***Benedita Maria Gomes Esteves,***  
Professora de História – Ufac.



# CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse na pesquisa sobre o Seringal Carmem envolveu o cruzamento de fatores de ordem pessoal e política. Os instrumentos da pesquisa histórica, com destaque para o uso dos recursos da História Oral, possibilitaram estabelecer uma relação de conhecimento com a realidade dos agentes sociais que compõem o objeto. A perspectiva da história social e a contribuição incorporada de outros estudos no interior das teorias da História tornaram possível concretizar o sonho de poder sistematizar algumas percepções acerca de um pequeno espaço social na cidade de nascimento: Brasileira.

Muitos olhares podem evidentemente, ser construídos a partir de determinado ponto específico da realidade, podem até manter interseções, mas sempre funcionarão como uma janela para o mundo (RAPHAEL apud SOUZA, 1996).

O estudo busca uma reconstrução da história através do presente, da memória de quem vive em um tempo presente, que pode contar deste tempo revelando traços da vida no passado. Contando o passado, se surpreende em seus relatos, situações atuais (GOFF, 1992).

A história do movimento social no estado do Acre, apesar de recente, sobretudo em relação a outros Estados brasileiros, como por exemplo, os da região Nordeste, descreve diferentes espaços e momentos, delineando processos complexos. Por essa razão, prescinde de reflexão sobre as especificidades da construção histórica, social, política, econômica e cultural de trabalhadores seringueiros e ex-seringueiros<sup>3</sup>.

Esse grupo de trabalhadores passou por conflitos e transformações sociais na segunda metade do século XX, quando houve grande

---

<sup>3</sup> Ex-seringueiros é uma denominação pensada como recurso teórico para diferenciar as pessoas que, mesmo se identificando como seringueiros, não cortam mais seringa; que residem fora dos seringais, particularmente os ex-seringueiros do Carmem. O uso desse termo não é fruto de uma reflexão a respeito de uma possível nova identidade assumida pelos seringueiros.

modificação na economia local. Muitos desses processos foram semelhantes, mesmo sendo vivenciados por diferentes comunidades, mas isso não significa que estudos com enfoque mais geral consigam realçar as especificidades das realidades construídas nesse espaço.

Diante do exposto, destacam-se como fundamentais as abordagens sobre os movimentos sociais no Acre, realizadas por estudiosos como Duarte (1987), Paula (1991), Costa Sobrinho (1992), Calaça (1993) e outros. Esses autores abordam o conjunto dos acontecimentos privilegiando o conteúdo político de formação dos sindicatos e da participação das instituições mediadoras da luta dos trabalhadores. A reunião dessas análises é imprescindível para que o estudo de caso possa ser melhor percebido.

O viés de um estudo de caso possibilita trabalhar as particularidades de um movimento mais geral, a partir da ótica dos seringueiros e dos demais agentes sociais que vivenciaram o processo. Seu conteúdo enriquece o estudo mais amplo, acrescentando novos contornos a pesquisas já existentes. Não se trata de uma complementação, já que o estudo de caso tem completude em si mesmo. Mas, a escolha se deu pela possibilidade de reconstruir outras dimensões da experiência dos trabalhadores.

As referências bibliográficas sobre a historiografia social e economia foram suporte necessário ao estudo de caso sobre a transformação do Seringal Carmem em fazenda de gado na década de 1970, em Brasileira, no estado do Acre. Trata-se da reconstrução da história do Seringal até tornar-se fazenda, da instalação da Fazenda Carmem e seus desdobramentos sobre a vida das famílias seringueiras que moravam em seu interior, no momento em que o seringal passou por um esvaziamento dos seringueiros e foi apropriado pelos fazendeiros. É uma reflexão sobre os acordos indenizatórios entre seringueiros e fazendeiros. Faz-se alusão ao processo de demarcação da Reserva Extrativista Chico Mendes, que incorporou cerca de seis mil hectares da Fazenda, no ano de 1990.

No estudo do processo que expulsou seringueiros das colocações do Seringal Carmem, investigou-se a trajetória destes na resistência para não sair da terra. Nesse contexto, tem-se a oportunidade de refletir questões, como o processo migratório, decorrente da frente pioneira inaugurada com a empresa pecuarista no Acre; a questão

fundiária, a propriedade privada da terra, modelos econômicos de desenvolvimento implementados no Estado, organizações coletivas de trabalhadores rurais e seus mediadores. Nesse sentido, a obra reflete sobre o significado social do primeiro empate, como uma forma de luta que os seringueiros construíram para barrar os desmatamentos em suas colocações.

A reflexão sobre os empates foi resultado de uma preocupação em não reincidir no senso comum, que geralmente permeia a abordagem jornalística, e foi fruto também de uma demanda por parte dos entrevistados. Nesse sentido, o seringueiro Francisco Rodrigues Messias, ao comentar sobre os lugares onde se registra a história do Carmem, ressentiu-se de não conhecer os resultados das entrevistas fornecidas.

“Essa história não tá escondida. Não tá só no Brasil. Tivemos tantos repórteres aqui na história do Carmem, americanos, da Dinamarca, da França, da China, do Chile, da Itália. [...] Essas histórias rolaram por aí, não sei se tá no Brasil, mas no exterior, tá por todo canto (MESSIAS, jan. 2000 – Informações adicionais sobre as entrevistas ver Referências).

No depoimento observa-se certo enfado por parte do respondente em realizar tantos relatos, sem maiores retornos para eles. Precisavam de um estudo que focalizasse não só o momento daquela ação, mas processos que funcionaram antes, durante e depois, como afirmaram durante entrevista.

Os seringueiros do Carmem reconhecem-se heróis no sentido de terem “aberto o caminho para os outros” (RODRIGUES DA SILVA, jan. 2000), mas deixaram claro que tal reconhecimento não lhes serviu de consolo.

Foram os seringueiros do Carmem os primeiros a organizarem enfrentamento direto contra fazendeiros, que eram os agentes da destruição dos meios de produção essenciais ao sustento de suas famílias e de sua cultura. O Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR de Brasileira, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, a Igreja Católica e posteriormente, o Partido dos Trabalhadores, dentre outras instituições, foram organizações de apoio e encaminhamento da luta dos trabalhadores do referido seringal. Estes trabalhadores juntaram-se a vários outros na região, durante os empates e outros movimentos sociais, por melhorias das condições de vida no

campo. Mesmo após serem expulsos das colocações, os chamados ex-seringueiros fundaram uma associação de moradores, à qual deram o nome de Alegria do Carmem. Durante as entrevistas, notou-se que a criação dessa entidade apontava para uma ação de resistência à realidade da expulsão de suas colocações, uma expressão que revela vontade, firmeza e esperança de mudanças em suas novas condições de sobrevivência, agora nos bairros periféricos da cidade de Brasileia, aspecto que poderia ser tema de futuros estudos.

Percebe-se que vários são os liames a enfatizar na trajetória desses seringueiros. A pesquisa sobre os mesmos pode dar novos contornos à conhecida historiografia do Acre, marcada a partir da década de 1970.

A presente obra desenvolveu-se com base em pesquisas de campo no período de 2000 a 2002, tendo sido aprovada para obtenção do grau de mestre em História do Brasil, em um programa de mestrado interinstitucional vinculado às universidades federais do Acre e Pernambuco. Contou ainda com bibliografias sobre a temática, consultas a instituições acreanas ligadas à questão de terras, entrevistas com funcionários desses órgãos, consultas a dados cartográficos e dados de jornais escritos sobre a questão fundiária nas décadas de 1970-80.

A pesquisa de campo envolveu entrevistas informais, sem uma prévia definição das questões a serem tocadas com os ex-seringueiros, em sua maioria, registradas em fitas de áudio, que em sua íntegra, foram sendo transcritas por esta autora, em uma opção por preservar o modo peculiar de expressão da fala do seringueiro, em sua forma autêntica de revelar a memória dos fatos. É nessa forma peculiar de falar que as citações são apresentadas nesta obra; além disso, as falas estão referenciadas pelo sobrenome de cada entrevistado (às vezes, a identificação requer mais de um sobrenome), juntamente com mês e ano em que a conversa foi feita.

Foram também realizadas algumas visitas à Fazenda Carmem e à área onde se localizam os lotes indenizatórios. Os entrevistados constaram de ex-seringueiros residentes em Brasileia, líderes e dirigentes sindicais, algumas pessoas residentes no referido Município, fazendeiros e capataz da Fazenda, bem como de famílias residentes na área da Reserva Legal. Foram realizadas entrevistas informais

também com funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasileia e em Rio Branco; do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama/AC). A metodologia contou ainda com anotações durante as conversas e com a observação. Em todas as entrevistas obteve-se permissão para gravar e fotografar. A divulgação das informações coletadas foi autorizada verbalmente por ex-seringueiros e fazendeiros entrevistados.

Todas as referências bibliográficas citadas foram fundamentais para a construção da presente pesquisa. Pode-se atribuir a algumas delas uma contribuição maior, por tratarem de assuntos mais diretamente relacionados com o caso em estudo. Por exemplo, algumas forneceram informações sobre a pecuária na década de 1970 e seus desdobramentos sobre a história do Acre, inclusive de caráter estatístico; estudos sobre a história dos movimentos sociais na região amazônica, reflexões teóricas sobre as questões fundiárias.

Algumas referências são monografias de graduação, o que não desvaloriza o conteúdo das informações trabalhadas, pelo contrário, pois se considera que o Acre tem uma história recente, relativamente pouco explorada. Assim, os estudos monográficos realizados são de grande valia para a reconstrução da historiografia do Estado, não só pelo caráter inédito das temáticas abordadas, mas por serem escritos obedecendo aos critérios científicos da pesquisa e às normas técnicas de referências bibliográficas do país.

A consulta a mapas e imagens de satélite da Fazenda Carmem foi enriquecedor para o presente trabalho, bem como a mapas que descrevem a distribuição dos lotes indenizatórios, produzidos pelo Incra, em 1976. A visualização da Fazenda, em visita *in loco*, e mediante registros fotográficos, foram subsídios importantes para a análise.

Dados de jornais auxiliaram para a compreensão da década de 1970. São fontes de pesquisa indispensáveis ao historiador. Apesar de não se poder resgatar o contexto de fatos que ocorreram no passado, a imprensa da época permitiu conhecer sua ótica a respeito dos acontecimentos.

Houve algumas dificuldades na obtenção dos dados para a pesquisa. Os fazendeiros e capatazes dificultaram as entrevistas, mas

apesar disso, permitiram divulgar seus relatos, cujas informações foram essenciais para qualificar a investigação. Todos os atores sociais foram incluídos na construção do estudo. Em suma, os obstáculos promoveram o enriquecimento da experiência.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. A divisão dos mesmos seguiu uma ordem ditada pela emergência com que os assuntos foram surgindo ao longo da abordagem. À exceção do primeiro capítulo, os demais trazem análises que fogem à disposição rígida do tempo cronológico.

O capítulo inicial trata da pecuária e o avanço da fronteira agrícola sobre o Acre. Tem por finalidade principal contextualizar historicamente a década de 1970, nos âmbitos nacional e local.

O segundo capítulo - *Carmem: era uma vez um seringal*, introduz informações sobre o objeto de pesquisa, isto é, o Seringal Carmem e sua transformação em fazenda. Outras questões foram levantadas, a exemplo das lógicas de produção no extrativismo *versus* pecuária. Neste tópico foi iniciada uma discussão sobre os conflitos por terra no Seringal, como desdobramentos da incompatibilidade entre as duas lógicas de produção citadas.

Os mediadores da luta dos seringueiros são apresentados no terceiro capítulo, na medida de sua importância nesses encaminhamentos no Carmem. A rede de relações sociais foi sendo reconstruída entre seringueiros e destes com as entidades, à medida que aqueles ganhavam força de luta na resistência. Esses ex-seringueiros reconhecem em seus relatos que foram heróis, mas enfatizam que continuam lutando para sobreviverem como gente comum.

O quarto capítulo aprofunda o debate sobre os desdobramentos para os seringueiros da transformação do Seringal em Fazenda. A conclusão deste tópico aproximou-se das abordagens teóricas feitas por José de Souza Martins (1981; 1991a; 1991b; 1994), sobre a propriedade privada da terra, em sua contribuição para o estudo da propriedade capitalista, de como esta encerra em si uma contradição: ao expropriar o trabalhador que sobrevive da exploração de sua propriedade familiar, a propriedade capitalista, que vê a terra como reserva de valor, gera o seu oposto - a posse.



# CAPÍTULO 1

**A PECUÁRIA E O AVANÇO DA  
FRONTEIRA AGRÍCOLA  
SOBRE O ACRE**

## 1.1 A agropecuária e a suposição sobre a existência de uma fronteira a ser ocupada

**A** pecuária no Brasil, durante o século XVII, desenvolveu-se inicialmente como atividade econômica subsidiária à açucareira, no processo de ocupação do sertão nordestino. As duas atividades econômicas principais – açucareira e agropecuária, passaram a ocupar áreas distintas, quando não puderam mais coexistir no mesmo espaço territorial. Dentre os fatores de natureza econômica esteve o da criação de gado prejudicar as plantações de cana, que se expandiam pelas terras férteis do litoral do Nordeste. A partir da segunda metade desse século, com a decadência das relações com a economia açucareira, a atividade pecuária tendeu a ganhar maior autonomia (VELHO, 1972).

A ocupação das terras do interior pela pecuária ocorreu de forma extensiva e itinerante, induzida pelos estímulos da Coroa Portuguesa e o interesse de colonos em se tornarem senhores de terra e de gado. A economia criatória, portanto, tornou-se a principal responsável pela penetração e ocupação do interior brasileiro, nas regiões brasileiras do Nordeste, Centro-Oeste e Sul.

No início, a pecuária foi impulsionada pela atividade açucareira, mas com o desenvolvimento da colonização do Brasil, o mercado interno do gado foi ampliado, estimulando os pecuaristas. Em comparação com a agroexportação, a pecuária oferecia pouca rentabilidade. Na balança do comércio colonial contribuía com o couro, cujos resultados não excederam os 5% do valor da exportação do açúcar.

A garantia de continuidade da expansão da atividade criatória foi principalmente a disponibilidade de terras. Pouco exigente em relação à qualidade dos solos, a pecuária foi penetrando o interior, desde São Francisco até Tocantins, e ao Norte, alcançou o Maranhão. No século XVIII, a atividade criatória em Minas Gerais foi sendo desenvolvida nas áreas onde a mineração estava decadente.

Não obstante o crescimento da pecuária, ocupando extensas áreas, pouco significativo foi o incremento oferecido pela mesma à economia exportadora da Colônia. Os resultados econômicos da pecuária eram ínfimos, quando comparados aos da economia açucareira. Porém, a pecuária absorvia parte da mão de obra não absorvida

pelos engenhos. No interior do Brasil essas pessoas dedicavam-se ao criatório, cujo produto oferecia alimento à população colonial, constituindo-se em força motriz dos engenhos e matéria-prima para embalar o açúcar.

Ao longo de sua história, a atividade pecuária no Brasil variou entre tipos distintos, determinados pela proximidade ou distanciamento dos mercados. Quanto mais distante e isolada estava, mais próxima dos padrões da época colonial se apresentava.

Em meados do século XVIII, foram incorporadas à pecuária as terras do estado do Maranhão e iniciou-se a ocupação da região do Tocantins. A expansão sobre o território do Tocantins perdurou por quase todo o século XIX. Nesse processo de interiorização, o movimento de pecuaristas foi sendo estabelecido em áreas de terra onde predominavam campos naturais para pastagem. Em Goiás e Maranhão, as áreas de floresta serviam de margem a grandes extensões de campos naturais. Os pecuaristas imaginavam o mesmo em relação às florestas no estado do Tocantins. Porém, tal ideia tratava-se de uma ficção, tendo a pecuária, então, encontrado seus limites de expansão. Tais limites perduraram por muitos anos.

Em fins do século XIX, a referida ficção impulsionou frentes de expansão pecuária na Amazônia: “assim esses criadores se embrenham nos domínios da floresta amazônica, mal suspeitando a completa reviravolta que se iria operar no seu modo de vida” (VELHO, 1972, p. 31). Imaginavam esses pecuaristas poderem desenvolver-se como um suporte à recém economia extrativista. No entanto, dois fatores contribuíram para limitar o avanço da pecuária nessa região. Um dos quais, foi a própria estrutura da floresta amazônica, que não incluía os tão necessários campos naturais. O outro foi o estabelecimento da economia extrativista como atividade econômica principal. Além disso, as relações de produção no extrativismo são incompatíveis com a pecuária.

Ao atuar na região Norte, o movimento de colonizadores agropecuários, também chamados de Burgos, teve de se contrair. Ocorre que no final do século XIX, as florestas do Tocantins e da Amazônia se tornaram espaço privilegiado do extrativismo vegetal. Por muitos anos o extrativismo da borracha se manteve como atividade econômica principal, freando o desenvolvimento da agropecuária, que só

ressurgiu muito depois, com uma feição diferente daquela praticada nos Burgos (VELHO, 1972, p. 32-33).

É importante ressaltar que, mesmo anteriormente à atividade extrativista das chamadas drogas do sertão e da borracha, a região amazônica era ocupada por diferentes povos indígenas. Com a implantação dessa atividade, a população nativa sofreu drástica redução, teve seus territórios invadidos e foi afastada para terras mais interiores da floresta: “[...] a apropriação das reservas de árvores gumíferas se processou através da ocupação territorial, promovendo o afastamento das populações indígenas” (MARTINS, 1991, p. 67; GUERREIRO, 1996, p. 11).

A ocupação do território amazônico deve, portanto, remeter em primeiro lugar, aos povos indígenas. Em seguida ocorreram as migrações nordestinas, intensificadas na segunda metade do séc. XIX e durante a 2ª Guerra Mundial. Uma terceira transformação econômica e social, não menos significativa, deu-se com os projetos de colonização do Governo Federal. A partir dos anos de 1970, buscaram a região especuladores de terra e pecuaristas do Sul e Sudeste do país. Segundo as autoras Neves; Lopes, a atividade pecuária foi uma segunda conquista das terras do atual estado do Acre. A primeira se deu com a vinda dos nordestinos, no final do século XIX (NEVES; LOPES, 1989).

A existência de diferentes explicações sobre a ocupação da Amazônia torna este tema polêmico. Uma das estratégias políticas usada pela Ditadura Militar para legitimar a atuação de grupos capitalistas estrangeiros sobre essa região foi propagandear que esse território se constituía em um vazio demográfico.<sup>4</sup> É importante citar, no bojo da política governamental da Ditadura Militar, a Operação Amazônia, instituída em 1966. Tratava-se de substituir a economia extrativista, dominada pelo capital comercial, por empresas capitalistas agropecuárias, fortemente amparadas pelos incentivos estatais de natureza fiscal e monetária. Medidas restritivas ao capital mercantil extrativista foram adotadas, e os preços da borracha amazônica equiparados aos do mercado internacional, com reajustes abaixo da inflação vigente no país (RÊGO, 1992).

---

4 A mesma propaganda sobre o Território acreano foi utilizada pelo governo no início da década de 1970, assunto que será aprofundado mais adiante.

Segundo as conclusões de Rêgo, de modo geral, a migração de trabalhadores em direção à fronteira amazônica desde os anos 50 do século XIX, serviu para amenizar as pressões demográficas decorrentes das transformações capitalistas nas regiões de ocupação demográfica e econômica antiga, principalmente de Estados nordestinos. Na segunda metade dos anos noventa, houve uma ampliação das migrações não só para o Acre, mas também para o Maranhão, sul do Pará e norte de Goiás, atualmente área do Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. O destino desses trabalhadores que se estabeleceram no Norte era incerto. Podiam preceder, suceder ou chegarem juntos com o grande e o médio capital a serem aplicados na região. Assim como os latifundiários, fazendeiros e empresários nacionais e estrangeiros, também buscavam terra nova para explorar e viver (RÊGO, 1992).

A flexibilização da fronteira no Acre se trata de um processo vinculado à reocupação com base na atividade pecuária, cujas terras já vinham sendo ocupadas por seringueiros desde fins do século XIX. A pecuária chegou, então, ao Estado acreano impulsionada pela política econômica dos governos federal e estadual, fruto da expansão capitalista monopolista. Tal modelo se confrontou com as atividades extrativistas já instaladas há um século. A partir de então, a já tradicional economia da região Norte sofreu abalos em sua estrutura e as relações de produção foram desarticuladas (RÊGO, 1992).

Segundo Nunes (1991), as mudanças no espaço agrário ocorreram principalmente em virtude da política regional e federal de desenvolvimento e integração da Amazônia ao resto do país. Ocupar os *espaços vazios* da Amazônia foi uma alternativa para os problemas sociais que vinham assolando as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país. *Espaços vazios* (ou *vazios demográficos*) foi a expressão utilizada pelos governos militares para designar o espaço amazônico e assim justificar sua política de ocupação.

Desde 1953, com a Lei 1.806 do governo de Getúlio Vargas, vinham sendo estimuladas atividades agropastoris nas áreas apontadas como vazias, na Amazônia. Na década de 50 e seguintes, ocorria no Brasil um processo de modernização da agricultura, que implicou na introdução de novas formas de trabalho no setor rural e de ocupação desse espaço. Esse redirecionamento da política agrária estava vinculado ao projeto de transformação da economia nacional.

O Jornal Varadouro<sup>5</sup>, em matéria sobre migração, apontou os motivos do destacamento de agricultores com destino ao Norte do Brasil. Segundo essa fonte, foi determinante a propaganda do governo Médici, cujo slogan era: *Vá para a Amazônia que o governo dá cobertura. Vá para a Amazônia.*



Então o pessoal, já um pouco atormentado lá no Paraná, devido à mecanização das terras e por causa dos latifúndios que tomaram conta de tudo, foi saindo...<sup>6</sup>

Na década de 1960, a ação do Estado para estimular a economia da Amazônia atraía latifundiários, empresários e fazendeiros, com incentivos fiscais, isenções tributárias e vantagens creditícias. Essa política induzia à implantação de projetos agropecuários na região. Na perspectiva de Silva (1991), foram os incentivos fiscais concedidos a investidores da região Sul e Sudeste, que os atraíram para o Norte do Brasil. A Lei nº 5.174 foi o respaldo legal de tal procedimento.

Os reflexos dessa política foram quase que imediatos. Segundo Neves; Lopes (1989), nos espaços onde a pecuária foi se estabelecendo, alterava-se significativamente o uso do solo e novas correlações de forças iam sendo instauradas no Acre. Portanto, na década de 1970, esta atividade passou a ser objeto de diversos tipos de incentivos estatais.

Em relação à agropecuária, foi criado o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia, cujo objetivo era promover potencialidades e investimentos de atividades produtivas privadas em áreas prioritárias na região. O território do estado do Acre era uma delas (RÊGO, 1992).

Em seus estudos sobre a pecuária no Acre, Silva (1991) fez referência a outros tipos de incentivos utilizados pelo governo acreano via Banco da Amazônia S.A. – Basa, no sentido de viabilizar a pecuária bovina local. Nessa lista se incluía o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agropecuária do Norte e Nordeste (Proterra), o Programa Especial de Crédito Rural Orientado (Pecro), créditos de investimentos, créditos fundiários, Programa de Estímulos ao Emprego de Fatores Técnicos de Produtividade Agropecuária (Fator), Plano Estadual de Aplicação de Crédito Rural (Pesac), Programa de Desenvolvimento da Pecuária (Propec). Esses são apenas alguns, mas

<sup>5</sup> Jornal considerado como um dos mediadores da luta pela terra no Acre, que retratava ao lado dos trabalhadores rurais a quase totalidade do que estava ocorrendo nesse âmbito.

<sup>6</sup> MIGRAÇÃO uma história de cem anos. **Varadouro**. Rio Branco, v. 1, n. 4, p. 9-12, set. 1977.

servem para dimensionar a política governamental para desenvolver a pecuária do Acre (SILVA, 1991).

No entanto, avaliando-se a evolução das condições de lucratividade na pecuária acreana, é perceptível o mal dimensionamento do projeto. A situação dos mercados nacionais e internacional da carne tornou-se crítica, desmobilizando as iniciativas governamentais, de caráter emergencial, de construção de estradas BR 317 e 364, para exportar principalmente pelo Oceano Pacífico.

Por outro lado, o rebanho do Acre não alcançou os patamares de desenvolvimento e qualidade tradicionalmente praticados nas regiões Sul e Centro-Sul do país. A competitividade entre a pecuária do Acre e a do eixo Centro-Sul tornou-se impraticável, dado o baixo valor relativo do gado acreano. Conseqüentemente o produto do Acre não se incorporou satisfatoriamente ao mercado nacional e internacional.

Na década de 1980, outro fator veio contribuir para o baixo desenvolvimento do gado no Acre. Tratava-se da suspensão dos estímulos que vinham sendo oferecidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A partir de então, os recursos financeiros oferecidos por esse órgão foram canalizados para fora da região acreana, sob a justificativa de que tal atividade era danosa ao meio ambiente.

Silva (1991) concluiu que, em relação ao extrativismo da borracha e castanha e a agropecuária, a economia local esteve sempre subordinada às combinações entre o capital internacional, nacional e estatal. A burguesia local sempre esteve em acordo com as perspectivas traçadas pela política econômica global.

Em termos gerais, o desenvolvimento da pecuária no Acre pode ser dividido em três fases. A primeira se deu no início da década de 1970, quando as pastagens eram produtivas, mas em seguida, tal produção foi reduzida, em virtude do esgotamento do solo pelos pastos, quando novos desmatamentos tinham de ser praticados. No primeiro momento desse procedimento, a produtividade era excelente para o gado de corte, pois a derrubada de biomassa da floresta incorporava-se ao solo tornando-o fértil. Após isso, o tipo de forragem plantado novamente não apresentava a mesma qualidade do primeiro plantio.

Com a invasão de plantas danosas na área de cultivo do capim, novos desmatamentos se faziam necessários. Este ciclo inviabilizou a pecuária logo nos primeiros anos de produção.

A segunda fase da pecuária do Acre compreendeu o período entre 1979 e 1986. Nesta fase, as áreas degradadas aumentaram, mesmo com experimentações tecnológicas em curso. O terceiro momento da pecuária se deu com a proibição pelo Governo Federal de se continuar investindo em atividades que viessem agravar a situação do desmatamento na Amazônia.

A ocupação do território acreano esteve sempre intermediando, orientando e promovendo a viabilização dos interesses articulados à reprodução do capital. O que parece ter causado impactos no uso do solo e nas relações sociais foi a junção de dois fatores: a crise dos seringais e a campanha de modernização do Acre durante o Governo Wanderley Dantas, de 1971 a 1975 (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1999).

As crises cíclicas do extrativismo da borracha possibilitaram o avanço da pecuária. Inicialmente, a atividade concentrou-se próximo à capital do Estado, aos municípios e ao longo das estradas que os interligavam, bem como substituiu o extrativismo nos seringais mais importantes. A principal área de exploração ficava ao longo da BR 364 e 317, pois ali encontravam fácil acesso aos mercados.

Até o final da década de 1960 e início de 1970, a economia acreana era exclusivamente extrativista, com base na produção da borracha, castanha, couros e peles. Era uma economia dependente das flutuações no mercado internacional. Voltava-se inteiramente para exportação dos produtos locais mencionados, enquanto importava os bens necessários à sobrevivência da população.

As terras estavam concentradas nas mãos de poucos, de conformidade com a estrutura de produção própria do extrativismo da borracha. A partir do avanço da pecuária extensiva, a concentração de terras não sofreu grandes alterações, mas o uso do solo e das forças produtivas se alterou significativamente.



## 1.2 A década de 1970 e a afirmação do latifúndio no Acre

As raízes da concentração fundiária no Acre estão relacionadas com a formação dos seringais. Desde então, a terra sempre esteve concentrada em sua propriedade. Na década de setenta, ocorreu a mudança em relação à propriedade e uso da terra, quando os seringalistas perderam o predomínio para investidores originários de outras regiões. Mudaram-se os donos, mas a grande extensão dos imóveis rurais permaneceu, e, em alguns casos, até ficou maior que a área dos seringais mais produtivos.

O índice de concentração fundiária Gini<sup>7</sup> para o Acre ainda é o mais alto do Brasil. Em 1996 era de 0,94, enquanto que o Gini para o país era de 0,84. No ano de 1978, época da corrida pelas terras, este índice chegou a 0,96. Em 1984, houve uma redução para 0,91, provavelmente em consequência do processo de implantação dos projetos de assentamento (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1999).

A Tabela 1 demonstra a alta concentração fundiária existente em algumas regiões do Brasil, e em duas microrregiões do Acre (NEVES; LOPES, 1989, p. 95).

TABELA 1

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO
Alto Purus	AC	0,96
Alto Juruá	AC	0,92
Baixo Amazonas	AM	0,92
Rondônia	RO	0,90
Recife	PE	0,90
Corredeiras do São Francisco	BA	0,90
Mata Úmida Pernambucana	PE	0,89

Fonte: Incra, Informativo Técnico 4, Zoneamento Agrário 1ª Fase. 1978.

Uma rápida análise dos dados apresentados na Tabela 1 orienta sobre o problema da concentração fundiária brasileira em 1978. O

<sup>7</sup> Gini é um indicador que demonstra medida de concentração, no caso em questão, da propriedade fundiária. Seus valores variam entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior será a concentração da terra, do contrário, isto é, aproximando-se de zero, menor concentração fundiária.

Acre apresentava-se como o Estado onde a concentração era mais elevada. Este quadro se agravou em decorrência da política governamental na década de 70.

O crescimento de áreas exploradas pela agropecuária no Acre é demonstrado na Tabela 2. Observa-se através dos dados de 1920 a 1975 que as propriedades com área de 100 a 1.000 hectares passaram de 303 unidades em 1920, para 14.014 em 1975, correspondente a uma taxa de crescimento de 4.615%.

**TABELA 2**

<b>ESTABELECIMENTOS DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA RECENSEADOS, SEGUNDOS OS GRUPOS DE ÁREA - ACRE - 1920-1975</b>						
<b>GRUPOS DE ÁREA (ha)</b>	<b>ESTABELECIMENTOS</b>					
	<b>1920</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.170</b>	<b>1.047</b>	<b>1.701</b>	<b>3.676</b>	<b>23.102</b>	<b>25.001</b>
10 a menos de 100	647	540	1.163	2.792	9.382	10.749
100 a menos de 1000	303	124	183	387	13.528	14.014
1000 a menos de 10 000	150	137	154	238	173	103
10 000 e mais	70	197	201	252	19	16
Sem declaração	-	49	-	7	-	119

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário - Acre, 1975.

O estudo sobre o Seringal Carmem requer análise sobre o problema fundiário acreano. Para tanto, torna-se necessário introduzir alguns comentários sobre as características do referido Seringal.

O Seringal Carmem localiza-se no Município de Brasileia, situado na regional do Alto Acre, onde se incluem ainda os municípios de Assis Brasil, Etipaciolândia e Xapuri. Considerado em seu conjunto, o estado do Acre ficou subdividido em regionais de desenvolvimento, incluindo o Baixo Acre, Purus, Tarauacá/Envira e Juruá (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1999, p. 45).

Brasileia possui uma área de 4.356,4 km<sup>2</sup>, equivalentes a 435.640ha. Compreende 2,84% do território acreano e faz fronteira com Bolívia e Peru. A região desse município não apresenta o maior índice de concentração fundiária do Estado.

Em Brasileia foi instalado grande número de projetos de colonização por volta da segunda metade da década de 1970. Dos 7

projetos implantados na regional do Alto Acre, 5 situam-se nesse município. Por si, esses dados sobre a implantação dos projetos de colonização em Brasileia são reveladores do alto nível de fragmentação das famílias ligadas à terra pela atividade extrativista. Porém, a colonização não tem representado necessariamente a garantia da fixação do trabalhador rural à terra, ocorrendo uma alta rotatividade de famílias, que aí não encontram condições de sobrevivência. Portanto, “se a terra é condição indispensável para a democratização das condições de produção rural, não é condição suficiente” (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1999, p. 45).

Na Tabela 3, apresentam-se dados de 1999, relativos à estrutura fundiária de Brasileia, com referência a estabelecimentos e área em hectares.

**TABELA 3**

<b>ESTRUTURA FUNDIÁRIA - ESTABELECIMENTOS E ÁREA DAS PROPRIEDADES EM BRASILEIA-AC, 1999</b>		
<b>GRUPOS DE ÁREA (ha)</b>	<b>ESTABELECIMENTOS</b>	<b>ÁREA (ha)</b>
Até 50	228	7.572
50,1 a 100	890	69.485
100,1 a 500	121	21.179
500,1 a 1000	3	2.243
1000,1 a 5000	11	24.920
5000,1 a 10000	5	35.129
+ de 10000	3	55.246
<b>TOTAL</b>	<b>1.261</b>	<b>215.775</b>

Fonte: ZEE/Acre, 1ª Fase, v. II, 1999, p. 46.

Em uma análise rápida, observando-se os dados da Tabela 3, pode-se concluir que o município de Brasileia não apresenta uma concentração fundiária das mais significativas na região. No entanto, comparando-se os lotes dos grupos de área entre 50,1 a 500 hectares e os do grupo com mais de 10 mil hectares, percebe-se uma alta concentração. Um volume de terras da ordem de 69.485ha está distribuído entre 890 estabelecimentos de 50,1 a 500ha cada, enquanto que um montante de terra da ordem de 55.246ha encontra-se em mãos de apenas 3 proprietários. A área do estabelecimento vendido como Seringal Carmem compreendia 10.191ha. Constata-se que nesse primeiro grupo de área, o qual representa 69.485ha, tem-se 890 esta-

belecimentos, enquanto que no grupo com área superior a 10.000ha, que representa 55.246ha, encontram-se apenas 3 estabelecimentos. O Seringal Carmem situa-se neste último grupo, com 10.191ha.<sup>8</sup>

Para caracterizar melhor os aspectos relacionados à estrutura fundiária de Brasileia, verifique-se a Tabela 4. Nesta, o município aparece juntamente com os territórios de Assis Brasil e Epitaciolândia, que à época de 1970, ainda não haviam sido elevados à categoria de municípios. Na referida tabela estão incluídas apenas áreas de terra cadastradas, e dentro deste universo é apresentado o percentual de áreas exploradas e inexploradas. Área de terra explorada é o espaço dentro do imóvel rural onde se desenvolve, de forma sistemática, algum tipo de atividade econômica. Nas áreas inexploradas isso não acontece (NEVES; LOPES, 1989, p. 95).

**TABELA 4**

<b>ÁREAS EXPLORADAS E INEXPLORADAS, SEGUNDO O MUNICÍPIO DE BRASILEIA - 1972 E 1976</b>					
<b>ANO</b>	<b>ÁREA TOTAL CADASTRADA (ha)</b>	<b>ÁREA EXPLORADA</b>		<b>ÁREA INEXPLORADA</b>	
		<b>ha</b>	<b>%</b>	<b>ha</b>	<b>%</b>
1972	420.388	383.462	91	36.924	9
1976	520.451	391.529	75,3	128.922	24,7

Fonte: Neves; Lopes (1989, p. 112 e 123).

Entre os anos de 1972 e 1976 o acréscimo de imóveis cadastrados foi relativamente pequeno. Em 1972, a área explorada nesses imóveis era de 91%, tendo caído para 75,3% em 1976. Como, a partir de meados da década de 70, foram implantadas as primeiras fazendas de gado, pode-se inferir que o decréscimo do percentual de áreas exploradas no interior dos imóveis rurais foi provavelmente, consequência da lógica de produção da atividade pecuária, que não otimizava o recurso terra. A taxa de áreas inexploradas subiu de 9% em 1972, para 24,7% em 1976, confirmando a lógica tradicional da pecuária, conforme mencionado.

Os dados da Tabela 4 referem-se a anos distintos com relação ao desenvolvimento da atividade pecuária no estado do Acre, e par-

<sup>8</sup> ACRE. Certidão da Comarca de Brasileia, Serventia Imobiliária, folha 40v., Livro 2-a, registro matrícula nº 36, de 18 de agosto de 1976.

ticularmente, no município de Brasileia. Em 1972, quase não haviam sido implantadas fazendas de gado. Tal processo foi sendo intensificado a partir de 1974.

A introdução da pecuária no Estado inicialmente seguiu o eixo da BR 317. As maiores transformações ocorreram no Alto Acre, especificamente no trecho Rio Branco-Assis Brasil, passando por Xapuri e Brasileia. O antigo Seringal Carmem situa-se à beira dessa estrada, que liga Brasileia a Assis Brasil – este último município à época, estava em processo de criação. Foi nesse trecho rodoviário que se estruturou grande parte da agropecuária da região.

A concentração da propriedade fundiária no Acre se deu, portanto, a partir do extrativismo, baseado no binômio castanha-borracha. Na década de 1970, mudou-se o tipo de proprietários rurais, mas a concentração fundiária permaneceu inalterada, em alguns casos até aumentou. O que mudou substancialmente foi a utilização dos recursos naturais. Nesse processo houve uma destruição significativa desses recursos, associada ao desemprego da mão de obra estabelecida na região. Neves; Lopes (1989, p. 128) afirmam que “de 1969 a 1977 cerca de 80% das terras acreanas foram vendidas a investidores de outras regiões”.

Portanto, em pouco tempo, os fazendeiros haviam comprado a maioria dos seringais na região do Alto Acre. Com isso, teve início um subaproveitamento das terras, como informam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 1975, existiam 120.143 cabeças de gado para 124.104ha de pastos, isto é, 1 animal por hectare. Conforme informações de Silva (1999, p. 36), em 1988 existiam 320.429 cabeças de gado na região do Purus. Rio Branco possuía 106.309, seguido de Xapuri e Brasileia, com 59.086 e 57.170 cabeças, respectivamente. A regional do Alto Acre tornou-se aquela com maior rebanho bovino no Estado.

### **1.3 A ação do Governo do Acre e a opção pela pecuária na década de 1970**

No processo de pecuarização do estado do Acre destacou-se a ação governamental de Wanderley Dantas. Muitos estudos apontam-

-no como um dos maiores responsáveis pelas transformações econômicas e sociais decorrentes da política de incentivos à pecuária. Para o entendimento desse processo convém observar o maior número possível de correlações de forças que resultaram nessa opção para impulsionar o desenvolvimento acreano, nesse período.

Antes, porém, convém fazer uma breve reflexão sobre modelos de desenvolvimento, ressaltando que não é objetivo deste trabalho discutir as diversas e complexas abordagens sobre a conceituação do *desenvolvimento*. Procura-se, aqui, reconstruir as diretrizes dos modelos de desenvolvimento que resultaram em estímulos à agropecuária no estado do Acre, durante o governo de Wanderley Dantas, bem como estabelecer uma crítica à noção de progresso, largamente usada como justificativa às ações daquele governo.

Segundo alguns estudiosos, as formas de desenvolvimento, principalmente em se tratando de políticas governamentais, estão sempre associadas a uma escolha política, que, a seu turno, acha-se vinculada a interesses de grupos hegemônicos em permanentes embates no interior dos aparelhos de Estado (RÊGO, 1992; SILVA, 1982).

A partir de estudos sobre o conceito de desenvolvimento, pode-se observar como este termo vem servindo, em diferentes sociedades, como uma espécie de invólucro para qualquer tipo de conteúdo de ação política, econômica ou social. Também é usado na defesa de diferentes objetivos, de acordo com as situações e conveniências de quem os defende. Dentre esses conteúdos, pode-se relacionar o progresso, a modernidade ou mesmo a sustentabilidade. Em nome desse desenvolvimento justificam-se práticas que, em sua maioria, não contribuem eficazmente para a melhoria das condições de vida humana (SILVA, 1999, p. 4-17).

As iniciativas governamentais de Dantas estiveram interagindo com condicionantes nos âmbitos internacional, nacional e local. Seu lema era “progredir sempre, para beneficiar”. A idéia de progresso sempre esteve presente no discurso de Dantas, na qual se fez referência ao Acre, à Amazônia e ao Brasil:

“ Os olhos dos brasileiros se voltam para a Amazônia. Espera-se progresso que nessa região se delinea. Porque as perspectivas correspondem às esperanças, a nação atribui parte considerável de sua força para consubstanciar

esse desenvolvimento. É um tempo de progresso (ACRE, 1971, p. 35-37).

Hirst (1977), em seus estudos sobre os fundamentos conceituais da idéia de progresso, supõe que toda proposição tem um cunho teórico. Nesse sentido, no campo da política, quando alguém assume o poder, é comum que se apoie em uma ou mais ideologias. O discurso governista de Dantas, em consonância com isso, esteve baseado na noção de *ordem e progresso*. A idéia de progresso, segundo Hirst, vincula-se a uma tendência geral onde formas superiores sucedem formas inferiores, processo que se traduz no progresso sintetizando o progresso. A intenção, entretanto, tem um fundamento teleológico, isto é, está predeterminando um fim, o que tende a negar o conteúdo do processo histórico. Assim, vincular o desenvolvimento ao progresso e por sua vez, o progresso ao estado de felicidade humana pode se tornar uma falácia (HIRST, 1977, p. 14).

Referindo-se também à noção de progresso adotada pelo governo local no Acre, Lima (1977, p. 3-4) afirma:

“ É de se duvidar que hajam alternativas de progresso que sejam mais que atalhos ou acidentes de percurso provocados por agentes do Governo, da Universidade, da Igreja ou outras instituições na marcha triunfante da grande empresa capitalista.

Tendo em vista a orientação do governador Dantas mencionada, esse gestor acreano tecia elogios frequentes aos governantes da época, chamados de “revolucionários” do Golpe de 64, principalmente ao então Presidente da República Emílio Garrastazu Médici. Estes eram apresentados como responsáveis por restabelecer a ordem à nação brasileira, e conseqüentemente o progresso.<sup>9</sup>

Convém ressaltar que o avanço da fronteira agrícola, fundamentada na ideologia do progresso para Amazônia Legal não se deu uniformemente em toda a região. De acordo com o artigo 2º, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, a Amazônia Legal abrange os estados do Acre, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda parte dos estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão. Assim sendo, o Acre, no início da década de 1970, com a administração Wanderley Dantas, experimentou um desenvolvimento econômico em que o fator capital antecipou-se à própria força de trabalho que o produz. Em outros Estados o processo foi diferente. No Amazonas, por exemplo,

9 O motivo pelo qual eram considerados revolucionários e que sentido tinha isso não é objeto do presente estudo.

foi instalada a Zona Franca de Manaus e em Rondônia foi implementado o garimpo. Em consequência dessa opção de desenvolvimento, ocorreu grande movimento no interior do Estado acreano, com intensa migração no sentido floresta-cidade (COSTA FILHO, 1995).

Na década de 1960, o Estado brasileiro atendia a uma lógica de desenvolvimento capitalista dependente. Os produtos para exportar eram os mais valorizados. Foi instituída uma política agrícola que subordinava a agricultura brasileira aos interesses do setor industrial. A ordem era exportar mais para que o Brasil pudesse integrar-se ao mercado mundial de produtos industrializados, via importação de maquinários, implementos agrícolas e outros insumos modernos. Essa política tornou-se plenamente viável nacionalmente, dada as facilidades de fluxo de capitais internacionais. Acrescentava-se a isso a doação de produtos químicos e outros implementos agrícolas, no bojo do movimento chamado de Revolução Verde.

Porém, associada à modernização da agricultura brasileira, surgiram dificuldades com os conflitos pela propriedade da terra em todo o país. A demanda por emprego, gerada pela monocultura, não absorvia a totalidade da mão de obra existente. Além disso, tratava-se de uma atividade com estrutura fundiária baseada no grande latifúndio. Na época, aquilo que Martins chamou de *frentes de expansão*, avançava para a região Centro-Oeste, rumo à região Norte do país (MARTINS, 1991a, p. 67).

Há uma relativa escassez de fontes documentais acerca do projeto de desenvolvimento para o Estado acreano, implementado pelo governo Dantas. No entanto, é possível perceber em seus discursos registrados em Planos e Relatórios de Governo, a concepção de desenvolvimento subjacente. Esta diferia, portanto, daquela adotada pelos governos anteriores e da ideia de desenvolvimento implementada em outros Estados amazônicos.

Conforme relata um dos referidos documentos, a proposta do Governo Dantas era fazer o estado do Acre crescer economicamente, mantendo as atividades ligadas à borracha e à castanha como sustentáculos econômicos transitórios. Objetivava expandir atividades, tais como agropecuária, madeireira, construção civil e sistema de transporte, comunicações, setor de infraestrutura, e demais serviços para estimular a captação de créditos (DANTAS, 1973, p. 45).



A exploração da borracha e da castanha recebia algum incentivo do Governo estadual. Talvez, para demonstrar um reconhecimento sobre a importância dessas atividades para a população, na capa do documento citado, aparece o Governador Wanderley Dantas em montagem fotográfica junto a uma péla de borracha. No conteúdo do artigo está presente a atividade extrativista como objeto de investimentos. A proposta tinha ainda por meta impulsionar a exposição anual da borracha, evento que já vinha acontecendo em governos anteriores.

Não obstante essas intenções, as ações de Dantas tiveram outro direcionamento. Os incentivos fiscais e creditícios, bem como outros benefícios oriundos do Governo, privilegiaram o desenvolvimento da pecuária extensiva de corte. Apesar dos resultados econômicos auferidos nessa atividade não terem atingido patamares elevados, o extrativismo foi relegado a último plano. Foi considerado pelo Governo como atividade econômica atrasada, que não justificava a liberação de pouco ou nenhum tipo de estímulo governamental.

Diante disso, a pecuária foi a alternativa encontrada para dar prosseguimento à captação de novos recursos oriundos do capital internacional. Os argumentos eram a perspectiva de mercado e o fator terra, que era abundante e barata. Diferente dos governos de outros Estados amazônicos, o governador Wanderley Dantas tentou negociar com os investidores de maneira direta.

No Acre do Governo Dantas, a terra não servia de meio de produção, mas de meio de circulação do capital. A terra foi então a moeda, e a especulação foi o investimento. A corrida às terras acreanas, a partir da propaganda de Wanderley Dantas, contou inicialmente com a resposta de especuladores de fora da região. Essas pessoas (os grileiros) compravam a terra por um preço baixo, quase simbólico, e as ofereciam no Sul e Sudeste do país a um preço maior. Tanto grileiros quanto grandes proprietários fundiários gozaram de benefícios creditícios e fiscais junto ao Basa, aos governos federal e local (DUARTE, 1987, p. 56).

Inicialmente, os novos donos utilizaram a terra como reserva de valor e, posteriormente, ao iniciarem os preparos para criação de gado, expropriaram os seringueiros-posseiros nelas residentes. Os conflitos pela terra se intensificaram e se tornaram o meio pelo qual

os expropriados lutavam por seus direitos legítimos. Desse modo, os conflitos funcionaram como autodefesa ou uma maneira desses segmentos sociais relacionarem-se com os aparelhos de poder e com a sociedade (ALMEIDA, 1989, p. 92).

Como já foi ressaltado, na década de setenta do século XX, a política brasileira esteve voltada para incentivar atividades captadoras de divisas internacionais, dentre as quais esteve a pecuária. Porém, no Acre, o objetivo principal dos fazendeiros resumia-se em possuir a terra como meio de especulação fundiária. Em face disso, os novos proprietários eram denominados de *absenteístas*, já que viviam fora da região e contratavam gerentes<sup>10</sup> para administrar as terras.

Em muitos dos casos, o Basa servia de facilitador e intermediário das transações. Com isso beneficiava tanto os especuladores quanto os chamados *paulistas*<sup>11</sup>, ou seja, os compradores de terra oriundos de outras regiões do país.

Diante desse plano de desenvolvimento implementado no Acre, ao trabalhador rural extrativista ou dono-possuidor<sup>12</sup> não fora destinado nenhum tipo de benefício. Muito pelo contrário, teriam que ser expropriados para que a nova atividade, a pecuária, pudesse se expandir.

Foram essas ações que possibilitaram maior eficácia da incorporação da Amazônia à lógica de reprodução do capital a partir dos anos 60, e que podem ser melhor compreendidas mediante o discurso do próprio governador Wanderley Dantas, em pronunciamento registrado em um meio de comunicação mais voltado aos interesses do poder executivo à época, o Jornal O Rio Branco:

“ Quanto ao fluxo de capitais do Sul do País para o Estado do Acre, através de empresários que ali estão se instalando, particularmente no setor agropecuário, declarou estar entusiasmado com essa revoada rumo ao Acre e que tem favorecido a implantação de rebanhos bovinos, facilitando, inclusive os financiamentos com prazo de 4 anos de carência e com até 12 anos para o pagamento, além de orientar na aquisição de terras (O RIO BRANCO, 1972, p 4).

10 Gerente é aquela pessoa contratada para encaminhar os negócios relativos à fazenda de gado; geralmente tornavam-se pessoas temidas pelos seringueiros, pelo modo violento como administravam as atividades no interesse do fazendeiro.

11 São chamados de “paulistas” grandes empresários compradores de terra vindos, na maioria, de São Paulo, mas também de Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

12 Dono-possuidor é uma categoria criada no interior dos seringais para designar o seringueiro que trabalha e vive na colocação por mais de um ano e um dia, tendo respaldo legal no Estatuto da Terra.

Com relação aos governos dos Estados amazônicos, Silva (1999) afirma que os mesmos atuaram como sociedades reflexas e dependentes em relação aos pólos dinâmicos da economia do país. Nos anos iniciais da década de 1970, predominou a idéia de ruptura do desenvolvimento regional via extrativismo, e foi adotada a opção pela via modernizadora (SILVA, 1999, p. 25).

Aproveitando-se do discurso oficial do progresso defendido pelos governos militares, o então Governador do Acre reforçou a ideologia da ordem e do progresso como forma de tornar hegemônica a opção pela pecuária no processo de desenvolvimento do Acre. Em um Jornal da época o economista do governo, o Sr. Isaac Emidio comentou:

“ a visita dos empresários do Centro Sul representa um passo decisivo para o desenvolvimento do Acre [...] O ano de 1972 será importante para a conquista da independência econômica do Acre, que deseja libertar-se de uma economia baseada essencialmente no extrativismo (O RIO BRANCO, 1971, p. 3).

A idéia de progresso encontra-se melhor explicitada no discurso do Governador Dantas, conforme comentário em noticiário local:

“ O Sr. Wanderley Dantas afirmou que o Estado se prepara para se inscrever entre as unidades da Federação de mais expressivo índice de participação no processo nacional do desenvolvimento, face a suas imensas riquezas naturais, possuindo matérias primas como a borracha silvestre, castanha-do-pará e madeira de lei, mas serão industrializadas por empresários de São Paulo, grupos franceses e alemães, e norte-americanos. O governador acreano revelou que todas as facilidades serão colocadas à disposição dos empresários, inclusive com doações de terrenos, incentivos fiscais a longo prazo e um mercado consumidor no Norte e Nordeste (O RIO BRANCO, 1971, p. 3).

Mediante o exposto, revela-se o comprometimento com o capital nacional e internacional. Na prática, ao relegar o extrativismo à condição de atividade econômica atrasada, Dantas priorizou incentivar grupos empresariais sulistas em detrimento dos que desenvolviam o extrativismo localmente.

No final da década de 1980, o conteúdo modernizador inserido na proposta da atividade pecuária, tão propalado pelo governador Dantas, sofreu uma contenção. Na ocasião já não era mais aceito internacionalmente, quer pelo movimento ecológico, quer localmente,

pelos seringueiros-posseiros. No final da década de 1970, os conflitos pela terra foram intensificados, sendo exacerbados nas décadas de 1980 e 1990. Diante disso, a política desenvolvimentista do governo do Acre tomou a direção, no sentido da criação de projetos de assentamentos extrativistas e logo depois, de reservas extrativistas<sup>13</sup>. Assim, o avanço da pecuarização foi relativamente contido.

Diz-se relativamente porque, embora houvesse redução no volume de investimentos fiscais e creditícios para a pecuária, essa atividade apresentou crescimento gradativo, principalmente em relação ao tamanho do rebanho bovino. Consta-se que em 1975, houve um aumento no valor bruto da produção da ordem de 20%, e em 1996, de 31%.

Observa-se ainda, que no mesmo período, as áreas de pastagem tiveram um aumento bastante superior à produção do setor, pois aumentaram de 124 mil para 614 mil hectares. No setor primário da economia acreana, a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS em 1977, 1998 e 1999, contou com a contribuição da produção pecuária em 51,4%, 37,7% e 51,4%, respectivamente (ROESLER, 2000, p. 10).

De modo geral, os dados acima revelam a importância da pecuária para a economia do Estado, em termos quantitativos. Porém são conhecidos também danos causados por esse tipo de atividade ao meio ambiente e para o aumento do desemprego da mão de obra local. Cabe questionar sobre a resposta econômica, ecológica e social que o extrativismo vegetal poderia dar, caso a orientação da política econômica governamental e os investimentos tivessem efetivamente sido direcionados para o mesmo.

---

13 A Reserva Extrativista foi pensada pelos seringueiros como uma reforma agrária. É o reconhecimento de áreas de floresta ocupadas tradicionalmente por seringueiros, de domínio da União e com usufruto de extrativistas. Os Projetos de Assentamento Extrativista surgiram antes, em 1987, como uma solução imediata para os conflitos fundiários.

# CAPÍTULO 2

CARMEM, ERA UMA VEZ |  
UM SERINGAL

## 2.1 O contexto específico das lutas e o Seringal Carmem

**A**s oscilações na economia gumífera ocorriam desde a segunda década do século XX. Nesse período, a produção da borracha brasileira não atingia um patamar que a possibilitasse competir com a produção da borracha asiática, perpetrada pelos ingleses. Em face disso, Rêgo (1992) salientou que por volta de 1915, os custos de produção na Ásia representavam menos da metade daqueles ocorridos na Amazônia (RÊGO, 1992, p. 412).

Ao longo da década de 1950, instaurou-se nova fase crítica da produção interna da borracha. O país passou a importar o produto. Entre os anos 1950 e 1960 o consumo interno foi sempre maior que a respectiva produção, considerando a relação entre a produção interna e o consumo da borracha.

Em vista disso, Rêgo informou que a borracha produzida internamente supria o consumo em 89,5% no ano de 1953, e no ano de 1959 a taxa desse abastecimento reduziu-se para 47,6%. Durante a década de 1960 ocorreram movimentos de caráter econômico contrários à valorização dos seringais. A Operação de Valorização da Amazônia, encampada pelo Governo Federal, anunciou a suspensão da compra da borracha pelo Banco da Amazônia. Em 1962, iniciou-se o processo de substituição da borracha vegetal pela sintética. Neste mesmo ano, o Governo recomendava a máxima utilização deste tipo de produto por conveniência à indústria e benefício do país.

Novamente, em 1967, a produção se reduziu a esse nível, quando o consumo crescia a um ritmo mais acelerado que a oferta da borracha natural. Portanto, a expectativa era de incapacidade de atendimento da demanda interna pelo produto. O governo desse período, através do Ministro da Fazenda, Delfin Neto, usou um discurso oficial apresentando medidas para amenizar a situação. No entanto, as indústrias de artefatos da borracha pressionaram pelo retorno à política de equiparação de preços, à gradual extinção do extrativismo, à liberação das importações e à ampliação da produção de borracha sintética.

Durante a primeira metade da década de 1970, os preços internacionais das matérias-primas e do petróleo sofreram um aumento.

Era preciso então aumentar a importação ou incrementar a produção interna. Nesse período, todavia, a produção interna apresentava uma tendência declinante, enquanto o consumo crescia de 36.739t para 57.945t, no mesmo período. Em 1977, o Estado instituiu uma política de incentivo à produção vegetal da borracha, através dos Probor I, II e III. Porém, tais projetos não lograram os resultados esperados, e a produção interna da borracha não era suficiente à demanda da indústria nacional (RÊGO, 1992, p. 432).

É nesse momento conjuntural em relação à economia gumífera que se iniciam os novos encaminhamentos com vistas à implantação da pecuária no estado do Acre. Os impactos decorrentes das novas medidas restritivas à economia da borracha foram maiores nos municípios acreanos onde a atividade tornara-se mais expressiva. Entre eles, cita-se, por exemplo, Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri e Brasileia.

Em face disso, no final dos anos 1960, os seringalistas do Acre intensificaram a venda dos seringais. As terras eram transferidas para as mãos de investidores e especuladores do Centro-Sul do país. Dentre os principais fatores que desencadearam essa crise, provocando a venda de seringais, esteve a quebra do monopólio da compra e venda da borracha a partir de 1967, levando a maioria dos patrões à insolvência, à suspensão de todas as linhas de crédito a seringalistas endividados no Basa. Além de contraírem dívidas, esses homens da borracha tiveram que arcar com sérios prejuízos pela má aplicação e inadequado gerenciamento do dinheiro conseguido por empréstimo (CALAÇA, 1993, p. 120).

Para os seringueiros, os efeitos da referida crise foram diferentes. Ocasionalmente um fortalecimento da sua identidade enquanto tal. À medida que a crise da borracha se aprofundava, esses trabalhadores ganhavam autonomia em relação ao patrão-seringalista. As relações sociais de produção no seringal se alteravam, com os seringueiros estabelecendo vínculos comerciais diretamente com marreteiros, deixando de pagar renda ao patrão, intensificando suas organizações coletivas.

Paula apresentou uma síntese sobre o seringueiro autônomo como sendo: “aqueles seringueiros que deixaram de pagar renda ao seringalista e romperam radicalmente com o barracão e com as re-

gras de dominação impostas anteriormente pelo regime de ‘cativeiro’” (PAULA, 1991, p. 97).

A auto-organização dos seringueiros se tornava imperativa, na medida em que aquela nova crise econômica apresentava consequências diferentes daquelas vivenciadas anteriormente. Representava ameaça concreta de não permanência nas colocações. Ao lado disso, os pecuaristas alardeavam que os seringueiros não tinham terra, que viviam *jogados* (relegados à própria sorte) em suas colocações, sendo explorados e prisioneiros dos patrões. Nesse contexto, os seringalistas optaram por aliar-se aos fazendeiros, concebendo-os como os impulsionadores da modernização econômica do Acre.

A análise de Paula (1991), sobre a argumentação dos fazendeiros, denota que ao tempo em que estes desconsideravam o papel do extrativismo e do seringalista na nova perspectiva de desenvolvimento para o Acre, levada a efeito pelo então Governador Wanderley Dantas, desqualificavam os direitos dos seringueiros perante a terra. Portanto, o novo modelo econômico baseado na pecuária, tido como principal alavanca do progresso do Acre, não considerava a economia e a população local. Pelo contrário, a implantação dessa nova atividade, a exemplo de outros grandes projetos na Amazônia, como o das hidrelétricas, da construção de rodovias e planos de colonização, teve como condição imperativa a remoção das populações locais (PAULA, 1991, p. 75). O estudo em foco contém um desses casos, onde se promoveu a expulsão de aproximadamente cem famílias de seringueiros do Seringal Carmem.

Apenas uma minoria de trabalhadores do extrativismo foi absorvida como mão de obra na pecuária, mesmo assim, sob o regime de trabalho temporário. As tarefas nas fazendas de gado eram pagas em diárias ou em troca de permissão de morada em uma pequena porção de terra no interior da fazenda. Algumas famílias de seringueiros passaram a morar na área de Reserva Legal da Fazenda (parcela de terras que deve ficar protegida da exploração pecuária), com permissão do proprietário Chicão. Essa experiência de “morada de favor” é similar às que foram estudadas, por exemplo, por Moura (1988); Sigaud et al. (1987), sobre os casos do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais e de Sobradinho no estado da Bahia, respectivamente.



Manter algumas famílias seringueiras morando na propriedade teve diferente função, e sempre de acordo com as necessidades da Fazenda Carmem. A esse respeito, convém citar o levantamento do Incra (BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, ACRE, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, 2000), que visava averiguar se as terras da referida fazenda estavam sendo utilizadas de forma a atender ao requisito da função social. Essas famílias contribuíram com a declaração de seus rendimentos e com o valor de suas benfeitorias nos cálculos relacionados ao Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência de Exploração (GEE). Tais índices incluíram as atividades exercidas por essas famílias que moram “de favor”, o que contribuiu para a avaliação de que a Fazenda Carmem constituísse terra produtiva (BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, ACRE, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, 2000, p. 13-21).

Nesse contexto, convém acrescentar que, após a demarcação da Reserva Extrativista Chico Mendes, em 1990, a Fazenda teve sua área reduzida para 4.700ha, aproximadamente. O fazendeiro Chiquinho, atualmente o administrador, informou em entrevista, que as famílias de seringueiros residentes no interior da fazenda estavam lá sem permissão (MEDEIROS FILHO, ago. 2002). Tal informação, no entanto, não condiz com aquela fornecida pela moradora (seringueira) Luzimar Alves da Silva, que mostrou um documento escrito à mão, onde o proprietário Chicão autorizava a permanência de famílias na área da Reserva Legal da Fazenda (ALVES DA SILVA, jan. 2000).

Medeiros Filho (Chiquinho) informou que a renda da castanha e da borracha que declarou ao Incra é oriunda de trabalhadores extrativistas, que vêm de forma temporária extrair na época da safra. Maiores investigações são necessárias para explicitar esse processo. Por ora, é viável observar o paradoxo em que o administrador do imóvel destinado à atividade pecuária utilizou-se dos rendimentos provindos do extrativismo para justificar a propriedade como terra produtiva.

Na concepção de Oliveira (1982), o processo de expulsão das terras alimentou o fluxo de trabalhadores temporários, onde antigos seringueiros e agricultores passaram a ser a força de trabalho utilizada pelos pecuaristas. De modo geral, deu-se a desestruturação da

atividade extrativista, à qual sucessivas gerações de trabalhadores vinham se dedicando há aproximadamente um século.

Estudos sobre o tema afirmam que tal política gerou mudanças na posse e uso da terra. Teve início então a luta contra os desmatamentos e expulsão de trabalhadores das colocações de seringa. Com os embates entre essas forças locais ocorreu o êxodo da população rural, gerando o inchaço das cidades, as migrações internas, a emigração de seringueiros para Bolívia e a queda da produção local de alimentos, que elevou o custo de vida no Estado.<sup>14</sup>

Esse novo modelo de desenvolvimento econômico priorizando principalmente a pecuária extensiva de corte, levado à frente pelos chamados paulistas, desconsiderou toda a cadeia de relações sociais de produção estabelecidas a partir do extrativismo. As relações extrativistas, por sua vez, não se restringiam tão somente à dominação entre patrão-seringueiro. Também os seringueiros não se posicionavam como “trabalhadores abandonados nas colocações”, como queriam fazer parecer as propagandas anunciadas pelos fazendeiros no início da década de 1970. Pelo contrário, usavam a terra e a floresta como fonte de sustento familiar, enquanto desempenhavam o extrativismo inserido na lógica de mercado que lhes era permitido. É preciso, portanto, relativizar a crise da borracha do final da década de 1960. A trajetória dos seringueiros do Carmem constitui apenas um dos muitos exemplos em que, apesar de todo o contexto de crises da borracha, o extrativismo vinha dando algum sustento e dignidade às famílias ali residentes.

No interior do Acre, a organização dos trabalhadores no extrativismo se alterava tanto em decorrência de sua própria dinâmica interna, quanto de acordo com as especificidades regionais. A presente análise considerou primordialmente a região que abrange os municípios de Xapuri, Brasileira, Sena Madureira e Rio Branco. Nessa região do Estado foi possível um processo de organização coletiva mais coeso. Na região do Alto Juruá, esse processo se deu diferenciadamente, porém, não menos forte e conseqüente. Conforme análise de Albuquerque (2001, p. 289), a partir de sua escuta da fala de algumas famílias seringueiras, na área de Valparaíso em Cruzeiro do Sul, independente do relacionamento das mesmas com a entidade

<sup>14</sup> A esse respeito, consultar Calaça (1993), Duarte (1987), Nunes (1991), Oliveira (1982), Paula (1991) e Esteves (1999).

sindical, esses trabalhadores estavam organizados num processo de luta contra o pagamento da *renda* (retorno monetário pago pelos extrativistas ao dono da terra do seringal em contrapartida pela ocupação e uso), e também em torno de cooperativas de produtores.

Atualmente, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre compreende cinco microrregiões: Alto Acre, que abrange os municípios de Xapuri, Brasileia, Epitaciolândia e Assis Brasil; Baixo Acre, com os municípios de Rio Branco, Porto Acre, Acrelândia, Bujari, Senador Guiomard, Capixaba e Plácido de Castro; e a do Purus, que foi subdividida em um número bem maior de novos municípios, sendo que todos eles estão de alguma forma, inseridos no processo de pecuarização intensificado a partir da década de 1970. As outras duas microrregiões são formadas por Tarauacá/Envira e Juruá (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1999).

Pode-se afirmar, no entanto, que as crises do extrativismo, que vinham se repetindo desde o início do século XX, propiciaram um afrouxamento das relações de trabalho baseadas no sistema de aviação. Ocorre que em épocas de crise, os seringueiros criavam estratégias de sobrevivência através de mecanismos que possibilitavam um ganho maior com sua produção. Como exemplo dessas práticas cita-se a de colocarem “impurezas” no interior das pélas de borracha, tais como pedaços de metais velhos, pregos e outros, de modo a aumentar o seu peso e conseqüentemente o preço das unidades à venda. Outra, era vender o produto clandestinamente para marreteiros, burlando o costumeiro direito exclusivo do patrão na compra da produção (ROCHA, 1998, p. 94).

Durante a 2ª Guerra Mundial, com o processo de reativação da produção de borracha na Amazônia, ficou garantido aos seringueiros novos direitos e obrigações. Porém, nem todos os trabalhadores se incorporaram a tal processo. Os seringueiros tinham que cumprir as regras estabelecidas pelo Contrato-Padrão, firmado entre ele e o seringalista, passando a terem direito a pescar, caçar, vender peles de animais, o que, em certo sentido, representava um avanço diante das regras de exclusividade de compra e venda com o barracão (ROCHA, 1998; ESTEVES, 1999).

O Contrato-Padrão surgiu no bojo da intervenção estatal de “salvação dos seringais”, quando o Banco da Amazônia centralizou as

funções de toda a cadeia de aviação, desde a produção à exportação. Em seu conteúdo, algumas cláusulas regiam obrigações também para seringalistas. Apesar de regular as relações entre patrões e seringueiros, com a introdução de benefícios para os extrativistas no processo de trabalho e medidas protecionistas ao trabalhador, esse Contrato não teve o desdobramento esperado. Isso se deu provavelmente, porque foram poucos os seringueiros que aderiram. Por outro lado, aqueles que o fizeram achavam-se submetidos à apropriação muitas vezes indevida do seringalista. Este usava o referido documento apenas em benefício próprio, ficando o seringueiro em desvantagem.

O patrão imputava ao Basa as ações para proibir a comercialização com marreteiros, a adulteração do peso da borracha, bem como a danificação e derruba das seringueiras e castanheiras. Com isso, o seringueiro passou a admitir que o Banco “estava do lado do patrão” (ESTEVEES, 1999, p. 114).

Uma das principais obrigações do seringueiro era pagar a *renda* ao patrão. No contrato-padrão ficou estabelecido que o seringueiro pagaria com sua produção, uma renda para utilizar a terra do seringalista, para morar nela, e pela exploração das seringueiras ali existentes. Essa renda se constituía, em média, do valor equivalente a 40% da borracha produzida, conforme cláusula 6ª do referido Contrato:

“ Da borracha produzida pelo seringueiro ser-lhe-á creditado, pelo seringalista, logo que a mesma for vendida, o valor correspondente a 60% (sessenta por cento) no mínimo sobre o preço oficial que vigorar nas praças de Manaus ou Belém [...] (ESTEVEES, 1999, p. 113).

Outro limite mais grave foi imposto ao seringueiro na cláusula décima do referido contrato, em flagrante benefício ao patrão. Essa cláusula limitava o direito de ir e vir do seringueiro. No caso de desobediência, o seringueiro ficava sujeito a ser legalmente enquadrado como fraudador e a ser punido via ação policial:

“ O seringueiro não poderá abandonar o serviço ou passar para o seringal pertencente a outro seringalista, sem liquidar integralmente as suas contas e obrigações decorrentes do primeiro contrato, salvo, todavia, se o seringalista com quem pretender trabalhar, assumir, como fiador, a responsabilidade do débito acaso existente, ou pagá-lo imediatamente ao credor, se este assim o preferir (ESTEVEES, 1999, p. 113).

Dentre as estratégias inseridas no processo de afrouxamento das relações seringueiro-patrão surge o adjunto, uma forma de mutirão organizada pelos seringueiros para derrubar capoeiras, fazer preparos da terra para os plantios, colheitas. Não se tem definição do exato momento em que essa prática passou a ser utilizada, porém tornou-se essencial, principalmente para consolidar a condição de autônomo dos seringueiros sem patrão. Nesse tipo de relação os seringueiros não contavam mais com a participação do seringalista para manter sua unidade produtiva. Dentre essas atividades coletivas, cita-se a manutenção de estradas de seringa, auxílio na construção da barraca e do defumador, construção de pequenas pontes, limpeza de varadouros etc.

Estudos de Costa Sobrinho (1992), sobre a força de trabalho na Amazônia, apontam para a relativa diferença entre os seringueiros que estiveram desde o início dos seringais e aqueles que vieram para garantir o aumento da produção de borracha durante a 2ª Guerra Mundial, por isso mesmo chamados de “soldados da borracha”. Estes últimos eram, em sua maioria, trabalhadores urbanos desempregados e trabalhadores rurais do Nordeste. Eram relativamente mais instruídos quanto a direitos trabalhistas e possuíam certa escolaridade. Nesse contingente de trabalhadores, alguns já possuíam inclusive experiência em movimentos sociais, o que favoreceu o desencadeamento do processo de organização coletiva dos seringueiros.

Por volta de 1950, voltou a retrair-se a demanda pela borracha nativa da Amazônia. As tensões entre patrão e seringueiro aumentaram, pois ambos não mais aceitavam cumprir as regras do Contrato-Padrão. Houve casos de violência contra seringueiros faltosos, quando até a polícia foi acionada. Foram relatados casos de tocaia de seringueiros contra patrão ou gerente do seringal (MARTINELLO, 1988, p. 257).

As crises sucessivas do extrativismo tiveram ainda como desdobramento os deslocamentos frequentes de seringueiros para colocações em outros seringais. Em alguns casos, quando o dono do seringal não podia mais abastecer os *barracões*<sup>15</sup> com os produtos de primeira necessidade dos seringueiros, deixava-os “livres” para procurarem melhores condições de sobrevivência. Essa busca resultou

nas migrações internas. Um exemplo desse tipo de migração, decorrente principalmente das crises da borracha, foi descrita por Antônia Soares, esposa de um ex-seringueiro. Dona Antônia tem 52 anos, e após perder uma filha ainda criança, por motivo de doença, durante uma das viagens no interior dos seringais, mudou-se para o Carmem. Sindicalizada desde a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileira (STR), atualmente reside com a família em um dos bairros recém formados do município, trabalha na educação municipal.

“ Viemos do Icuriã, no Iaco, viemos embora pra cá. A dificuldade nessa época, começou lá. A gente viu que lá também não dava pra gente. [...] A borracha não tinha preço nem nada, tudo era fraco. Resolvemos vir embora pra cá. Quando chegamos aqui, nós fomos morar no Seringal Jiquitaia. A vida piorou cada vez mais. Aí ele [o esposo] comprou a colocação dum cara lá no Carmem (LOPES, jan. 2000).

Os seringueiros que migravam para outras colocações e lá permaneciam, ficavam conhecidos como *seringueiros-posseiros*. Isto ocorria com aqueles que passavam a administrar autonomamente a colocação. O seringueiro sem patrão era também chamado de *autônomo* – condição que deve ser relativizada, uma vez que pouco se alterou a exploração deste pelo mercado. É certo que passou a gozar de mais liberdade em relação à parceria comercial. No entanto, a especulação via preços e pesos das mercadorias comercializadas continuavam sendo manipulados, como já o eram tradicionalmente. Por outro lado, as relações mercantis mantidas com marreteiros e regatões foram intensificadas, o que manteve o seringueiro preso pela dívida aos marreteiros (CALAÇA, 1993). O chamado regatão era intermediador que integrou da estrutura comercial do aviamento. Com necessidade de expansão do comércio, o regatão agia nos locais mais distantes; conduzia sobre embarcações precárias, os mais diferentes tipos de produtos requisitados pela população dos seringais; também explorava o seringueiro, porque as mercadorias eram vendidas a preços abusivos (ESTEVES, 1999, p. 74; CALAÇA, 1993, p. 72).

A condição de “seringueiro autônomo” é estudada por Esteves como um dos desdobramentos da crise na produção da borracha, que veio a se generalizar na década de 1970. Aqueles patrões que continuavam proprietários do seringal estabeleceram o arrendamento como forma de manter o vínculo com a terra. No arrendamento, o proprietário passava o seringal para um seringalista, que, por sua

vez, cobrava do seringueiro um percentual de sua produção como renda. Em meados dessa década, com a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais, o não pagamento da renda tornou-se uma bandeira de luta dos seringueiros. Estes queriam liberdade não só na comercialização, mas para uso da terra (ESTEVEES, 1999).

No material de pesquisa coletado são frequentes os relatos de famílias de seringueiros que compraram a posse de colocações ou que migraram de um seringal para outro no início do processo de transferência de terras para especuladores ou empresários sulistas. A partir desses depoimentos constata-se que os primeiros conflitos por terra no processo de pecuarização do Acre envolveram principalmente *paulistas* e *posseiros*. A polarização “acreano versus paulista” acentuou-se com o aumento dos conflitos. Isso quer dizer que as identidades se definiram em oposição no âmbito das lutas, entre essas duas forças político-sociais. Essas lutas configuravam a idéia de que o “paulista” era superior ao acreano, nos aspectos social, político, econômico e cultural (PAULA, 1991, p. 95).

Diante do exposto, são vários os conflitos que perpassam a constituição do seringueiro para continuar vivendo do trabalho extrativista. No entanto, é importante realçar que para o seringueiro, a identidade construída ao longo dos anos por sucessivas gerações é a de “dono” da colocação. A legitimidade dessa condição foi garantida pelo direito de herança sobre a terra. Essa transferência ocorria de pai para filho, ou de irmão, tio e avô (ESTEVEES et al., 2001a, p. 12). Em face disso, a denominação de “posseiro” serviu como um recurso jurídico, utilizado em momentos da luta pela permanência na terra como extrativistas.

Durante a década de 1960, as crises nos preços da borracha fizeram aumentar as tensões entre seringueiros e seringalistas. Em 1964, registrou-se uma forma de organização na qual um grupo de seringueiros decidiu conjuntamente, não deixar “baixar” a borracha, fato que foi denominado de “greve no seringal” (PAULA, 1991, p. 59).

Ao lado das diversas estratégias já mencionadas, criadas para continuarem desenvolvendo o extrativismo e permanecerem nas colocações, os seringueiros contaram com a colaboração de uma parcela da Igreja Católica, da Contag, com a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais, bem como, posteriormente, de partidos po-

líticos. O encadeamento das ações dessas entidades junto ao movimento social dos seringueiros e sua interrelação com a trajetória dos seringueiros do Carmem, assim como seus desdobramentos, são objetivos do presente estudo.

## 2.2 Carmem: de seringal a fazenda

O seringal é a unidade básica de produção no sistema extrativista amazônico. Foi estruturado a partir de meados do século XIX. Esteve vinculado a uma cadeia de dependência e expropriação para garantir a produção do látex. A demanda do produto era totalmente externa à região, oriunda de indústrias internacionais. O principal meio de transporte era o hidroviário. Por isso, a maioria dos seringais tinham sua sede situada à margem dos rios (CALAÇA, 1993).

As instalações básicas de um seringal eram o barracão sede, onde residia o seringalista ou seu preposto. Os barracões complementares serviam de extensão ao barracão sede. E os tapiris ou baracas era onde residiam os auxiliares do seringal.

Margem era o nome que se dava à localização à beira dos rios, em contrapartida se dava o nome de centro às localidades mais distantes da margem do rio, situadas no interior da floresta. No centro do seringal ficavam as colocações – unidade básica de produção do seringal. A colocação se constitui de instalações simples onde vivem o seringueiro e sua família, os produtores do seringal. É composta em média de 3 estradas de seringa. A forma das estradas de seringa de uma unidade produtiva é geralmente circular, na medida que ao final da extração o seringueiro esteja de volta à área da casa de morada. A disposição das árvores nas estradas é variada. Em média, cada estrada possui de 120 a 200 madeiras<sup>16</sup>.

O varadouro é o caminho principal dentro do seringal. Por essas vias passa toda a produção do seringal, geralmente em comboios de burros. Varação é o nome que geralmente se dá aos caminhos que interligam as colocações.

As relações de produção se baseiam em um sistema de crédito sem dinheiro – o aviamento. Nesse sistema prevalece a troca de mer-

<sup>16</sup> "Madeira" é o nome que se dá às árvores seringueiras.



cadorias sem a intermediação do papel-moeda. O seringueiro fica vinculado a essa cadeia pelo mecanismo do endividamento.

O Carmem foi um dos muitos seringais do Acre inseridos no processo de transferências de terras de seringalistas para especuladores e fazendeiros do Centro-Sul do Brasil. Apesar das consequências das crises econômicas, para os seus moradores o Seringal constituía-se em condições de reprodução material.



Esse nome é porque tem uma Santa que tem não sei pra onde, Santa Carmem. Aí batizaram esse seringal com o nome de Seringal Carmem. Já tinha outro patrão. Ele tirava [o seringal], vamo dizer assim, 300 medidas de castanha. Isso era uma riqueza, menina! A borracha, madeira que só não sei quê, castanheira e cedro e toda madeira. Eles acabaram com tudo. Eles acabaram com tudo. Os fazendeiros acaram com tudo, tudo, tudo... Aí ficou essa briga, aí tiraram os travessão, joga uns pra qui, outros procolá, me deram os 70ha de terra, eu brigando. Porque eu digo, eu tenho uma criação de gado, não vou botar dentro da mata, aí me deram 25ha já derrubada, com colônia, sapé e tudo quanto era ruim. Só não era cercada. Aí fui obrigado a começar da estaca zero (PACHECO DA SILVA, jun. 2002).

O antigo dono do referido seringal, Valdemar Teles Brilhante, e seu irmão e gerente do seringal, Ernesto Brilhante, efetuaram a venda na data de 18 de agosto de 1976, juntamente com o seringal vizinho chamado Porvir, a dois pecuaristas da cidade de Presidente Prudente, São Paulo: Joaquim Medeiros de Souza e Francisco de Souza Medeiros.

Conforme classificação apresentada anteriormente, a área do Seringal Carmem era de 10.191ha (a esse respeito consultar Tabela 03, capítulo 1).<sup>17</sup> O referido imóvel enquadra-se no grupo dos maiores estabelecimentos fundiários. Esse tamanho ganha maior expressividade perante as características peculiares da estrutura fundiária do município de Brasileia, que se compõe de um número significativo de projetos de colonização, portanto, de um grande número de pequenas propriedades de terra.

O seringal se tornou Fazenda Carmem em meio à década de 1970, sem alteração em sua área. Como esse fato era comum no processo de substituição das atividades econômicas nas grandes propriedades do Acre, a estrutura fundiária manteve-se inalterada. Rei-

<sup>17</sup> ACRE (Estado). **Certidão da Comarca de Brasileia**, Serventia Imobiliária, folha 40v., Livro 2-a, registro matrícula nº 36, de 18 de agosto de 1976.

tera-se que a concentração de terras identificada no Acre extrativista não sofreu grandes alterações com implantação da pecuária.

O contexto do mercado nacional e internacional da borracha e a situação de crise vivida a partir da segunda metade da década de 1960, prosseguiu sem grandes alterações, pelo menos por toda a década de 1970. Este é o momento histórico em que o Seringal Carmem também se insere, cujos moradores, aproximadamente 100 famílias, vinham desenvolvendo suas atividades econômicas, em sua maioria, submetidas às determinações do seringalista.

Segundo informações do ex-seringueiro Francisco Pacheco da Silva, os seringueiros do Carmem pagavam renda ao patrão, e continuaram pagando até a venda do seringal. Algumas das famílias trabalhadoras vinham de outros seringais, onde não estavam mais encontrando condições de permanecerem no extrativismo. Conforme já mencionado, em meados da década de 1960 e por toda a seguinte, instalou-se a crise na economia extrativista, reflexo dos mercados nacional e internacional. Diante disso a atividade extrativa já vinha sendo combinada à pesca, à agricultura de subsistência e à criação de animais. Em decorrência desse quadro, alguns produtos agrícolas já vinham sendo comercializados, mesmo em pouca quantidade. Quando as colocações apresentavam dificuldades ao plantio ou era difícil o acesso ao mercado desses produtos, a tendência foi a migração das famílias para seringais que lhes possibilitassem condições de diversificar a produção familiar.

Nas entrevistas feitas por ocasião da pesquisa, algumas famílias acrescentaram às causas da migração interna, a busca por estudos e melhor atendimento de saúde para os filhos. Entretanto, segundo os relatos colhidos, o processo de mobilidade social tornou-se comum em face das sucessivas crises que o extrativismo vinha enfrentando. Veja-se, por exemplo, o que diz um ex-seringueiro e também soldado da borracha:

“ Eu cheguei no Seringal Petrópolis em 1952, saí em 67. Vim de Manaus em companhia dos meus pais e chegamos no Icuriã em 8 de maio. Mas antes de irmos pra Manaus, morávamos num seringal em Sena Madureira. Saímos pra Manaus pois houve uma perseguição sobre meu pai. Ficamos lá 2 anos. Meu pai era nordestino, chegou em 1913. Ele contava que veio, porque a situação na terra dele era muito ruim de viver. [...] Viemos embora de Manaus em 1943, pro Seringal Guanabara, que é aí no Icuriã. Lá fi-

camos a vida inteira [...], eu, um irmão gêmeo comigo e outro irmão. Vivemos a vida inteira dentro dos seringais. [...] Em 67, eu vim embora pra cá por causa desses filhos, para estudar. [...] fui obrigado a vir embora com o maior prejuízo. Perdi 20 cabeças de ovelha, porco caía n'água... Deixei. Deixei tudo na Colocação: forno, aviamento, tudo. Vim embora. Queria vir embora a fim de dar um saber a esses filhos, eu vim com 7 filhos. Aqui, nesse Carmem (PACHECO DA SILVA, jun. 2002).

O senhor Pacheco tem atualmente (2002) 72 anos, é casado com Dona Anália, que tem a mesma idade, com a qual teve 12 filhos criados. Todos vivem e trabalham na cidade, alguns em Brasileia, outros em Rio Branco. O senhor Pacheco é vendedor de areia, que transporta em uma carroça puxada a boi. Para complementar sua renda tem outras ocupações.

Em sua fala é possível observar que na sua antiga morada, tinha acesso limitado a benefícios como saúde, educação e transporte. Como o Seringal Carmem localizava-se vizinho à cidade, significava a possibilidade de melhores condições desses serviços. Nos depoimentos, o senhor Pacheco justificou sua vinda para a cidade de Brasileia com a busca de melhor educação para os filhos. Tal declaração faz algum sentido, porém, há que se considerar que Pacheco e sua esposa, quando do depoimento, viviam o clima e a expectativa inerente a habitantes dos centros urbanos. O fato é que relutaram em admitir que as condições de vida, nos lotes de terra recebidos como indenização, se tornaram insustentáveis. É possível que, em certo sentido, a busca por uma melhor educação para os filhos serviu como um motivo aparentemente muito forte para a fixação da família na cidade. No fundo, os seringueiros sabiam que o futuro de seus descendentes não era promissor na zona rural, com base no extrativismo.

Em uma primeira aproximação temática durante a pesquisa de campo, não foi possível localizar o Seringal Carmem em mapas do In-cra, do CNPT/Ibama ou mesmo junto aos documentos cartográficos do Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre. Somente após algumas entrevistas foi possível concluir que o uso do termo *seringal* tem um caráter simbólico entre ex-seringueiros do Carmem e alguns integrantes das entidades sindicais. O caráter simbólico, todavia, teve força de expressão até recentemente, marcando traços da identidade dos extrativistas.

Após reunir maiores informações sobre a Fazenda Carmem junto ao Incra, foi possível entender a dificuldade inicial em localizar aquele Seringal nos mapas. Primeiro, os documentos cartográficos pesquisados foram construídos durante a década de 1990. Nessa época, o Seringal já era Fazenda, bem como havia passado por uma redução em seu tamanho físico, por ocasião da criação da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Legalmente, a partir de 1976 o Seringal Carmem passou a receber a denominação de Fazenda Carmem. Durante as visitas feitas ao local, constatou-se tratar de uma grande propriedade, com imensas áreas de pastagens, campo de pouso, áreas cercadas, curral e demais instalações, como por exemplo a casa do fazendeiro, dentre outras dependências. A casa residencial é de madeira revestida, medindo aproximadamente 30m<sup>2</sup>, com 4 caixas d'água de 500 mil litros cada. Na área interna e reservada do ambiente residencial do fazendeiro, há piscina e antena parabólica para televisão.

À época da primeira visita, em janeiro de 2000, toda essa estrutura da fazenda encontrava-se em estado de abandono. O reduzido rebanho pertencia a fazendeiros vizinhos, que alugavam a pastagem descuidada. Um caseiro informou que o dono da fazenda, Francisco de Souza Medeiros, havia falecido fazia alguns anos e que seu filho, o Chiquinho, então na função de gerente da Fazenda, encontrava-se em viagem para Rio Branco.

Coronel Chicão, como era mais conhecido entre os seringueiros de Brasileira, ou Francisco de Souza Medeiros e seu irmão Joaquim Medeiros de Souza, pertenciam a uma família com tradição na pecuária. Seus pais e avós foram fazendeiros e proprietários de terras nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Francisco e Joaquim deixaram a cidade paulista de Presidente Prudente em busca de terras baratas no Acre. Segundo o próprio Joaquim, “havia o interesse do pessoal do Sul de vir pra cá. E quem veio primeiro foi meu irmão Francisco. Aí me convidaram pra conhecer o Acre”. Esse convite foi oficializado principalmente na pessoa do governador Wanderley Dantas: “foi ele que nos trouxe pra cá” (MEDEIROS DE SOUZA, abr. 2002).

A instalação da Fazenda Carmem foi iniciada em meados da década de 1970 e contou, de um lado, com a ação de peões, jagunços, gerentes de fazenda e capatazes. O apoio financeiro veio dos

governos estadual e federal, da polícia e do Incra. Sobre o apoio financeiro, Joaquim testemunhou: “quando viemos pra cá, tivemos apoio dos bancos oficiais, Banco do Brasil, Banco da Amazônia S.A., especialmente linhas de crédito”.

Na Certidão de Imóveis da Comarca de Brasileira<sup>18</sup> há o registro da quantia em dinheiro que foi concedida aos dois pecuaristas, mediante contrato particular no valor de Cr\$ 2.542.500,00 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e quinhentos cruzeiros).<sup>19</sup> Essa soma foi apenas um dos empréstimos concedidos pelo Basa S.A., sob juros de 7% ao ano, com prazo de pagamento de 10 anos.

Vale ressaltar que o seringal foi avaliado, juntamente com benfeitorias, em um valor equiparável ao empréstimo citado. Outra quantia, três vezes superior ao valor do primeiro empréstimo, foi concedida na data de 26 de novembro de 1980, para implantação de 300ha de expansão de área agrícola. Quanto ao pagamento dos referidos empréstimos ao Basa, a escrevente atestou em 1999, que os títulos foram todos liquidados.

Reconhece-se a necessidade de uma investigação direcionada à aplicação desses financiamentos. Contudo, convém ressaltar que à época, o preço da terra no Acre era praticamente simbólico. A questão que se impõe perguntar é: por que foram destinadas grandes quantias durante a fase da compra das terras do Carmem?

## 2.3 A terra em meio a duas lógicas de produção

Em consonância com o projeto de desenvolvimento do Acre, centralizado primordialmente na atividade pecuária, o proprietário da Fazenda Carmem asseverou sobre a importância do pecuarista na nova ordem econômica da região acreana:

“ Meu irmão pensava no futuro. O ruralista tem isso muito claro. Veja bem, o cidadão saindo de São Paulo pra vir comprar terra no Acre. O cidadão quer terra pra formar pastagens, criar o gado. Nós temos uma tradição ruralis-

<sup>18</sup> COMARCA DE BRASILEIA. **Certidão Imobiliária**, folha 40v., livro 2-a, registro matrícula nº 36, de 18 de agosto de 1976.

<sup>19</sup> Não é propósito desta análise converter o referido montante em moeda corrente, mas o fato de o escrivão do Cartório, à época, ter se confundido ao escrever por extenso tal quantia pode resultar de um erro comum ao profissional, mas pode também indicar a dificuldade em assimilar a dimensão do financiamento. De acordo com certidão original: “dois mil, quinhentos e quarenta e dois cruzeiros, **digito**, dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e quinhentos cruzeiros” (grifo adicionado).

ta no Brasil, São Paulo, Minas, Estados mais tradicionais, onde tá as maiores riquezas que vem da terra, onde se cultiva a soja, a cana-de-açúcar, a laranja, tudo que mais exporta no Brasil que vale dinheiro tá lá nessas regiões. E o povo tem essa mentalidade. Ninguém põe dinheiro na poupança. A poupança é a terra, é a fazenda. Então nós temos consciência. Quando eu falei pra você que nós viemos pra cá criar uma riqueza nova é porque o pessoal vinha pra fila do açougue às 2h da manhã, amanhecia o dia, terminava a carne do açougue, mas não terminava a fila... não existia carne suficiente. A riqueza nova era nos dois sentidos: para o acreano, que não tinha carne suficiente para abastecimento pra todo mundo comer, e pra nós, que estávamos iniciando uma nova atividade aqui, uma nova fazenda, que seria uma riqueza nova, porque aqui não tinha esse tipo de riqueza, que era a pecuária. E hoje taí, os fazendeiros que vieram naquela época, que não tiveram nenhum tipo de problema financeiro, nenhum tipo de crise, nem nada, estão tão bem aí... E os acreanos que aprenderam com o pessoal de fora que veio, tem muita gente com rebanho, de 10, 20 mil cabeças de gado, e a pecuária é uma maravilha. Um gado de excelente qualidade, que nós trouxemos as matrizes naquela época. Uma novilha custava 700 cruzeiros, e o frete também custava a mesma quantia, você imagine o esforço que nós fizemos, os investimentos que nós fizemos... (MEDEIROS DE SOUZA, abr. 2002).

As primeiras palavras desse depoimento evidenciam a linguagem utilizada por empresários sulistas, especialmente quando o fazendeiro se posicionou como “ruralista”, argumento que define sua posição social de classe patronal.

Em outro momento, Joaquim Medeiros confirmou sobre a finalidade da terra para o pecuarista. A terra da fazenda funciona como poupança. Todo o depoimento do fazendeiro, tomado em abril de 2002, se coaduna com o discurso do governo Wanderley Dantas, na década de 1970. O projeto de Dantas se configura nas palavras e na prática do fazendeiro Joaquim.

A lógica do pensamento do fazendeiro, ao tomar iniciativa de vir para o Acre e dar início a uma “riqueza nova”, não poderia ser sustentada na economia acreana sem a decisiva contribuição do governo estadual. A ideologia subjacente à introdução da pecuária ganha expressividade na fala de Joaquim Medeiros, como se pode verificar na citação anterior. Nesse sentido, foi preciso um aporte ideológico e material à pecuária para justificar que a mesma viesse a suplantar a atividade extrativista. Como base da tradicional economia da região,

o extrativismo vinha se desenvolvendo, apesar das várias crises enfrentadas. Até os anos setenta do século XX, foi o principal meio de reprodução das muitas famílias de seringueiros.

Suplantar, de acordo com Aurélio Buarque de Holanda, quer dizer “meter debaixo dos pés, calcar, pisar, derrubar, vencer, exceder, ser superior [...]”. Esse termo resume a essência da lógica do novo modelo de desenvolvimento econômico para o Acre, fundamentado na pecuária. O apogeu desse processo, no que concerne a sua posição frente ao extrativismo da borracha, se deu na década de 1970.

O sistema de produção pecuarista inverteu completamente a relação do homem com a terra. No extrativismo a terra não é vista como reserva de valor, enquanto que, na pecuária, como diz Joaquim Medeiros, a poupança é a terra, é a fazenda, em que o cidadão quer terra pra formar pastagens, criar o gado. Portanto, corroborando as conclusões de Moura (1988), as duas lógicas de produção são incompatíveis entre si, na medida em que:

“ a fazenda visa a intensificação dos plantios de pastos, à exclusividade da atividade pecuária, à especulação imobiliária, limpando a terra de homens que a ocupam e que lhe conferem sentido e substância (MOURA, 1988, p. 7).

No sentido de se contrapor ao que consideravam atraso econômico e social é que se coadunava a:

“ aliança entre rótulo e números que imputam atributos negativos a uma sociedade, tais como ausência de atividade econômica significativa, fraco dinamismo dos atores envolvidos, tradicionalismo [...] de modo que [a lógica da fazenda] traga enfim, vida para onde supostamente existem apenas um povo moribundo e uma terra agonizante (MOURA, 1988, p. 5).

Alguns desses desdobramentos podem ser observados na trajetória de vida dos trabalhadores rurais, debatidos ao longo deste trabalho. Por ora, apresenta-se o pensamento do trabalhador que foi expropriado pela fazenda e que a este tipo de atividade se opõe. Seu Antônio Carneiro é seringueiro e sindicalista, morou vizinho ao Seringal Carmem, e veio relatar uma experiência de desmatamento no Seringal Guanabara, em Brasileia:

“ Alguns derrubaram... que nem o Perigoso, lá no Guanabara, para fazer um grande desmate. Fez um campo de aviação. Até o nome era de fato um nome muito perigoso. Calcule o medo do seringueiro: um grande homem vir lá de São Paulo ou Rio de Janeiro, baixar de avião dentro da

colocação de um seringueiro que só via um murumuru-zinho, trazendo gente, soltando, barco subindo e colocando gente para fazer o desmate... Foram lá, quebraram, [usaram] as motosserras... tomaram tudo... derrubaram pau no meio do campo, cavaram buraco. Pegaram um cara e amarraram e o tiveram preso até Assis Brasil. O cara, acho que já vinha com mais medo de morrer... não mataram, amarraram e entregaram no Exército. Eu conheço a distância. Você nem imagina a distância de terra. O medo foi grande demais... Não sei qual foi o desastre que fizeram na Amazônia. Não sei qual o tamanho do abuso que fizeram, diz que pra trazer o desenvolvimento. Só derrubaram as florestas. Tem boi? Tem, mas pro tamanho de desmate e o pasto sobrando, o capinzal aí no meio do mundo, não tem nada. Se tivesse tudinho em castanheira, daqui pra Rio Branco, os bois não davam pra pagar o que a castanha dá. Então, aqui no Carmem, pode colocar aí: o homem era perigoso... O Coronel Chicão não era bom não, onde é do fazendeiro não tem pra ninguém (CARNEIRO DA SILVA, jan. 2000).

O depoimento de seu Carneiro é contundente ao explicar as consequências da abertura de fazendas de gado na região. Seu depoimento se contrapõe à ideologia do discurso dos empresários suelistas. Seu argumento sobre os rendimentos com a economia da castanha serve de contraponto ao discurso de que a saída econômica para o Acre era a pecuária.

Observou-se na fala de Antônio Carneiro a denominação de *coronel* para o fazendeiro Chicão, que pode ser explicada de duas maneiras. Uma diz respeito à antiga prática no interior das relações sociais oriundas do sistema seringal. O seringalista era conhecido também como um “coronel de barranco”, isto é, uma entidade na qual se reconhecia detentora de amplos poderes no seringal, sustentada na postura de submissão do seringueiro, com base em valores, como lealdade e obediência. Essas eram práticas que conferiam legitimidade ao poder do patrão-seringalista, muitas vezes também chamado de “coronel”. Provavelmente, esse costume seja outra explicação para a denominação de coronel ao novo patrão, ou melhor, ao novo dono da terra; no caso, o fazendeiro Chicão. Apesar de toda a tradição que este fazendeiro possuía no setor da pecuária em seu Estado de origem, nos primeiros momentos da fazenda não foi esse fator que conferiu legitimidade a seu poder. A explicação pode estar no processo histórico de dominação ao qual se achava acostumado o seringueiro.



Não sendo possível impor respeito pela tradição que possuíam na atividade pecuária, aos fazendeiros foi oportuno tal estado de coisas, já que precisavam ser reconhecidos como superiores. A nova atividade econômica que se instalava era estranha ao mundo extrativista. Mais que isso, era incompatível com a ordem sócioeconômica vigente na região. Os novos senhores perceberam que as relações sociais que legitimavam o poder aos “coronéis de barranco”, até então estabelecidas, não poderiam se sustentar entre seringueiros e fazendeiros.

Em outras palavras, o designativo de “coronel” ao fazendeiro Chicão também não esteve circunscrito à posição de militar, mas a um tratamento corriqueiro que o seringueiro destinava a quem detinha poder no interior dos seringais. Uma tal atribuição ficou expressa na explicação do seu irmão, o fazendeiro Joaquim Medeiros, quando atestou que Francisco “não foi coronel em nenhum momento de sua vida” (MEDEIROS DE SOUZA, abr. 2002). Apesar disso, Chicão não negava ser coronel, ao contrário, usou essa forma de tratamento como um artifício para intimidar seringueiros.

Nesse quadro, a correlação de forças era desfavorável aos trabalhadores. De um lado, estes reagiam contra os fazendeiros com os recursos que dispunham. De outro, os fazendeiros, como donos do poder, eram incentivados pelo aparelho de Estado, que lhes facilitava crédito e isenções fiscais para adquirir terra barata.

Em 1985, trabalhava com o fazendeiro Chicão o capataz Jorge Arcanjo da Silva, o Paca, como era amplamente conhecido entre os demais trabalhadores da fazenda e entre os seringueiros. Em entrevista no ano de 2001, Paca relatou um pouco de sua trajetória na Fazenda e o funcionamento desta, em meados da década de 1980. Paca autodefiniu-se como um “braço direito” do fazendeiro. Seu perfil e origem o aproximam da figura do gerente de fazenda. Paca saiu de São Paulo para Rio Branco durante a construção da BR-364. Foi taxista e também exerceu a função de chefe de máquinas pesadas, na empresa de construção chamada Eterpa. Seu contrato para gerenciar a Fazenda Carmem data de 1985. Atualmente, com 60 anos de idade, mora em Brasileia com a família. Ao consentir em dar a entrevista manteve-se sintético em todas as informações, recomendando que fosse procurado o irmão do fazendeiro, Joaquim Medeiros de Souza.

Apesar disso, suas informações são de grande valia quando o objetivo é conhecer a Fazenda Carmem. Sobre os trabalhos dessa unidade de produção, Jorge Arcanjo diz o seguinte:

“Trabalhei uns tempos com o Coronel, ajudando, comprando gado. Era amigo, braço direito. Quando eles compraram, fizeram loteamento e deram um pedaço para cada um, com escritura e tudo [para cada seringueiro]. O Chiquinho estudava em São Paulo, e não deve saber contar do início da Fazenda... Os caras mais ricos foram os Medeiros, os que mais trouxeram dinheiro. A fazenda tava boa ainda, tava movimentando. No início, tinham 4 mil cabeças de gado; quando o Coronel morreu, tinha 1.200 cabeças, aproximadamente. Era movimentada no início, depois... com as crises e inflação, foi caindo. [...] Eles nunca tiveram problema de invasão, porque fizeram os lotes. Alguns seringueiros venderam os lotes e voltaram para a Fazenda Carmem de novo, aí foram postos pra fora (ARCANJO DA SILVA, nov. 2001).

Nos depoimentos dos fazendeiros e prepostos é recorrente a afirmação de que os moradores foram todos indenizados com a devida documentação. Enfatizam sobre o momento de instalação da fazenda usando a expressão “tranquilo”. O contraste entre as informações dos fazendeiros e as dos trabalhadores é marcante, levando pessoas externas ao caso a duvidarem de que se trata da descrição de um mesmo momento.

Existiram outras formas de intimidação dos antigos trabalhadores. Dentre essas, era comum as ameaças diretas, como a matança de animais de criação e até torturas a seringueiros. Em geral, elas resultaram na expulsão da família. Uma prática também comum era iniciarem as derrubadas da mata e mandarem avisar, através de um capataz ou gerente da futura fazenda, que o seringueiro devia sair da terra. Na ocasião era exibido o documento de compra da propriedade. Ao seringueiro, pego de surpresa, não restava outra alternativa, senão abandonar a área. Não tinha como negociar diretamente com o “novo dono” da terra, nem a quem exigir seus direitos. Muitos extrativistas ao enfrentar a situação, foram pedir colocações aos bolivianos, como informou o seringueiro e dirigente sindical Antônio Carneiro:

“Ao longo do processo na Fazenda Carmem, a gente foi ver lá uma casa que o patrão [fazendeiro] tocou fogo, trouxe o rapaz e registrei a queixa na delegacia [...] Daí, vinha o conflito. ...que iam colocar trabalhadores fora, todo mundo das colocações. Na época, tinha muita gente, criava muito porco, galinha... Aí, pra onde é que iam? A Bolívia completamente cheia. Ficou um despejo! O pes-

soal correndo pra Bolívia, pedindo aos bolivianos que arranjassem uma colocação pra eles. Isso deu um assombro na região. [...] Era um desespero. O fazendeiro chegava e dizia: “- Não. Tem que retirar todo mundo, que eu comprei o seringal, o documento tá aqui”. [...] O proprietário, com muito dinheiro na época, tirado do próprio povo, que a gente vem a saber hoje, passou de avião, dando um vôo bem baixo. Todo mundo já sabia que era a chegada de um coronel. Embora eu ache que ele nunca tenha sido... (ARCANJO DA SILVA, nov. 2001).

Ao comprar a terra do seringalista, a maioria dos fazendeiros demorava aproximadamente de um a três anos para implantar a fazenda, e os novos proprietários não fixavam residência na propriedade. Em alguns casos, usavam-na apenas como reserva de valor. Nesse sentido, o fazendeiro Joaquim Medeiros informou que, “nos primeiros anos se fazia viagens constantes, vinha e voltava... A gente não se radicou logo. Até hoje, a gente passa uma parte do ano aqui outra no Sul” (MEDEIROS DE SOUZA, abr. 2002). Os seringais Porvir e Carmem são exemplos clássicos dessa situação<sup>20</sup>. Os novos proprietários eram casados, pois os nomes das esposas constaram do documento de compra como co-proprietárias. Entretanto essas senhoras só estiveram no Acre a passeio, em ocasiões esporádicas, quando visitavam os maridos, mesmo assim, por curtos espaços de tempo.

No trato com os habitantes da área comprada, inicialmente o fazendeiro prometia emprego na própria fazenda ao seringueiro que concordasse em vender sua colocação. Em seguida, regressava a seu Estado de origem, deixando a cargo do capataz os encaminhamentos seguintes. A partir de então, o seringueiro que havia vendido a terra mantinha entendimentos com a estranha figura do capataz. Este, por sua vez, não tomava decisões, cumpria ordens do seu patrão, usando de violência para expulsar seringueiros (ESTEVES, 1998). O ex-seringueiro Francisco Pacheco, em sua fala, expressou-se sobre um desses momentos:

“...era o gerente: Euzébio Alves Ferreira, o cara mais ruim que eu já vi na minha vida. Euzébio Alves Ferreira. Ele dizia que eu tinha que sair de lá senão ia me matar. Mandou me dizer que ia me dar uma pisa: “- Eu vou dar uma pisa naquele velho pra ele sair dacolá” (PACHECO DA SILVA, jun. 2002).

Um documento produzido pela Comissão de Planejamento Agrícola do Acre (Cepa/AC) revelou essa prática dos pecuaristas. Em

<sup>20</sup> Os seringais Porvir e Carmem foram comprados conjuntamente pelos irmãos Medeiros.

levantamento feito no trecho entre Rio Branco e Brasileia, os pesquisadores visitaram 60 fazendas de gado e só encontraram os respectivos proprietários em 3 delas. Essa forma absenteísta, adotada pelo fazendeiro, autorizava a ação violenta do capataz e a expulsão dos seringueiros da propriedade.

No caso do Seringal Carmem, utilizou-se várias formas para expulsar os seringueiros que resistiam em vender suas colocações. Houve destruição de plantios, invasões e derrubadas de matas próximas às suas casas. Também foram utilizados os jagunços nessa operação. Essa prática, noticiada no Jornal Varadouro, teve início em 1973, três anos antes da oficialização da venda do seringal. A prática foi repetida posteriormente, para ultimar a expulsão dos seringueiros do Carmem (CALAÇA, 1993, p. 170).

É importante ressaltar que o jagunço empregado no Acre não se enquadra no perfil daqueles que tradicionalmente atuam em outras regiões. Quando eles chegavam em Rio Branco, assumiam posição social mais elevada do que a que desfrutavam no Nordeste, por exemplo. Chegavam de avião de linha comercial e hospedavam-se no melhor hotel da cidade. O fazendeiro contratante o colocava como gerente da fazenda, ou capataz. Com esse posto era tratado com distinção pelas autoridades jurídicas constituídas na região. Assim, essas pessoas não se apresentavam como um trabalhador qualquer, mas como alguém que, na ausência do patrão, detinha os mesmos poderes e reconhecimento (CALAÇA, 1993, p. 171).

Retomando a fala de Antônio Carneiro da Silva, percebe-se esse fato. Diz ele que quando o fazendeiro chegava, todo mundo já sabia que se tratava de um “coronel” (grifo nosso). O mesmo impacto tem paralelo nas palavras de Martins (1991b), quando identificou “a chegada do estranho”, e se referiu aos impactos causados pela investida do grande capital e dos grandes projetos na Amazônia. A despeito da particularidade histórica do processo de inserção do grande capital no Estado do Acre, de modo geral, a “chegada do estranho” nessa região também significou a entrada de grupos hegemônicos, que reduziram drasticamente as condições de vida das populações rurais. Nesse sentido, Martins enfatiza:



Não se trata de **introduzir** nada na vida dessas populações, mas de **tirar-lhes** o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica, mas terras e territórios,

meios e condições de existência material, social, cultural e política (MARTINS, 1991b, p. 16 – grifos do autor).

Para os habitantes da zona rural e urbana do município de Brasileia, a figura do fazendeiro era estranha. Procedia de outras regiões, trazia instrumentos diferenciados, que serviam para implantação da pecuária. Enfim, eram pessoas estranhas, com costumes estranhos e métodos de uso da terra, também estranhos.

Esteves (1999) expôs com propriedade essa concepção de “estranho”, que lhe foi repassada pelos seringueiros:

“ O estranho fala linguagens desconhecidas, coloca em prática diferentes formas de expropriação, objetiva interesses próprios ou se apresenta como prepostos de empresas multinacionais; invade áreas habitadas por trabalhadores. Na percepção dos entrevistados, usa roupas extravagantes e desconformes, como calças de couro, blusa de manga, cintos largos e afivelados, revólveres na cintura e botas de cano longo e salto, além de um chapéu *panamá* (ESTEVES, 1999, p. 130).

Mas, se de um lado, os fazendeiros foram vistos estranhamente pelos seringueiros, de outro, na imagem deles próprios e do Governador Wanderley Dantas, eram tidos como os modernizadores do Acre. Foram recebidos como portadores das condições de um novo desenvolvimento econômico para o Estado, parafraseando o fazendeiro Joaquim Medeiros.

A migração de seringueiros para território boliviano é um outro aspecto a destacar na fala do sindicalista Antônio Carneiro. Foi um processo iniciado antes da anexação do Acre. Entretanto, pesquisas indicam que, dentre os aproximadamente 30 mil *brasivianos*<sup>21</sup> existentes atualmente, 50% emigrou durante o processo de expulsão dos seringais, na década de 1970 (ESTEVES, 2002).

Um paralelo nesse aspecto é feito por Silva (1982), no estudo sobre o “fechamento da fronteira agrícola”, reportando-se à incorporação contínua de novas áreas ao processo produtivo capitalista (SILVA, 1982, p. 114). O conceito clássico de fronteira agrícola foi empregado para indicar a incorporação do processo produtivo capitalista durante a fase de expansão da produção do café, no século XIX. O conceito de fronteira se insere, portanto, no contexto das relações sociais da produção capitalista. O conceito clássico, então, concebe

<sup>21</sup> Brasivianos é um termo usado para designar brasileiros que vivem na fronteira do Acre com a Bolívia.

o esgotamento da fronteira quando não existem mais terras a serem incorporadas ao processo produtivo.

Segundo o mesmo autor, essa concepção não serve para entender a ocupação da Amazônia. Quando se diz que sua fronteira está se fechando, não significa que suas terras estejam sendo ocupadas produtivamente (SILVA, 1982, p. 117). O fechamento da fronteira se deu aí, no sentido das terras assumirem o papel precípua de reserva de valor ou de ocupação pela pecuária, como uma forma de garantir a propriedade privada da terra. Existem grandes porções de terra não ocupadas efetivamente, mas que, sendo inseridas no processo de compra e venda, funcionam como mercadoria.

No caso específico do Acre, a fronteira agrícola se expandiu, gerando conflitos além de seus limites territoriais. O *fechamento* significa que suas terras se encontram ocupadas como reserva de valor: “quando a fronteira se fecha, acaba ela mesma se tornando uma região de conflitos pela posse da terra”. De modo geral, esses conflitos na Amazônia têm forçado a migração de camponeses locais para países vizinhos, principalmente para Bolívia e Venezuela.<sup>22</sup>

### 2.3.1 Com a fazenda, cria-se o impasse

A situação econômica do fazendeiro Joaquim Medeiros de Souza se manteve, no mínimo, estável desde o início da instalação da Fazenda, na área em que funcionava o seringal Carmem. Atualmente é proprietário de terras no município de Sena Madureira, em um empreendimento a que chamou de manejo florestal. Ressentiu-se, durante o depoimento, das dificuldades de transporte para comercializar a madeira já extraída. Sendo irmão do proprietário Chicão, esteve junto com o mesmo nos primeiros preparos para a criação de gado. Inicialmente, esquivou-se em dar a entrevista, e quando assentiu em fazê-lo, respondeu de forma concisa, e em alguns momentos, demonstrou que não gostaria de voltar a falar sobre o assunto da Fazenda, alegando, inclusive, que sua pessoa não era mais proprietária de terra no município brasileiro.

---

<sup>22</sup> A esse respeito, consultar Esteves (2002); Martins (1991b, p. 118); Silva (1982, p. 114-117); Almeida (1993).

A respeito da vinda para o Acre, o fazendeiro Joaquim Medeiros, utilizando-se de fotografias, relatou ter sido proprietário de uma grande fazenda no interior do Estado do Mato Grosso e que, por motivo de estarem com dívidas em banco, venderam-na e compraram terras de um seringal aqui no Acre. Por falta de estradas, resolveram vender novamente, quando por volta de 1976 adquiriram o Seringal Carmem, o qual possuía alguma facilidade de acesso. Ao se referir ao processo de instalação da Fazenda, enfatizou que o mesmo ocorreu de forma tranquila, mantendo silêncio sobre conflitos por terra, sem sequer fazer menção a esse assunto:

“ Logo que a gente adquiriu, ficamos administrando conjuntamente. Depois de um tempo é que a gente se separou. [...] No início foi tranquilo. Foi feito o desmatamento, semeado o capim, feito a cerca, o bebedouro, a instalação do curral, das casas. [...] Indenizamos com escritura e tudo todo o pessoal que tava lá (MEDEIROS DE SOUZA, abr. 2002).

Questionado sobre a dimensão do antigo Seringal Carmem e sobre a quantidade de moradores, o Sr. Joaquim demonstrou dificuldade em lembrar-se: “difícil dimensionar, mensurar isso aí, se era muito ou não. Os dois seringais juntos (Porvir e Carmem) eram 20 mil e poucos hectares” (MEDEIROS DE SOUZA, abr. 2002).

Observou-se que o fato do fazendeiro recusar-se inicialmente a falar sobre o Seringal, dentre as outras atitudes restritivas já citadas, serve de reforço a uma construção histórica do processo de transformação do seringal em fazenda, profundamente marcado pelo conflito.

Em sentido oposto, se tem os depoimentos dos ex-seringueiros Francisco Messias e Antônia Soares, que atestam sobre um dos momentos mais graves, durante o processo de instalação da fazenda no lugar do seringal, quando houve a queima de casas:

“ Os primeiros fazendeiros, os do Carmem, eram cruéis, eram os piores. Eles chegaram na casa do seringueiro: “- Você sai ou fica!?” Jogavam gasolina (tchuuu, tchuuu), queimou muita casa, queimavam tudo. Eles queimaram casa nossas, que nós tava dentro... Se nós não tira as coisas, ele tinham queimado tudo. Na hora que nós tava brocando o roçado para mudar dessa área pra outra... “- Vocês tira as coisas que nós vamos botar fogo aqui ó!” Fomos botando as coisas ali, e quase eles queimam as coisas. Uma hora dessas assim (fim de tarde), nós saímos com 6 crianças. E tem mais: eles não avisaram que iam

botar fogo lá (na primeira casa que nós tava), que eles já tinham brocado, eles não avisaram. Menina, eles tocaram fogo. Nós ficamos sem saída. Ficou tudo, invadiu tudo de fumaça. Quase morre todo mundo sufocado na fumaça. Era outra casinha que o cara tinha arrumado pra nós ficar, eles diziam: “- Saiam, que vamos queimar.” Se nós não sai correndo tinha sido queimado, com as crianças. Foi sofrimento, sofremos demais. Não gosto nem de lembrar... (MESSIAS; LOPES, jan. 2000).

Portanto, ao contrário do que afirmou o fazendeiro, a instalação da Fazenda Carmem não foi nada tranquila. De início, alguns seringueiros abandonaram suas colocações, mas os que ficaram intensificaram o processo de reação organizada, onde o trabalhador não se posicionou de forma passiva, mas como sujeito social. Tanto assim, que se reconheceu na introdução da pecuária, um elemento acelerador da organização desses trabalhadores, os quais passaram a impor presença política e marcaram profundamente as bases da propriedade fundiária no Acre. Aliás, em toda a região amazônica esse processo de aceleração das organizações de trabalhadores veio se delineando de forma semelhante, como desdobramento da investida do grande capital e dos grandes projetos:

“ Os grandes projetos contribuíram decisivamente para despertar o demônio da política, adormecido na alma dos humilhados e desvalidos da terra, que põe em questão mais do que esses projetos - põe em questão o direito de propriedade no interesse do grande capital rentista e especulativo, e as relações de poder, de que os grandes projetos são o produto corrosivo (MARTINS, 1991b, p. 91).



# CAPÍTULO 3

## MEDIADORES E TRABALHADORES DO CARMEM NA LUTA “PARA NÃO COMER CAPIM”<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> “Para não comer capim” foi expressão utilizada pelo advogado Pedro Marques, um dos mediadores na luta de resistência dos trabalhadores rurais, durante orientação a seringueiros, que estavam em conflito com fazendeiros.

**N**o intuito de melhor analisar os conflitos entre seringueiros e fazendeiros do Acre na década de 1970, a partir do Seringal Carmem, fez-se opção por uma noção de conflito que supera a noção de confronto ou autodefesa. O conflito teria caráter de movimento de mediação de relações sociais entre os trabalhadores e os aparelhos de poder, ou mesmo com a sociedade. Nesse caso, durante o conflito, o trabalhador adquire maior conhecimento acerca de seus direitos constituídos em lei. Na região amazônica, em muitas situações, os conflitos se constituíram em elementos propiciadores da criação dos sindicatos rurais (ALMEIDA, 1989, p. 91).

É importante incorporar na discussão sobre os conflitos gerados no contexto das transformações econômicas do período em estudo, a reflexão feita por Offe; Wiesenthal (1984). Segundo esses autores: “as diferenças de poder conduzem a diferenças no tipo de ação coletiva através da qual esse diferencial de poder pode ser avaliado” (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p. 58). A direção das reflexões inspiradas nessa abordagem deve se concentrar principalmente na observação das condições de barganha próprias de cada grupo para defender os interesses que lhe são inerentes. No Acre, de um lado, estavam em conflito os proprietários e, de outro, os seringueiros.

Tal reflexão remete necessariamente a uma identificação do poder de cada grupo em conflito, a fim de ser avaliado o equilíbrio entre essas forças políticas. Abstraindo-se parcialmente do conteúdo filosófico e sociológico crítico que fundamenta o pensamento dos referidos autores, é possível questionar a idéia de que os conflitos por terra envolviam dois grupos sociais em igualdade de condições econômicas e políticas, ou seja, é uma crítica ao “equivoco de equacionar conceitualmente o desigual” (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p. 58).

No contexto da luta por terra no Acre, isso pode ser analisado quando se questiona qual o ponto de partida para o fazendeiro e para o seringueiro reivindicarem seus direitos sobre a terra. Nesse sentido, estavam esses grupos investidos das mesmas condições de poder normativamente institucionalizado? A indicação de Offe et al. (1984) é que, “de acordo com uma teoria normativa, se trata daquilo que é, em termos de normas institucionalizadas, estritamente igual, porém, que ainda resulta completamente desigual na realidade efetiva” (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p. 58). Ora, se as condições efetivas

são de poder superior para os proprietários de terra, estes possuem, conseqüentemente, uma habilidade também superior para defender e reproduzir o poder de que se acham investidos.

Resulta daí, que as ações coletivas dos seringueiros foram extraordinárias. Isso, se observados os problemas enfrentados e o fato de estarem em condições de poder menos privilegiadas. Além do mais, se nos dias atuais no Estado a atividade pecuária encontra-se com um significativo crescimento produtivo, é porque se beneficiou dos primeiros investimentos, e por ter sido a atividade econômica privilegiada durante a década de 1970. Essa situação corrobora com o alerta feito por Offe et al. (1984), sobre o equívoco de comparar em situação de igualdade o que é conceitualmente desigual.

As ações coletivas dos seringueiros, construídas a partir do Seringal Carmem, tiveram várias alavancas. Algumas foram sendo estabelecidas no interior do processo de falência do seringal; outras, no processo de transformação deste em fazenda para gado. Tais ações, além de serem o resultado da capacidade de resistência já internalizada nos embates do sistema do aviamento, no seringal receberam o apoio de algumas entidades mediadoras.

A mediação teve o papel de encaminhar as reivindicações do movimento de trabalhadores e de criar novas práticas, sobretudo através da linguagem progressista. À medida que as reivindicações dos trabalhadores buscavam respostas institucionais, crescia o campo da mediação dessas entidades, que se multiplicavam (CALAÇA, 1993, p. 354). Inicialmente, participaram a Igreja Católica, o Incra, a Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Posteriormente, atuaram o Partido dos Trabalhadores (PT), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), as Associações de Moradores e Cooperativas.

### **3.1 A Igreja Católica como mediadora de conflitos**

Em entrevista com três famílias de ex-seringueiros do Carmem, Antônia Soares, residente em Brasileira, indicou a ação da Igreja Católica no Seringal Carmem durante os conflitos pela terra.

“ Também nessa época, nós tínhamos um livro. Um livrinho assim [fez o gesto demonstrativo], que se chamava *Lei da Terra*. Com esse livro foi que nós começamos a estudar, a nos orientar como eles [apontou para os homens] poderiam fazer o empate... através desse livrinho (LOPES, jan. 2000).

De acordo com a historiografia sobre a Igreja no Brasil contemporâneo, no Acre, uma fração progressista elaborou um documento para orientar seringueiros sobre as expulsões da terra. Esse documento dizia respeito à questão fundiária no Estado. Com abordagem cautelosa, o tema foi apresentado dentro dos limites da legislação vigente e pautava-se no Estatuto da Terra. O título desse documento era *Catecismo da Terra*, cujo conteúdo remetia ao *livrinho* citado por Dona Antônia:

“ 1º) O que é o INCRA? É o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; sua principal missão é proteger os trabalhadores da terra (colonos, posseiros, seringueiros, etc). O principal interesse desse órgão é a fixação do homem à terra. 2º) Qual é a Lei que garante a fixação do homem à terra? – A lei que garante a fixação do homem à terra é Lei 4.504 de 1964, assinada pelo Presidente Castelo Branco. 3º) Que diz a Lei 4.504 do Estatuto da Terra? – A Lei 4.504 do Estatuto da Terra garante o direito à posse da terra (o módulo), a quem nela morar habitualmente depois de 1 (um) ano e 1(um) dia, dedicando-se à cultura efetiva da terra. 4º) Que significa o módulo da terra? O módulo da terra é a área que uma família pode usar convenientemente para seu sustento. Como base, o módulo parte de 50 hectares, aumentando conforme o tipo de utilização e capacidade braçal da família. 5º) O que pode fazer para garantir seu direito à posse da terra? – A melhor garantia do direito à posse da terra é não sair da terra onde você trabalha. Mesmo se lhe oferecerem indenização. 6º) O que fazer em casos de conflitos e em razão de vendas de terra? – Em caso de conflitos, sugerimos 3 atitudes: a) conservar a calma e não brigar com os compradores; b) não se deixar intimidar por ninguém, pois você não pode ser jogado fora de sua terra enquanto você não quiser; c) se for necessário, você deve recorrer às autoridades competentes; ao próprio INCRA, na sede, em Rio Branco; a um Juiz Federal; à Polícia Militar ou à 4ª Companhia de Fronteira (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 44-45).

O conteúdo desse documento teve influência no conhecimento dos trabalhadores sobre a condição de posseiro e sobre os direitos em relação à posse e uso da terra. Segundo a visão de Antônia Soares, ex-seringueira do Carmem, o folheto *Catecismo da Terra* foi determinante para a construção política do primeiro empate. De acordo

com os estudos de Costa Sobrinho (2001, p. 44-45), sobre meios de comunicações e movimentos sociais na Amazônia, “esse documento significou um punhado de areia nos olhos dos ‘paulistas’ [...]”.

Cícero Galdino de Araújo, outro ex-seringueiro, se referiu à ajuda da Igreja da seguinte forma: “o padre e as irmãs entraram lá, tiveram dó de nós. As irmãs também foram lá ensinar como nós podíamos se defender...” (ARAÚJO, jan. 2000)

Na segunda década do século XX, a Igreja Católica, recém instalada no Acre, foi aliada importante dos patrões, pois tinha larga influência junto aos seringueiros, os quais eram, em sua maioria, cristãos. Segundo Paula: “Sua mensagem religiosa é dirigida no sentido de reforçar e legitimar, no plano subjetivo, a submissão e o conformismo” (NOVAES apud PAULA, 1991, p. 53). Porém, a atuação da Igreja Católica não se deu de forma homogênea em todo o Estado. Por exemplo, havia diferença de orientação do clero nas Prelazias do Juruá e de Rio Branco. No Juruá, os padres seguiam uma linha mais conservadora. Limitavam-se a tratar de questões religiosas, e se identificavam com a classe dominante. Já na Prelazia de Rio Branco, os padres orientavam-se pela filosofia da *Teologia da Libertação* e, desde o início, participaram dos conflitos fundiários ao lado dos trabalhadores.

Essa linha filosófica, seguida pela Prelazia de Rio Branco, teve origem no redirecionamento ideológico do papel da Igreja Católica na América Latina. O movimento de libertação foi fortalecido quando se operou uma síntese dialética entre marxismo e cristianismo, entre a fé e a revolução. A idéia era de que “a presença sensível da fé no coração da práxis revolucionária permite uma interação fértil” (LÖWY, 1991, p. 43). Na prática, as relações de cunho social entre os católicos era objeto de atenção dos pastores de Cristo.

Esse entendimento surgiu com os acontecimentos mundiais do Pós 2ª Guerra, quando parte da Igreja optou por enfatizar uma ação comunitária. No Brasil, a ação católica progressista, fundamentada na Teologia da Libertação, foi desenvolvida pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que atuavam junto aos pobres e excluídos da sociedade. Em face disso, o frei Clodovis Boff denominou esse período da história da Igreja, com início em 1970, de *Pastoral da Libertação*. No Acre, os trabalhos de organização das CEBs foram iniciados em

1971. O interessante é que a Teologia da Libertação surgiu um pouco depois da criação das CEBs, apesar disso, era esse pensamento que permeava as ações daquelas Comunidades (COSTA SOBRINHO, 2001, p. 44).

Martins (1991) identificou no Acre, a nova tendência da atuação da Igreja no momento da criação das CEBs, bem como da Comissão Pastoral da Terra (CPT), instalada em 1975:

“ Durante os conflitos fundiários no Acre, a Igreja Católica exerceu um papel de reconhecimento do direito à terra aos trabalhadores rurais, demonstrando que a hierarquia católica mudou sua orientação em relação à questão fundiária (MARTINS, 1991b, p. 29).

Frei Betto descreveu as CEBs como pequenos grupos de pessoas que professam a mesma fé e moram na mesma região (BETTO apud ESTEVES, 1999, p. 161). A união entre essas pessoas se estabelece por viverem os mesmos problemas em busca de sua sobrevivência. São *eclesiais* porque estão congregadas na mesma Igreja, e são *de base* por trabalharem em atividades do setor primário da economia. Em meio a esses conceitos, vincula-se a denominação empregada por seringueiros às suas organizações de base ou lideranças de base, como uma demonstração da inserção das CEBs no meio dos trabalhadores rurais da região, uma camada situada na base da pirâmide da sociedade.

Os estudos de Mourão (apud COSTA SOBRINHO, 2001, p. 44) constataram que as CEBs no Acre, foram resultado da intervenção direta de uma equipe de pessoas ligadas à instituição católica, inseridas no meio popular. Por encontrar ambiente propício, as CEBs multiplicaram-se rapidamente, tanto no campo, quanto na cidade.

No bojo da criação das CEBs, foi elaborado o *Boletim Nós Irmãos*, com título de *Catecismo da Terra*. Esse documento resultou de um treinamento de monitores da Igreja, realizado entre os dias 10 e 15 de dezembro de 1973, em Brasileia. A sua divulgação foi ampla, mas ocorreu principalmente nas paróquias de Sena Madureira e Brasileia. Em face do caráter informativo do Boletim, foi aberto espaço para os trabalhadores rurais falarem sobre as injustiças que vinham sofrendo. Naquele momento, surgiu também o programa radiofônico *Somos*

*Todos Irmãos*, que teve grande repercussão no meio rural, já que o rádio era uma das únicas formas de comunicação.<sup>24</sup>

Vale lembrar que esse foi um período de extrema repressão política em todo o país. Na ocasião, os meios de comunicação eram totalmente controlados pelos governos da Ditadura Militar. Em face disso, a Igreja passou a ser um meio privilegiado não só por dar voz aos trabalhadores rurais, mas por informar os números relativos às mortes e à violência no campo.

É importante destacar a particularidade da ação da Igreja Católica em Brasileia e Sena Madureira, através das CEBs, pois em outros municípios, como Xapuri, não foi possível a mesma atuação. O principal motivo foi a não adequação do pároco local às novas orientações católicas frente à questão fundiária. A atuação do padre da Paróquia de Xapuri, pelo contrário, contribuiu para dificultar ainda mais o processo. Ali, a ação das CEBs resultou na formação de lideranças colaboracionistas com os interesses de fazendeiros, e pouco combativas (MOURÃO apud COSTA SOBRINHO, 2001, p. 182).

Por outro lado, como afirmou Mourão, 70% dos sindicatos de trabalhadores rurais do Acre receberam influência direta e colaboração das CEBs. Estas, apesar da opção pela neutralidade política, se envolveram também com partidos políticos de oposição ao governo militar, com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e depois com o Partido dos Trabalhadores/PT (MOURÃO apud COSTA SOBRINHO, 2001, p. 182). Esteves observou que uma interrelação entre o novo sindicalismo rural e a tradição da Igreja, ou seja, entre mediados e mediadores, parece fundir as duas instituições nos mesmos propósitos. Adverte, no entanto, tratar-se de instituições distintas, embora o Sindicato estivesse fundamentado na filosofia cristã e a Igreja tivesse encontrado no sindicato o espaço adequado a sua prática (ESTEVES, 1999, p. 168).

Convém explicitar um pouco mais sobre os fundamentos filosóficos e históricos da criação desse movimento no interior da Igreja Católica, pois esse exercício pode enriquecer a compreensão sobre a eclosão dos conflitos e organizações sociais no município de Brasileia, intensificado principalmente a partir do caso do Seringal Carmem.

<sup>24</sup> Apesar de continuar sendo a principal forma de comunicação, à época das entrevistas (jan. e fev. de 2000), o rádio local havia sido fechada em face do poder das frações de classes dominantes em Brasileia.

Segundo conclusões de Teixeira (1993, p. 11-13), a origem das CEBs esteve associada ao contexto sócio-cultural e eclesial brasileiro da época, bem como à própria tradição leiga do catolicismo popular. Leigos, nesta acepção, são pessoas que assumiam tarefas no interior da Igreja Católica, mas que não possuíam formação como padres ou outra função na hierarquia católica.

Se, por um lado, essa tradição preparou o terreno para o surgimento das pequenas comunidades sensíveis aos princípios do cristianismo, por outro, a criação das CEBs pode ser fruto da crise da Igreja, enquanto instituição social e religiosa. Suas principais preocupações eram com a educação de base e a evangelização comunitária.

No intuito de melhor contextualizar a criação das CEBs, Teixeira (1993) mencionou as iniciativas de renovação teológico-pastoral do início do século XX. Por exemplo, o Concílio Vaticano II, juntamente com a Conferência de Medellín, tiveram influência sobre a América Latina, acelerando a sensibilidade eclesial nova, a qual se voltava para o campo social. Inaugurava-se, então, um horizonte de liberdade e profetismo, onde se fazia opção pelos pobres.



Não se pode desconsiderar a dimensão da fé na ação das CEBs. É a experiência de fé o sustentáculo essencial da força e esperança dos pobres em comunidade (COSTA SOBRINHO, 2001, p.15).

Os principais traços característicos das Comunidades Eclesiais de Base eram: 1) localidade, pois seus membros pertenciam a uma mesma territorialidade; 2) a presença da palavra de Deus e o culto regular; 3) a dinâmica participativa e os serviços ministeriais; 4) o compromisso com os pobres; 5) a relação motora entre vida e fé.

Dentre os traços citados, a fé encontrou uma forte ressonância no caráter religioso próprio da cultura seringueira. O eco se fazia mais forte por esse sentimento estar desde sempre imbricado com a prática social seringueira (BASILIO, 2001). Foi apontado como exemplo para a confluência entre a prática dos seringueiros e a das CEBs o fato de, em alguns seringais, o espaço ser referenciado como uma *comunidade*. Assim falavam em *Comunidade do Independência*, *Comunidade Dois Irmãos*, do São Pedro (ESTEVES, 1999, p. 161).

A ação da Igreja se fez no interior dos seringais. Ali, as CEBs reuniam famílias em grupos de 10 a 12 pessoas, sempre aos sábados



e domingos. Nessas reuniões a presença de mulheres e crianças era significativa, uma vez que era ocasião para ministrar sacramentos, como batismos, crismas e celebração de missas. Outra parte da reunião referia-se aos debates sobre problemas do meio rural e mecanismos para resolução dos mesmos. Tal metodologia ficou expressiva no lema *Ver, julgar e agir*, e era dirigida por um padre ou monitor.

Na prática, foram essas as principais formas que a Igreja utilizou para influenciar nas questões ligadas à terra. As dificuldades enfrentadas pelos extrativistas, por ocasião da investida de especuladores fundiários e dos empreendimentos pecuários na década de 1970 e 1980, particularmente em Brasileia, foram mediadas pela Igreja, instituição que também representou um forte elemento no processo de organização sindical no Acre.

### **3.2 A atuação do Incra na questão fundiária em Brasileia**

O Incra foi instalado no Acre em 1972. No Estado, sua atuação limitou-se à execução de processos discriminatórios de terra. Com sede provisória em Rio Branco, esse órgão do governo federal foi fortemente influenciado por grupos empresariais e grandes proprietários de terra, que eram contra sua intervenção na questão fundiária. Em vista disso, o Incra atuou de forma tímida e às vezes, omissa nos conflitos por terra no Seringal Carmem.

Paula (1991, p. 136) destacou que até o ano de 1975, a direção geral do Incra manifestou interesse em regularizar a situação fundiária do Estado acreano. Teria sido esse o motivo da substituição de diversos superintendentes. Em 1976, no entanto, foi nomeado um militar “linha dura” para o cargo. A partir daí, o Incra passou a assumir abertamente uma postura favorável aos interesses dos latifundiários.

Na concepção dos dirigentes e técnicos locais do Incra, que agiam em consonância com as diretrizes do governo estadual, os fazendeiros que se apoderavam dos seringais, com o intuito de desmatar e criar pastos, eram considerados produtivos. Todavia, esse órgão encontrou obstáculos na própria legislação constante do Estatuto da Terra. De acordo com as normas legais, só poderiam ser regulariza-

das terras adquiridas pelos *paulistas* se também fosse regularizada a situação dos seringueiros e posseiros, por terem direitos assegurados pela mesma lei (ESTEVES, 1999, p. 226).

O seringueiro Cícero Galdino foi dos trabalhadores do Acre que, nesse período, procurou regularizar junto ao Incra, a documentação do lote que recebera como indenização. Por mais de dez anos empreendeu essa busca, mas sem resultado positivo. Cícero e sua luta evidenciam a discrepância entre o que os trabalhadores esperavam dos órgãos governamentais e o que estes concretamente encaminhavam:

“...receber 30ha de terra e não ter hoje [janeiro de 2001] um documento dela. Parte de quem? De autoridade que não quer nada com ninguém. A culpa não é minha, é da autoridade, porque a gente procura o INCRA, procura tudo quanto é autoridade e nunca pode fazer [...] O Fórum era pra dar as escrituras. Não deram (ARAÚJO, jan. 2000).

Percebe-se que havia uma distância significativa entre aquilo a que se propunha institucionalmente o Incra e o que realmente era executado. Conforme o *Catecismo da Terra*, a principal missão do Incra era proteger os trabalhadores, fixando-os à terra. No entanto, esse órgão funcionou como:

“um aparelho destinado a viabilizar juridicamente a expansão da fronteira capitalista sobre o Acre, para isso realizando uma espécie de limpeza da área sobre a qual se instalava a empresa pecuária e o latifúndio especulativo (CAMPELO, 1992, p. 54).

Interessante destacar na citação de Campelo (1992), a expressão “limpeza da área”, ou da terra, em se tratando de uma concepção dos fazendeiros, durante a instalação de fazendas, que deveriam chegar à condição de estarem “limpas” de posseiros ou seringueiros, quando esses promoviam, na verdade, uma retirada eivada de conflitos pela terra, desses anteriores ocupantes e trabalhadores rurais.

Em consonância com essa análise, Duarte (1987) acrescentou sobre o papel do Incra:

“...os projetos do INCRA e as ações fundiárias pouco contribuíram para alterar a estrutura fundiária do Estado [...], estiveram permeadas de contradições e em sua maioria tiveram caráter paliativo (DUARTE, 1987, p. 79).

### 3.3 A Contag na criação dos sindicatos: o STR de Brasileia

É mister expor neste estudo a ação da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) junto aos seringueiros de Brasileia e do Estado, como um todo, pois pautou-se em firmeza, e obteve larga aceitação entre os seringueiros. Essa constatação se faz através das falas dos ex-seringueiros do Carmem, ao relatarem nas entrevistas, o processo de organização de seus movimentos de resistência pela permanência na terra. Também entre os estudiosos de movimentos sociais no meio rural acreano, a entidade é apontada como importante mediadora nos conflitos do Carmem.<sup>25</sup>

No quadro da crise instalada no sistema seringal a partir do início da década de 1970 em diante, uma delegacia regional da Contag foi estruturada no Acre. Em suas ações a entidade contou com forte apoio da Igreja Católica.

A conjugação de esforços dessas duas instituições deu impulso à organização dos sindicatos de trabalhadores rurais locais. Com ela foi institucionalizada a resistência dos seringueiros (PAULA, 1991, p. 66). Apesar das ações da Igreja e da Contag terem a mesma direção, observou-se que houve certa disputa por espaço político dentro do movimento. Talvez, porque a disputa entre a Igreja e Contag já vinha se delineando no âmbito nacional, junto a outros movimentos de trabalhadores do campo.

Com relação à atuação da Contag no Acre, observou-se que a atuação de dois de seus delegados regionais se destaca, conforme muitas entrevistas e nos documentos sobre a temática. Segundo essas fontes, eles teriam desempenhado papel decisivo como mediadores no movimento político de reação dos seringueiros em Brasileia. São eles o economista João Maia Filho e o advogado Pedro Marques. O primeiro nasceu e estudou em São Paulo, e começou a prestar assessoria à Contag no final dos anos 60. A partir de então, percorreu outras regiões do país, formando lideranças. No desempenho de seu papel, estabeleceu relações com a Igreja Católica e conseguiu obter fácil acesso a órgãos governamentais no Acre. Seu deslocamento para trabalhar neste Estado resultou de iniciativa própria.

---

25 A esse respeito, consultar Calaça (1993); Costa Sobrinho (2001); Duarte (1987); Esteves (1999) e Paula (1991).

O advogado Pedro Marques atuou no período de 1975 a 1982, com atitudes ousadas e habilidade no trato da organização de trabalhadores rurais. O jornalista Elson Martins, do *Jornal Varadouro*<sup>26</sup>, considerou a ação desse delegado como fundamental na luta para neutralizar a influência dos proprietários rurais na justiça. Para o advogado que sucedeu Pedro Marques, Arquilau de Castro Melo, a atitude de Marques, junto aos seringueiros e posseiros, incentivava a resistência e fortalecia a mobilização dos trabalhadores. Segundo os depoimentos, o mesmo sentimento de respeito pela lei, que era explorado pelos fazendeiros para intimidar os seringueiros, Pedro Marques utilizava para encorajá-los a defender seus próprios direitos. Observe-se as palavras de Marques, dirigindo-se a um seringueiro:

“ Olha, você está dizendo que chegou o jagunço lá na sua casa, mexeu com tua mulher, ela desmaiou, teus filhos ficaram chorando... Pois, olhe, tem um artigo na Constituição que diz o seguinte: se isto acontecer, você pode pegar uma arma e dar um tiro, se defender, você pode matar, isso é invasão domiciliar. Agora, eu não vou defender tua mulher não, a minha eu defendo, lá em casa ninguém entra, porque se entrar eu dou um tiro. Agora, se o jagunço chegar na sua casa, eu sou pago pela CONTAG para te defender diante da lei [...] (PAULA, 1991, p. 107).

Pedro Marques viveu constantemente ameaçado de morte pelos fazendeiros. Em 1982, sofreu um atentado, do qual escapou por encontrar-se armado. Reagiu, atirando contra os pistoleiros.<sup>27</sup> Diante do agravamento do perigo de morte, o advogado retornou ao Ceará. Contudo, seu procedimento surtiu efeito como uma semente que havia sido lançada. Sua atuação junto aos trabalhadores rurais, especialmente os de Brasileia, foi pautado sempre por demonstrar que alguns direitos fundamentais do seringueiro constavam na legislação do país, mesmo que de maneira confusa. A mesma orientação era feita em relação à estrutura fundiária.

Referindo-se aos primeiros conflitos no Carmem, a fala do ex-seringueiro Emiliano Rodrigues, revelou o tom do diálogo entre um seringueiro e o delegado Pedro Marques. Revelou a atitude instigadora de Marques no sentido do trabalhador lutar por seus direitos:

“ nós corremos pra ele, para o Doutor Pedro. E ele disse: “– Você têm cabeça pra guardar merda?! Você terem feito

26 Costa Sobrinho (2001), analisando meios de comunicação na Amazônia, situou o papel do *Jornal Varadouro* no apoio aos trabalhadores. Surgiu em 1977, da junção de esforços de intelectuais do Acre e de parcela da Igreja.

27 Os pistoleiros que agiam no Acre eram pessoas contratadas por fazendeiros para proteger seus interesses em desmatar e implantar a pecuária. Em sua maioria, vinham de outros Estados, como Mato Grosso, Rondônia etc.

uma assinatura dessa! [acordo assinado com fazendeiro] [...] Ou vocês vão criar coragem, ou vão ficar nas beiras dos rios, ou nas beiras das estradas.” “- Mas Doutor, a gente não tem expectativa de nada, não conhecemos os direitos.” Aí, tinha um homem bem assim sentado lá com ele, na sede [do STR], que disse assim: “- Doutor, o homem brocou ao redor da minha casa, e agora derrubou tudo, e o que é que eu vou fazer?” E o Doutor: “- Quando ele queimar, você come o capim. Ou o acreano pisa no batede pra o fazendeiro não desmatar, ou então vai comer o capim. Depois que desmatar não tem direito. E o pessoal do Carmem (que era nós), ou vai segurar a parada ou vai ficar que nem você...” [concluiu, dirigindo-se ao outro trabalhador] (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002).

Para Paula (1991), o mais importante na ação do advogado Pedro Marques era a forma como ele impunha autoridade perante a justiça, além do conteúdo de seus discursos aos seringueiros e posseiros. O mesmo estudioso admite que, a despeito de sua trajetória na defesa desses trabalhadores, não consta que esse profissional tenha mantido qualquer vínculo formal com grupos ou organizações políticas de esquerda (PAULA, 1991, p. 107-108).

Além de criar sindicatos, a Contag acompanhava o trabalho dos mesmos no interesse dos trabalhadores. Nas primeiras ações, a Contag contou ainda com a colaboração do advogado Pedro Marques e de outras pessoas simpatizantes da causa, como relata João Maia:

“ Também contamos com a ajuda de D. Moacir e do Jornalista Elson Martins. [...] Começamos a trabalhar em julho de 1975. Em setembro, no aniversário de Sena Madureira, fundamos o primeiro sindicato. [...] Primeiro fazíamos um giro no município, umas vinte reuniões. [...] Depois, uma reunião de três dias com representantes de cada seringal ou colônia. [...] explicávamos melhor a legislação sobre a terra, a trabalhista, a previdenciária, a sindical... Depois fazíamos um segundo curso para então convocarmos uma assembléia de fundação do sindicato (MAIA FILHO apud BASILIO, 2001, p. 167).

O sindicalista Antônio Carneiro contou um pouco como se deu o processo de criação do sindicato de Brasileia:

“ O sindicato foi criado em cima de uma primeira briga no Seringal Carmem. [...] o pessoal começou a se organizar. O Dr. João Maia veio lá de fora, e disse: “- Vamos fundar o sindicato dos trabalhadores rurais de Brasileia.” E nesse dia, em Brasília, como a cidade era tão pequena, abalou Brasília, acho que foi até hoje o dia que já deu mais gente dentro do Município. Com todo respeito, desceu todo mundo e implantaram o sindicato (CARNEIRO DA SILVA, jan. 2000 - grifos adicionados).

Não obstante isso, a defesa dos direitos desses trabalhadores tornou-se complexa. Era difícil para a Contag identificar um anseio comum no conjunto dos trabalhadores rurais do Acre, pois havia trabalhador querendo vender a colocação, enquanto outros queriam permanecer. Além disso, havia entre os seringueiros a expectativa de que a Contag assumisse um papel paternalista.

No entanto, os encaminhamentos das questões pela Contag se deram dentro dos limites prescritos pelo Estatuto da Terra - Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Era um documento essencialmente contraditório, elaborado com base na política agrícola e agrária do governo pós-64: "o Estatuto da Terra teve por finalidade primordial apaziguar os latifundiários e empresários rurais e indicar a direção conservadora da política agrária do governo" (IANNI apud DUARTE, 1987, p. 42).

Segundo Ianni (apud DUARTE, 1987), o Estatuto da Terra é conservador frente às reivindicações dos trabalhadores rurais, por reafirmar a propriedade privada da terra. Somente garantiria avanços nessa questão no caso de ser aplicado integralmente. Como isso não aconteceu, o Estatuto favoreceu o latifúndio, salvaguardando-o sob o conceito de empresa rural. O fato é que, em vinte anos de vigência da Lei, muito pouco se alterou na questão agrária do país (IANNI apud DUARTE, 1987, p. 42).

Para a Contag agir em consonância com o Estatuto da Terra, na defesa do seringueiro e de sua permanência na colocação, exigiu a adoção de estratégias. Como não existia juridicamente a figura do seringueiro, foi criada a denominação de posseiro e de trabalhador rural para o extrativista. Explica-se assim, o surgimento dos sindicatos abrangendo especialmente essa categoria. Com esse objetivo, o delegado da Contag, João Maia, conceituou sindicato como: "uma organização de trabalhadores rurais, ou seja, os seringueiros, posseiros, peões da agricultura e, de uma certa forma, pequenos proprietários" (PAULA, 1991).

Inicialmente, os seringueiros aceitaram ser juridicamente situados como posseiros. Passaram a construir benfeitorias em suas colocações que, de acordo com a lei, compreendia plantações, cercas, pequenas criações de animais e outros *bens de raiz*. Embora o conceito legal de benfeitoria incluísse todas aquelas que fossem fruto do

trabalho incorporado à terra pelo trabalhador, não abrangeu o sistema de produção, cuja unidade principal é o espaço de terra próprio da atividade extrativista. Portanto, não levou em conta os trabalhos de abertura da floresta que o seringueiro realizava para se *colocar* na terra, a manutenção e limpeza das estradas de seringa, nem a conservação das castanheiras. Uma liderança sindical se queixou do Estatuto da Terra, afirmando que “o mais difícil era que não podíamos colocar nossas estradas de seringa como benfeitoria” (TARGINO apud ESTEVES, 1998, p. 25 - entrevista).

A Contag, juntamente com o sindicato, estimulava os seringueiros a plantarem roças, a criarem animais, para que pudessem ser enquadrados de acordo com o que estabelecia o Estatuto da Terra. De acordo com essa lei, o seringueiro que estivesse na terra por um período superior a 1 ano e 1 dia, seria classificado como posseiro, não podendo ser expulso.

João Maia, fazendo uma avaliação dos objetivos da Contag, reafirmou: “não pregávamos uma coisa revolucionária, mas sim a lei, sobretudo a dos direitos humanos, como o de se organizar, de se defender, o direito sobre a terra [...]” (MAIA FILHO apud BASILIO, 2001, p. 167).

Mas, se de um lado, os encaminhamentos da Contag contribuíram de forma eficaz para a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais acreanos, de outro, suas orientações, no sentido do que determinava o Estatuto da Terra, gerou entre os seringueiros, insatisfação junto ao movimento pela permanência na terra. Estes passaram a não aceitar serem tratados como posseiros e receberem apenas uma parcela pequena de terra como indenização, de terem de mudar sua condição de trabalhadores extrativistas para a de agricultores. Reivindicavam a indivisibilidade da unidade produtiva em que trabalhavam e viviam.

A partir de então, o movimento orientou suas ações para defender a posse da terra com base no direito de herança. Entendiam-na como um patrimônio que tinha sido de seus avós ou pais, conforme já se fez referência anteriormente. Nesse sentido, passaram a requerer o direito não como posseiros mas como *donos* da terra, enquanto direito histórico, moral e cultural.

Os trabalhadores rurais, através de suas organizações, passaram a rechaçar o Estatuto da Terra. Apontavam-no como uma lei fundiária que foi modificada para absorver as tensões pelo domínio da terra, e que não expressava, de maneira direta e prática, o pensamento ou a condição real desses trabalhadores.

Esse novo entendimento acerca da questão fundiária provocou o distanciamento entre STRs e Contag. Isso, porque as ações da Contag tinham por baliza o conteúdo da lei. Além disso, os acordos feitos não vinham garantindo a permanência do trabalhador na terra. O resultado desses eram contrários aos objetivos do seringueiro, pois contribuía para a desestabilização e desestruturação econômica, social e política dos extrativistas. Dessa forma, os STRs foram se identificando com os postulados do PT e com a Central Única dos Trabalhadores(CUT) (PAULA, 1991, p. 110).

Apesar das contradições inerentes à mediação da Contag junto à organização dos seringueiros, é incontestável a contribuição para o avanço do movimento que essa entidade proporcionou. A ação dessa entidade criou condições favoráveis à fundação dos sindicatos por todo o estado do Acre. Em 1975, foram fundados os STRs de Sena Madureira e Brasileia; em 1976, os de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá, e em 1977, os de Feijó e Xapuri.

### **3.4 A mobilização dos trabalhadores e a criação do STR de Brasileia**

O sentido da ação coletiva passou a prevalecer na luta diária contra os fazendeiros, principalmente quando os seringueiros descobriram que a resistência ganharia força com a formação do sindicato. Foi a partir de Brasileia que esse movimento se irradiou e se fortaleceu. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasileia foi criado em 21 de março de 1975, ano em que se iniciaram as derrubadas no Seringal Carmem, como recorda o Sr. Antônio Carneiro:

“ ...Foi quando a derrubada chegou para desacatar tudo mesmo. [...] Na hora de disparar esse movimento [contra as derrubadas] no Carmem se juntou naquela época 3 mil e poucos homens, se filiaram e fundaram o Sindicato (CARNEIRO DA SILVA, jan. 2000).



Para esse seringueiro, a fundação do STR representou um acontecimento de grandes proporções. É certo que sua estimativa quanto ao número dos primeiros filiados ali presentes foi superestimada, pois há documentos que registram aproximadamente, mil trabalhadores no referido evento. No entanto, a precisão quanto ao número exato de trabalhadores rurais presentes durante o evento de fundação do STR de Brasileia torna-se realmente irrelevante, quando se observa o processo desencadeado no interior dos seringais, que culminou com a criação do Sindicato de Brasileia. Foram realizadas, por exemplo, várias reuniões, nas quais o contingente de seringueiros participava. Marcaram presença também nessas reuniões as mulheres, que, além de prepararem a alimentação e cuidar dos filhos, intervinham e decidiam em conjunto com os homens sobre os encaminhamentos.

É interessante ressaltar que a força inicial revertida para o STR de Brasileia tinha origem fora do grupo de seringueiros. O respaldo vinha de lideranças rurais, da Contag, da Igreja Católica e da imprensa local, representada pelo Jornal Varadouro. Em alguma medida, pode-se dizer que o Estado, através do Governador Geraldo Mesquita, também contribuiu para essa associação de forças.

Geraldo Mesquita esteve à frente do governo do Acre no período entre 1975 e 1979. Apesar de pertencer aos quadros da Arena e de político ligado ao Governo Militar do Brasil, o Governador Mesquita adotou a princípio, um tratamento mais hostil aos *paulistas*, contrariamente a seu antecessor Wanderley Dantas. Esse tom oposicionista, verificado no comportamento das gestões desses dois governadores, pode ser explicado pela pressão exercida pelos conflitos por terra no Estado. O meio rural acreano, justamente naquele período, era palco de muita violência no campo, e no setor urbano aumentava a miséria, face ao inchamento da periferia resultante do êxodo rural (CAMPELO, 1992, p. 48).

Por outro lado, o governador Mesquita demonstrou conservadorismo, através de várias medidas. Uma delas foi a interdição do programa de rádio *Somos Todos Irmãos*, veiculado pela Difusora Acreana, sob orientação da Igreja Católica. Também foi contrário a fundação do STR de Rio Branco (CALAÇA, 1993, p. 169).

Nas ações de natureza econômica, o governador Mesquita ignorou o extrativismo e passou a implementar um projeto de desen-

volvimento econômico baseado na agropecuária. Para tanto, foram criados órgãos estaduais de incentivo a essa atividade. Dentre esses, a Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Estado do Acre (Colonacre), cuja principal atribuição era fornecer insumos, como vacinas, inseticidas, defensivos, sementes, motosserras, equipamentos agrícolas. Em 1976, foi criada a Companhia de Laticínios do Acre (Cila). Fora do Acre, o governo propagava o desenvolvimento do Estado com base na pecuária. Com este propósito, o então Secretário Estadual da Fazenda proferiu palestra em São Paulo, na Associação de Criadores de Gado Nelore do Brasil. Na ocasião, afirmava:

“ Os projetos agropecuários implantados ou a implantarem-se, estão encontrando um efetivo apoio do Governo, eliminando-se paulatinamente os obstáculos que se antepõem à aceleração do processo de ocupação e desenvolvimento do setor rural (CAMPELO, 1992, p. 49 – grifo do autor).

### 3.5 O papel das lideranças na formação do sindicato

No bojo das transformações sociais ocorridas no Acre a partir da década de 1970, as lideranças dos grupos de seringueiros desempenharam papel muito importante. Em Brasileia, esses líderes atuaram diretamente na formação do STR e participaram ativamente do movimento de resistência no Seringal Carmem contra o processo de implantação da agropecuária naquele espaço.

Ao realizar o estudo dessa temática, Esteves (1999) tratou do surgimento de lideranças como um desdobramento da ação das CEBs, já que se refere às “lideranças de base”. A referida autora privilegia como instrumento de análise os conflitos ocorridos no interior dos seringais. Segundo Esteves, esses conflitos constituíram “o ponto de partida para o entendimento das estratégias de reprodução política, social e econômica dos seringueiros” (ESTEVES, 1999, p. 26). Do exposto se pode apreender aquilo que unia e o que separava. O antagonismo entre os interesses em jogo deu origem aos conflitos, nos quais tiveram destaque algumas pessoas que exerciam liderança. Esse destaque resultou, no dizer da autora, no deslocamento da posição social de alguns seringueiros.

Em seu estudo sobre espaço físico e social, Bourdieu (2013) explica sobre processos de realocação de pessoas como resultados de ações agressivas, concepção que permeia a situação enfrentada pelos ex-seringueiros do Carmem:

“ Uma das vantagens que proporciona o poder sobre o espaço é a possibilidade de colocar a distância (física) coisas ou pessoas que incomodam e colocam em descrédito os agentes, notadamente ao impor a colisão, vivida como promiscuidade, de maneiras de ser e de fazer socialmente incompatíveis; ou mesmo ao invadir o espaço percebido, visual ou auditivo, com espetáculos ou ruídos que, por serem socialmente marcados e negativamente conotados, estão fadados a ser percebidos como intrusões ou mesmo agressões (BOURDIEU, 2013, p. 139).

No Acre, a denominação de *comunidade*, atribuída a um agrupamento residencial constituído, surgiu entre os próprios seringueiros. Podia abranger as famílias de mais de um seringal ou mesmo uma parte das famílias residentes no interior de um deles. Sendo a família o principal núcleo, as redes de relações sociais baseavam-se nos vínculos de parentes consanguíneos ou por afinidade. Foi a partir dessa estrutura familiar que se desenvolveram as formas coletivas de organização social, como a comunidade, os empates, os sindicatos e outros.

“ As famílias, os parentes, os compadres e os vizinhos, muitas vezes, são moradores de um único seringal, formando o que eles denominam politicamente de uma comunidade. [...] um seringal pode também estar organizado em duas ou três delas (ESTEVEZ, 1999, p. 26).

As relações entre os membros de uma comunidade e o patrão seringalista baseavam-se evidentemente, na submissão dos trabalhadores. Esse tipo de relação paternalista não foi estabelecido com os fazendeiros. Na troca de patrão, o seringueiro ficou sem nenhum tipo de compensação para amenizar a humilhação e a revolta de ser expulso da terra, de perder a colocação, ou de ser lesado no processo indenizatório. Tal situação levou os seringueiros a julgarem os antigos patrões-seringalistas como traidores. Para os seringueiros, ao venderem os seringais para os sulistas, os seringalistas igualaram-se aos fazendeiros, por haverem traído as relações sociais baseadas na confiabilidade: “...pelo preço que as terras foram vendidas, daria pra gente ter comprado. O patrão achou melhor vender para os fazendeiros que para os seringueiros” (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002).

Essa última declaração de Emiliano Rodrigues denota um sentimento misto de mágoa e revolta, principalmente contra o seringalista. Este ex-seringueiro, como os demais, tem consciência do contexto da venda de seringais, motivado pelo projeto do governo do Estado, em uma ação combinada com a dos bancos oficiais. No entanto, o que se destaca em sua fala é o protesto contra a ruptura explícita da relação de confiança entre seringueiro e patrão.

A crise nas relações sociais redirecionou a luta dos seringueiros, até então motivada principalmente pela busca de autonomia em relação à renda da terra e nas transações comerciais, para ser redimensionada. Agora, segundo a expressão emblemática de um entrevistado, as lideranças forjavam-se com distintivos de heroísmo:

“ Os homens corajosos, como se auto-classificam, são todos aqueles que foram companheiros [como se denominam entre si] num determinado momento da luta política. Particularmente, eles se auto-reconheciam nos empates, isto é, na luta organizada contra os desmatamentos (ESTEVES, 1999, p. 143).

A escolha dessas lideranças se fazia pelos membros da comunidade, que também estabeleciam os limites da participação de seus líderes. Portanto, ser representante de seringueiros significava apresentar comportamento regido a partir de valores, como coragem, fidelidade e saber. Isso, porque os líderes devem exercer com firmeza os enfrentamentos, participar das reuniões do sindicato, saber falar com os liderados e demais agentes do processo, bem como “honrar sua palavra” ou compromisso.

A principal tarefa de um líder era conquistar o maior número de companheiros nos seringais. Em vários depoimentos de ex-seringueiros do Carmem são citados vários nomes de líderes, ou como chamam, heróis que estiveram presentes na resistência contra os fazendeiros. Os mais citados foram Elias Rozendo e Wilson Pinheiro.

Chico Mendes, talvez por morar e trabalhar em Xapuri, foi um líder pouco citado nas entrevistas, porém sua atuação junto ao movimento de trabalhadores rurais de Brasileia foi constante, desde a fundação do sindicato. Esse líder foi inclusive um dos primeiros diretores daquele sindicato.

Osmarino Amâncio foi citado como forte liderança, já em uma fase posterior de atuação do STR. Esse seringueiro e sindicalista

atuou nos conflitos do Carmem, nos momentos em que os seringueiros estavam vivendo nos lotes de terra, oriundos do processo de indenização. Fez denúncias de violências cometidas pelo fazendeiro Chicão contra seringueiros do Carmem. O ex-seringueiro Cícero Galdino definiu Osmarino como “um cabra corajoso, não tinha medo dos fazendeiros, enfrentava mesmo” (ARAÚJO, jan. 2000).

Para Esteves (1999), o poder da fala era um dos principais elementos aglutinadores de forças em torno de uma liderança no seringal. Diz ela:

“ A valorização do saber se manifesta pela fala, que nem sempre aparece como resultado do esforço humano, mas também como um dom, uma doação de Deus. Neste caso, a liderança cumpre uma missão na terra. Essa percepção da fala é produto da influência dos treinamentos ministrados pela Igreja, na formação das comunidades de base (ARAÚJO, jan. 2000).

A ex-seringueira Antônia Soares Lopes reafirmou o vínculo entre fé e resistência política. Admite-se que uma conjunção de fatores explica, junto com outras formas organizativas, a importância que teve o STR na recente história do Acre. Com o passar do tempo, até mesmo entre os ex-seringueiros, na maioria membros fundadores da entidade, foi se construindo uma crítica sobre a atuação do STR nos conflitos que envolveram famílias do Seringal Carmem.

“ ...naquela época, eu pensava, a gente sempre pode confiar em Deus, porque confiando em Deus tudo dá certo. [...] a gente tinha fé, porque via que o movimento, o Sindicato crescia, que ia na luta junto com a gente. A gente tinha esperança que não ia ficar desgarrado de tudo. Mas de certos tempos pra cá, já depois de nós estarmos lá no lugar que eles deram, nas 30 hectares [...], não tínhamos mais ninguém pra lutar por nós. [...] não é de poucos anos que nós vem lutando, lutando pra tudo (LOPES, jan. 2000).

Nos depoimentos de ex-seringueiros do Carmem é possível perceber a confiança que os mesmos depositavam no Sindicato. A percepção dos sindicalizados em relação a essa organização formara-se a partir da tradição patriarcal, que, por sua vez, regia as relações sociais no extrativismo. O sindicato era, então, visto como uma espécie de *pai da luta*. As palavras de Antônia S. Lopes expressam essa concepção: “a gente tinha esperança que não íamos ficar desgarrado de tudo” (LOPES, jan. 2000).

A crítica esboçada por Antônia Lopes refere-se a um momento particular da história do Seringal, quando a maioria de seus moradores entraram em acordo com o fazendeiro, e cada família recebeu por indenização 30 hectares de terra, em média. Esse assunto será objeto de análise posterior; por ora, interessa observar o momento de ruptura na credibilidade desses seringueiros para com o STR. No entanto, como membros fundadores do mesmo, condição reafirmada nas entrevistas, os seringueiros deixaram claro a firme vontade em continuar acreditando no Sindicato.

Entre esses trabalhadores, o STR é visto como criação divina, com missão libertária e como instrumento de luta. De qualquer forma,

“ O Sindicato possibilitou ainda a identificação dos inimigos de classe. Transformou todas as formas de luta rompendo com seu isolamento, unificando as resistências individualizadas e transformando-as em ações coletivas e, acima de tudo, fez com que essas disputas deixassem de ser tratadas como caso de polícia e passassem a ser reconhecidas como uma questão política. O STR de Brasília foi a expressão da forma pura de sindicalismo, com pouco ou quase nenhum assistencialismo (PAULA, 1991, p. 101).

Quanto aos seus líderes, a percepção dos seringueiros era que os mesmos haviam recebido um dom, manifestado através do heroísmo. A forma como essas pessoas enfrentavam os inimigos, recebendo ameaças, sendo perseguidos, sofrendo atentados, e, em muitos casos, torturados e assassinados, talvez tenha contribuído com a construção da concepção de herói, tal como foi mencionado em algumas falas. Emiliano Rodrigues da Silva comentou sobre si próprio e seus companheiros: “Fomos uns heróis naquele tempo, abrir caminho pra dar vida a outras pessoas” (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002). Cícero Galdino, outro ex-seringueiro, acrescentou:

“ Wilson Pinheiro foi um herói mesmo, mas nosso herói mesmo chama-se Elias Rozendo, aquele que mora em Rio Branco. Ele tirou o chapéu da cabeça na 4ª Companhia e disse: “- Será possível mesmo que vocês vão deixar os trabalhadores sem terra?” Ele enfrentou com nós lá na 4ª Companhia. [...] Wilson era tesoureiro e ela era presidente do Sindicato. Chico Mendes era secretário (ARAÚJO, jan. 2000).

Em um de seus relatos, Emiliano Rodrigues lembrou-se de um empate no Projeto de Assentamento Santa Quitéria. Nessa referência, explicita a percepção dos seringueiros do Carmem sobre a liderança Wilson Pinheiro:

“ Mas foi um grande herói o Wilson também, depois que nós voltamos do primeiro empate, que foi um empate bonito, que não houve morte, não houve derramamento de sangue. Aí foi o outro empate, aqui no Santa Quitéria, no Projeto, já foi com Wilson Pinheiro. [...] deu sangue. Morreu o Wilson. [...] A morte dele foi feita por causa de empate, dessas coisas, porque tava era trabalhando, tava com caminhão montado, os fazendeiros ficaram com raiva: “- Vamo matar esse cara, porque senão ele vai acabar com nós. Mata ele!” Depois que mataram Wilson Pinheiro, foi que houve derramamento de sangue (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002).

Wilson Pinheiro assumiu a diretoria do STR de Brasileia em 1977, em substituição a Elias Rozendo. Também deu sua colaboração aos trabalhadores de Boca do Acre, na fronteira do Acre com o estado do Amazonas. Na ocasião, os seringueiros sob sua liderança conseguiram expulsar os pistoleiros de fazendas, naquele município.

O papel do Sindicato de Brasileia, na segunda metade da década de 70, principalmente após o engajamento do líder Wilson Pinheiro, tornou-se preponderante frente aos outros sindicatos do Estado. A partir de então, suas ações se destacaram, tornando mais ofensiva a resistência dos trabalhadores. Entre 1979 e 1980, o STR de Brasileia organizou dezenas de empates para barrar a ofensiva dos pecuaristas, dentre as suas ações, destacam-se: um empate em Assis Brasil, envolvendo 85 seringueiros; um mutirão de aproximadamente 300 homens, liderados por Wilson Pinheiro, para lutarem contra jagunços na fronteira entre o Acre e o Amazonas; uma “operação pega fazendeiro”, realizada por aproximadamente 104 seringueiros no Seringal Guanabara, desta vez no município de Assis Brasil. Estes fatos tiveram repercussão na imprensa nacional, especialmente no jornal *O Estado de São Paulo*.

Basílio cita dois fatores principais para esse destaque do STR de Brasileia. Um deles foi o fato desse município ser uma das regiões mais atingidas pela pecuarização. O outro, foi por ser Wilson Pinheiro uma forte liderança, com experiência de sindicalismo também na zona urbana, quando viveu em seu Estado de origem (BASILIO, 2001, p. 177).

Na noite de 21 de julho de 1980, foram assassinados Wilson Pinheiro e mais dois membros da diretoria do STR de Brasileia. No enterro, reuniram-se em torno de dois mil trabalhadores. Antes e depois

da morte de Wilson, foram assassinados muitos outros líderes, porém essas mortes não tiveram a mesma repercussão. Isso pode ser visto como indicativo da importância da liderança de Wilson para a história sindical do Acre.

Considera-se que o assassinato de Wilson Pinheiro, juntamente com a ação governamental de concessão de títulos de posse da terra, nas áreas de maior conflito, contribuiu significativamente para desarticular por um longo tempo, o STR de Brasileia.<sup>28</sup> Tanto assim, que o delegado regional da Contag, João Maia, afirmou que a ação do governo com a Sudhevea, Cobal e Incra, no município de Brasileia, fez com que o movimento sindical ficasse dividido. Na ocasião a nova diretoria que assumiu o sindicato foi menos sensível à complexa realidade (PAULA, 1991, p. 137). Em face disso, a luta sindical e pela terra passou a ser melhor encaminhada através do STR de Xapuri. Neste, instalou-se uma nova diretoria, que contou com a participação de seringueiros, lideranças rurais de Brasileia, incluindo como aliados o *peçoal do Carmem*.

O deslocamento do eixo de forças em defesa do trabalhador para o Sindicato de Xapuri ocorreu devido a uma nova percepção sobre os encaminhamentos na luta pela terra. Tal percepção se deu em virtude dos malogros em experiências de "acordos" feitos com fazendeiros, que não vinham satisfazendo os trabalhadores, tema abordado no quarto capítulo. A partir de então, a luta passou a se concentrar na busca de uma *reforma agrária do seringueiro*, que garantisse sua permanência na terra. A criação das Reservas Extrativistas foi, naquele momento, a solução encontrada (PAULA, 1991, p. 137).

O assassinato de Wilson Pinheiro provocou forte e imediata reação entre os seringueiros de Brasileia. Segundo depoimento de Chico Mendes, a revolta foi maior porque a polícia local não apurou o crime. O assassinato de um fazendeiro, apontado como mandante do assassinato de Wilson Pinheiro, foi entendido como ato de vingança dos trabalhadores (PAULA, 1991, p. 135-6). Entretanto, esse fato pode ser também interpretado como uma forma de frear as ofensivas dos fazendeiros em Brasileia, como uma autodefesa dos seringueiros (AMÂNCIO RODRIGUES, mar. 2000). No caso da morte do fazendeiro, entretanto, a polícia agiu de forma muito rápida. Seringueiros, sus-

---

<sup>28</sup> Uma análise mais detida sobre a questão dos processos indenizatórios será pormenorizada no capítulo quatro.



peitos de terem cometido o assassinato, foram presos e torturados. Ao contrário do encaminhamento policial adotado na investigação da morte de Wilson Pinheiro, a pronta atitude da polícia em investigar a morte do fazendeiro Nilo Sérgio baseou-se na Lei de Segurança Nacional (PAULA, 1991, p. 135-6).

Observa-se que o assassinato de líderes rurais foi uma estratégia de combate ao movimento sindical no Acre. Em Brasileia, essa prática enfrentou forte resistência, na qual estava implícito o revide dos trabalhadores a esse tipo de atitude. A emboscada do fazendeiro foi uma das formas usadas (PAULA, 1991, p. 135-6).

Mas, não foi em todas as regiões do Estado que os seringueiros responderam da mesma maneira às ofensivas. Em Xapuri, por exemplo, a morte de vários líderes não provocou o mesmo tipo de reação. Tudo indica que o clima político em Brasileia era mais tenso, pois após a morte de Wilson Pinheiro, os membros do STR e do PT discutiam as formas de autodefesa a serem adotadas, uma vez que os trabalhadores continuaram recebendo ameaças e sofrendo atentados. Nas duas organizações, os trabalhadores discutiam alternativas para barrar a violência dos fazendeiros, que havia se institucionalizado, através da ação dos órgãos estatais (AMÂNCIO RODRIGUES, mar. 2000).

O assassinato de lideranças rurais, a seu turno, foi uma estratégia de combate ao movimento organizado dos sindicatos que, em Brasileia, encontrou uma resistência que admitiu o revide de trabalhadores, emboscando um fazendeiro. Porém, em Xapuri, por exemplo, município em que fazendeiros assassinaram um maior número de lideranças rurais, tal medida não foi adotada.

Em entrevista, Cícero Galdino, ex-seringueiro, relatou emocionado sobre três atentados de que foi vítima. Relembrando sua perspicácia para permanecer vivo, encerrou seu relato com a expressão: “Vamos agradecer a Deus a nós mesmos!” (ARAÚJO, jun. 2002).

Por sua vez, Emiliano Rodrigues da Silva declarou seu posicionamento em relação aos encaminhamentos mais recentes do STR de Brasileia e Epitaciolândia. Demonstrou em sua fala, falta de expectativas em termos da resistência política e da busca por alternativas para o *peçoal do Carmem*. Com essa disposição, fez à pesquisadora a seguinte pergunta: “o que a senhora acha do governo Jorge Viana?”

(atual governador do Estado). O ex-seringueiro enfatizou sua consciência de que o momento político é outro; de que as lideranças têm outro tipo de formação: “naquela época a gente dava tudo de nós, agora é outro tempo” (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002). Segundo Antônia Lopes, esposa de Emiliano, houve mudanças na atuação do STR:

“ o movimento do Sindicato no tempo do Wilson Pinheiro ou no tempo do Elias Rozendo, cresceu muito, mas depois entraram outras pessoas que ficavam mais do lado do fazendeiro... do lado de quem tava no poder, mais do que do lado dos trabalhadores. O movimento baixou nessa época [...] (LOPES, jan. 2000).

Através da fala de Antônia Lopes, revela-se atuações diferenciadas a partir da mudança de lideranças nas entidades de organização dos trabalhadores, o que contribui para entender porque seringueiros-posseiros tenham apresentado desânimo em dar continuidade às suas formas de resistir.

Em reflexão sobre alterações na formação de lideranças, Esteves (2001) identifica três gerações de seringueiros: a de nordestino, a de filhos de nordestinos e a de acreanos. A primeira geração se compõe de nordestinos que imigraram para os seringais do Acre antes da guerra. A geração seguinte são os filhos de nordestinos nascidos no Acre. A terceira geração identificada pela autora é a constituída de *acreanos* natos, com avós nordestinos. Estes se encontram atualmente à frente dos sindicatos, associações de moradores, cooperativas agroextrativistas e de outras entidades afins (ESTEVES, 2001, p. 10-20).

Por um lado, o seringueiro e seus líderes eram naturais do Estado. Por outro, o contexto sócio-econômico do Acre também havia sofrido modificações. A instalação de escolas, postos de saúde e de novas atividades agroflorestais foram elementos determinantes no processo de modificação do quadro estadual. Com as novas atividades implementadas o cotidiano do seringal foi modificado. Na nova divisão do trabalho familiar, os filhos mais jovens não participaram do corte da seringa, da coleta da castanha, da pesca e da convivência na casa. Esteves constata que essas “tarefas que os filhos na segunda geração dividiam com os pais desde os nove anos de idade, foram substituídas pela agricultura de subsistência, a produção de mudas,

o manejo da copaíba” (ESTEVEES, 2001, p. 16). Nessa nova ordem, o lazer deslocou-se para o espaço urbano.

Essas são algumas das inovações que modificaram as relações sociais no seringal. As mesmas influenciaram no sentido de estabelecer novas formas de encaminhamento das lutas nos sindicatos. Esse fenômeno foi identificado pelo ex-seringueiro Emiliano R. da Silva, do Seringal Carmem. Em depoimentos, o mesmo declarou que cortou seringa com seu pai desde os oito anos de idade, justificou sua desconexão política com as atuais diretrizes do sindicato de Brasília, afirmando que se trata de “um outro tempo do sindicato” (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002).

### **3.6 O primeiro empate: uma forma de luta forjada “na precisão”**

Em dicionário *online*, verifica-se que forjar é “dar origem a alguma coisa a partir do nada: forjar uma nova expressão.”<sup>29</sup> O empate de seringueiros se constituiu em fazer algo novo diante da necessidade ou “precisão”, algo que se faz como alternativa sem a qual a vida fica ameaçada. Até porque, para os seringueiros, já desprovidos de tudo, ficava a pergunta “o que temos a perder?”, pois só lhes restava criar ferramentas que lhes permitissem continuar vivendo por meio de seu trabalho na terra, nesse caso, havia urgência em impedir a destruição das formas de subsistência do seringueiro do Carmem.

Uma das primeiras formas de reação organizada foi o empate, isto é, uma forma de luta que os seringueiros construíram para barrar os desmatamentos em suas colocações, que vinham sendo efetivados pelos fazendeiros. A primeira iniciativa de *empatar* ou impedir o avanço do fazendeiro sobre suas terras partiu daqueles seringueiros. Porém, tal feito não se deu de maneira desconectada de todo o contexto em que viviam. Foi permeado por todos os elementos de mediação que de alguma maneira, influenciaram e deram sentido político à ação.

Em estudo sobre o empate no Carmem, Souza (1996) apresentou essa forma de luta como uma organização coletiva construída

29 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/forjar/>. Dicionário online de português. Acesso em: 17 maio 2022.

a partir do modo de vida próprio do seringueiro. O empate é vida, porque comporta em sua ação experiências de organização da vida e do trabalho no seringal. As relações sociais no extrativismo ficaram consubstanciadas na forma de realização do empate. A reunião de elementos, como solidariedade, companheirismo, bravura, bem como práticas de trabalho em mutirão nos chamados adjuntos, deram ao empate um significado particular frente a outras formas de resistência de trabalhadores.

O empate, analisado em seu aspecto semântico, é comumente associado ao resultado com ganhos equivalentes em jogos esportivos, por exemplo, quando duas equipes em partidas de futebol terminam o jogo empatados. No seringal, empate assume outra conotação: fica circunscrito ao espaço social em que foi forjado e ao momento histórico e político para o qual representa a única saída. Nesse sentido, empate vem do termo empatar, que quer dizer impedir a continuidade de desmatamentos no interior das colocações de seringa, iniciados por fazendeiros durante a implantação da pecuária.

Empate foi o nome da resistência iniciada por seringueiros do Carmem em 1976, mobilização que posteriormente, foi se generalizando para outros seringais ameaçados de serem transformados em fazendas. Na luta pela permanência na terra, o empate assumiu importância fundamental. Por esse motivo, a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri nomeou como "empate" a marca do produto castanha-do-Brasil, elaborado por trabalhadores rurais daquele município. Essa foi uma forma de homenagear a todos os extrativistas, homens, mulheres e crianças que fizeram parte dessas lutas.

A realização do empate envolvia ações planejadas. Os preparativos do enfrentamento iniciavam com meticulosidade, no traçado das mínimas tarefas que o antecediam. Cuidavam do sustento das famílias nos acampamentos, que duravam por vários dias e noites, nos locais programados para desmatamento pelos fazendeiros. A alimentação era feita pelas mulheres. Estas se reuniam em uma das casas, geralmente na colocação onde o fazendeiro iniciava o corte das árvores. Os homens se revezavam para conseguir carne de caça e outros ingredientes para a alimentação, e também na vigilância. Em alguns casos, crianças e mulheres foram colocadas à frente dos seringueiros, que avançavam em linha reta, formando uma barreira

às investidas dos peões da fazenda. O objetivo era desencorajar uma possível reação mais violenta por parte daqueles.

Zefinha, uma seringueira nordestina, participou do primeiro empate como cozinheira, e lembrou daquele momento com grande emotividade. Diz ela que “o medo foi grande, ficamos com o coração na mão, tínhamos medo de nossos filhos morrerem. O estado da gente era de nervoso” (JOSEFA RODRIGUES DA SILVA, set. 2002).

Após uma certa convivência com os ex-seringueiros do Carmem, ficou revelada a necessidade de estudos que se concentrem sobre as consequências e sequelas provocados pelos conflitos de terra, sobre as condições de vida dos seringueiros, intensificados a partir da década de 1970, no bojo do processo de pecuarização do estado do Acre.

Portanto, o contexto em que foi criado o empate precisa ser considerado, para melhor compreensão das redes de relações sociais e políticas, de forma a não subestimar o significado de sua história, de modo a orientar reflexões mais aproximadas sobre a realidade dos momentos posteriores àquela luta. Os desdobramentos sobre a situação de vida dos seringueiros do Carmem não foram satisfatórios, ou, contrariamente ao que disse o fazendeiro Joaquim Medeiros, a transformação do seringal em fazenda não se deu “de forma tranquila”. A situação das famílias de seringueiros com o primeiro empate estava apenas tomando novos contornos.

Após estabelecer o papel dos diversos mediadores nas questões fundiárias no Acre, particularmente, no caso do Seringal Carmem, tornou-se possível apresentar e analisar o momento da luta que ficou denominado de empate. Segundo o relato de Antônia Lopes:

“ o empate foi em maio de 1976, aí foi que eles avisaram o pessoal. O resto que tinha no Seringal, que já era pouco nessa época. Já tinha saído muita gente. Ficaram lá perto da derrubada, ficaram lá 7 dias, ou foi 9 (LOPES, jan. 2000).

O ex-seringueiro Francisco Pacheco da Silva, que se apresentou como um dos principais organizadores do primeiro empate, fez o seguinte relato:

“ Aí eu reuni 42 homens e empatamos uma derrubada, pra eles decidirem onde que iam dar as terras pra nós. Foi assim, desse jeito. Tenho prova dessa história, 42 eu reuni,

fui empatar a derrubada, serviço de doido não é... (PACHECO DA SILVA, jun. 2002).

O advogado Pedro Marques, ao alertar para a urgência de uma atitude de defesa por parte dos seringueiros, foi contundente ao dizer para criarem coragem. Caso contrário, iriam ficar na beira dos rios ou na beira das estradas. Aos seringueiros restava a organização coletiva como medida necessária para não terem que “comer o capim, depois que o fazendeiro desmatasse”, na forma de dizer do mediador e advogado da Contag, Pedro Marques.

Emiliano Rodrigues explanou sobre a organização do empate. Através de sua fala, ficou evidente que os seringueiros não acreditavam na existência de alternativas para o momento que enfrentavam:

“ O advogado do Sindicato, o Dr. Pedro Marques, disse assim: “- Ou vocês vão criar coragem ou vão ficar nas beiras dos rios ou nas beiras das estradas”. Aí nós viemos disputar: “- Mas Doutor, nós não temos expectativa de nada, não conhecíamos os direitos.” O Dr. disse: “- Ou o acreano pisa no batente pra o fazendeiro não desmatar, ou então vocês **vão comer o capim**. Depois que desmatar não tem direito.” E o pessoal do Carmem (que era nós) ou vai segurar a parada ou... (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002 – grifo nosso).

O relato sobre a experiência do primeiro empate teve destaque nas entrevistas realizadas com o *Pessoal do Carmem*, nesse sentido, Emiliano asseverou:

“ Nessa hora nós estávamos se organizando para entrar no Seringal, escondido, mode ele [o fazendeiro], pra ele não preparar a cabroeira dele: 4h da madrugada nós ficamos. Começamos com 27 homens. Quando foi 8h, nós estávamos na fazenda. Os fazendeiros tinham jogado os empreiteiros dentro de nossas colocações de seringa, de onde nós sobrevivia [...] O Sindicato já tinha avisado que se eles queimassem, nós íamos comer o capim. Então, nós nos organizamos e dissemos: **Vamos empatar!** Compramos munição, pegamos as espingardas de caçar macaco. Chegamos lá, tinha 64 pião brocando. Nós já ía revoltado, nossa família ficou chorando, menino, mulher, outros rezando. Nós estávamos decidido. Deus é que sabe se nós volta ou não volta... Nós sabíamos que tinha cabra perigoso lá, bandido, tudo era bandido naquela época... Eram os mais criminosos que tinha na área (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002 – grifo nosso).

É importante ressaltar que os seringueiros tinham consciência de estarem se preparando para enfrentar pistoleiros profissionais e jagunços. Muitos destes eram oriundos de outros Estados, pessoas

sem nenhum tipo de compromisso ou vínculo com o Acre, e muito menos com o extrativismo. Apesar dessa situação, os seringueiros decidiram *empatar* que os desmatamentos continuassem. Para isso, utilizaram as armas que possuíam, ou seja, os instrumentos de caça e de trabalho. Nesse momento, os seringueiros contaram com apoio do STR de Brasileira.

Partir para o enfrentamento era ação que envolvia toda a família do seringueiro. Aquele momento foi tenso, pois estavam dispostos a combater qualquer tipo de situação com os opositores, poderiam voltar para casa, ou não. Suas armas eram as mesmas que usavam na caça de animais para sobrevivência na floresta: “espingardas de caçar macaco”. Essa foi uma expressão carregada de signos da cultura nordestina. Na verdade, era um reconhecimento de sua vulnerabilidade, diante das armas mais modernas que eram usadas por seus opositores. Foi com essas ferramentas que se dispuseram a defender sua terra daqueles que eles sabiam se tratar de verdadeiros bandidos.

A decisão de empatar, munidos de objetos tão rudimentares, contra fortes grupos econômicos e políticos significava pôr em risco a própria vida e família. Apesar disso, essa não era vista como uma decisão precipitada ou irresponsável. Na ocasião, os trabalhadores tinham consciência de que não havia mais nada a perder. O móvel principal era a manutenção da dignidade humana.

Dando prosseguimento, Emiliano procurou repetir o diálogo com os peões da fazenda, no momento em que se encontraram:

“ Chegamos lá e dissemos: – A gente quer falar com você. Você pára a broca, você tá bulindo na nossa área, da nossa sobrevivência. Daqui é onde nós come, é do produto da castanha e da seringa, e você tá entrando na nossa área. O Coronel Chicão tem outra área pra ele brocar aí. Broca pr’aquele lado lá da beira do rio, onde não vai complicar nós. Se ele bulir aqui ele complica, e se ele complica nós... se você der na foice, nós vamos nos travar no chumbo aqui. “– Você falando com nós não resolve, tem que falar com o administrador. (que era o Euzébio, que amanhecia atirando dentro de casa, o homem era cruel).” – Mas nós queremos é falar com ele mesmo. Onde ele tá? (que nem se fôssemos camaradas de briga, acostumados a matar gente). Perguntamos se ele era o chefe do trabalho e quanto peão tinha. Respondeu que estava com 64. – Então levanta a foice, não entra na nossa área que tá em perigo... Se você bulir, vai haver derramamento de sangue. [...] Estaremos na Diamantina e só saímos de lá quando resolver o problema. [...] Fomos parar, nós e

o gerente da fazenda, na 4ª Companhia de Polícia. Foi quando nós ganhamos aquele lugar pra plantar melancia. Eu ganhei 29 hectares e metragem. **Foi triste, e ainda é triste...** (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002 – grifo nosso).

No momento do enfrentamento, o discurso do ex-seringueiro se contrapõe ao do fazendeiro. Afirma-se a importância do extrativismo da borracha e da castanha para a vida dos trabalhadores. Emiliano Rodrigues citou o nome do proprietário da Fazenda, mas os peões informaram que os seringueiros teriam de resolver com o administrador. Os integrantes do empate não se intimidaram. Foram até o gerente da fazenda, Euzébio Alves Ferreira, homem cruel, segundo nos conta o seringueiro. No diálogo com Euzébio, ameaçaram com o perigo de derramamento de sangue no lugar dos desmates. Como desdobramento desse primeiro enfrentamento, foram levados à 4ª Companhia de Polícia, seringueiros e gerente da fazenda. Nessa passagem do relato de Emiliano Rodrigues, percebe-se que o fato do gerente também se fazer presente na polícia, justificava, de certa forma, o empate. Uma expressão semelhante a “fomos parar, nós e o gerente da fazenda, na 4ª Companhia de Polícia” pode ser interpretada como: “nós, seringueiros, fomos, mas o gerente também foi!”

Depois de quase vinte e cinco anos passados desde esse primeiro confronto direto entre seringueiros e fazendeiros, algumas informações se perderam na memória. Esse recurso, de caráter seletivo, foi utilizado por homens e mulheres que viveram a história do primeiro empate no Carmem. Sob a insistência do entrevistador, no esforço de lembrar os detalhes, os entrevistados deixaram aflorar os sentimentos de revolta e de certeza de que aquela era a única saída que lhes restava:

“ [...] Foi triste e ainda é triste [...] Fizemos uma reivindicação séria, na coragem e na precisão, porque não era coragem, era precisão que nós tinha. Era precisão que nós tinha. Que eu tinha 6 filhos e o Messias [seu cunhado] tinha bem 8. Nós ía para beira da estrada, comer o quê? (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002).

O significado da expressão *na precisão* deve ser buscado na linguagem própria do universo seringueiro, nordestino ou descendente. Estar *na precisão* é viver uma situação de sufoco, é precisar encontrar uma saída imediata para determinado problema. Algumas outras expressões lhe servem de sinônimo, tais como *é agora ou nunca, reação*



*desesperada diante da dificuldade, no sufoco* etc. O primeiro empate surgiu com esse caráter de emergência extrema.

A certeza de que fala Emiliano Rodrigues diz respeito a um tempo passado, à época do empate. Mas a revolta, esta é maior no presente, em face da situação em que vivem: “foi triste e ainda é triste”. A revolta declarada é de quem lutou, e não apenas ficou de “braços cruzados”, esperando solução externa.

Segundo relatos de dirigentes e líderes sindicais de Brasileia e dos próprios entrevistados, essas pessoas continuaram em outras frentes de luta, em outros empates, seja na militância política no sindicato ou no Partido dos Trabalhadores, e depois na Central Única dos Trabalhadores. O *Pessoal do Carmem*, como se autodenominam, teve importante participação nos empates subsequentes, e na estruturação do movimento organizado em Brasileia, Xapuri, Assis Brasil e Rio Branco.

É importante salientar que antes do início de seus relatos sobre o primeiro empate, os entrevistados defendiam que o enfoque não deve ser feito unicamente sobre aquele acontecimento. Repetidamente citaram os inúmeros pesquisadores que os visitaram, entre os quais jornalistas e estudiosos de diversas partes do mundo. Segundo os ex-seringueiros, todos estavam interessados primordialmente no ineditismo de suas ações. Em face disso, provavelmente, os seringueiros demonstraram ceticismo e até um cansaço em falar novamente sobre o empate. Afirmaram que muito se tem divulgado sobre o assunto, mas nada se fez por eles até o momento.

Ao longo dos relatos, os trabalhadores deixaram claro que a ênfase deve se fazer sobre suas condições atuais de vida na cidade, as dificuldades econômicas, as de saúde, e no campo da educação. Relembrem mais de vinte nomes de famílias que também participaram do processo, e que hoje não sabem onde estão. Admitem que alguns morreram. Os depoimentos são recheados de profunda tristeza e descrédito, denunciados na fala e nos olhos. Alguns, contudo, a exemplo de Cícero Galdino e Francisco Pacheco, pareceram permanecer firmes e otimistas, apesar de conscientes de que algo lhes foi roubado, e de que lhes era essencial o direito à terra e as condições de trabalho a ela associadas. Nesse aspecto, é expressiva a fala de Chico Mendes sobre o primeiro empate.

“ [...] Nós não tivemos uma vitória neste momento, porque a gente não tinha um rumo certo da coisa e houve um acordo, os companheiros cederam em trocar suas colocações, receberam lotes de terra. Não foi um bom negócio, mas para aquele momento era a única forma, a única saída que tinha, pelo menos alguém garantiu um pedaço de terra, só que depois a coisa não deu certo porque esses companheiros seringueiros transformaram-se em agricultores do dia para a noite, e o fim foi depois, entregaram, venderam esses lotes e foram para a Bolívia, cortar seringa, ou tentaram a vida na cidade (COSTA SOBRINHO apud ESTEVES, 1998, p. 13).

Chico Mendes continuou seu relato afirmando o movimento do primeiro empate como fundamental para a continuidade da luta dos seringueiros: “[...] movimento que ficou registrado como resistência, de repente, foi se generalizando por toda a região, a questão do empate [...]” (COSTA SOBRINHO apud ESTEVES, 1998, p. 13). Nessa fala, Chico Mendes fez também uma análise crítica a respeito das consequências daquele empate. Essas redundaram em prejuízos para os moradores do Seringal.

Enriquecendo o depoimento de Chico Mendes, Paula (1991) afirmou:

“...esse empate representou um passo importantíssimo para a luta dos seringueiros, na medida que afirmou a eficácia da ação coletiva como forma de pressão para conquistarem seus direitos e marcou uma nova linha de ação sindical na região (PAULA, 1991, p. 129).

Almeida (1993) delineou uma perspectiva para aquilo que chamou de *unidades de mobilização*. Segundo ele, o empate constituiu-se uma delas, ao lado de outras, como as mobilizações organizadas por atingidos pelas barragens, garimpeiros, assentados, negros rurais e indígenas. Os empates se constituem em unidades de mobilização na medida em que se estruturaram a partir de uma coesão social, com uniformidade de práticas, com força principal nos enfrentamentos diretos. A perspectiva apontada por Almeida é a de que essas unidades, inclusive o empate, tornaram-se organismos legítimos de representação nas negociações de conflitos. Foram verdadeiras forças sociais, e não se delimitam apenas a problemas localizados.

“ Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com as instâncias de intermediação. Suas formas de ação transcendem as realidades localizadas e geram movimentos de maior abrangência... (ALMEIDA, 1993, p. 370).

Por essa ótica, é possível apreender a amplitude desse movimento relativamente recente, forjado na necessidade dos seringueiros em responder, de maneira imediata, às investidas de especuladores de terra e de fazendeiros no estado do Acre. Fica sem fundamentação a versão que apresenta o movimento dos empates como algo descolado da realidade do seringueiro. Uma clara demonstração de que o movimento do empate nasceu permeado pela lógica própria do seringal pode ser percebida na fala de Emiliano, quando menciona as “espingardas de caçar macaco” como as armas do enfrentamento.

É possível visualizar melhor a situação do conflito quando se recorre aos relatos das inúmeras formas de pressão, sofridas pelos seringueiros, durante a transformação do Seringal Carmem em fazenda. O objetivo dos novos donos era “limpar a terra” de gente para introduzir a pecuária. Esse assunto tornou-se recorrente nos estudos sobre o tema. Porém, reconstruir a trajetória dos seringueiros do Carmem significa contribuir com a dimensão histórica de uma conjuntura. Significa ultrapassar as interpretações estáticas e cristalizadas de uma história em movimento.

A partir de relatos atuais, o exercício da pesquisa permite enriquecer com novas reflexões a história do Acre após a década de 1970. Os relatos apresentados a seguir descrevem de forma lúcida, aqueles momentos:

“ Vim embora pra cá em 67, quando foi em 77, esse fazendeiro comprou o Seringal Carmem; eu era morador lá há 10 anos. Tinha 25 rolos de arame esticado, o campo tinha uma criação de umas 15 cabeças de gado, né. Aí, eles fizeram de tudo pra me tirar de lá. [...] Eles diziam que tinham documento, mas eu não vi. [...] Me jogaram numa área com 70ha, 25 eles já tinham derrubado. Quando tava situado, bem assituado, lá o fazendeiro comprou, e haja pra me tirar fora. O gerente, Euzébio Alves Ferreira – o cara mais ruim que eu já vi na minha vida – Euzébio Alves Ferreira, dizia que eu tinha que sair de lá, senão ía me matar; mandou me dizer que íam me dar uma pisa, mas ele não veio, graças a Deus [...] Ele não ía me dá uma pisa não, ele ía era morrer (PACHECO DA SILVA, jun. 2002).

Nesse depoimento Francisco Pacheco enfatiza sobre o tipo de caráter do gerente da fazenda: “o cara mais ruim que já vi na vida”. Seu desabafo prosseguiu, quando pediu licença para contar um fato que ocorreu com o referido gerente, antecipando desculpas a Deus por fazer isso:

“ [...] Findou que se matou com as próprias mãos. Ele morava ali na Vila [Epitaciolândia]. O povo diz que ele tinha uma mulher nova, não sei se foi ciúme. Eu sei que (Deus me salve o lugar!) eu vi ele morto. Meteu uma bala dum 38 lá nele aqui (Deus me salve o lugar!), não sei onde ela foi palmar. Mas ele matou-se com as próprias mãos (PACHECO DA SILVA, jun. 2002).

A sequência dos relatos de Francisco Pacheco, especificamente quanto ao ocorrido com Euzébio Alves, funcionou como um desabafo sobre os conflitos vivenciados com o gerente, durante a transformação do seringal em fazenda. Indica ainda um sentimento velado de vingança, saciado pela mão de Deus, quando o capataz cometeu o suicídio. Ao mesmo tempo que aborda a ruindade do capataz, relata sobre sua trágica morte. Nas entrelinhas desse relato, se poderia ler “a justiça dos homens não chegou, mas a de Deus, sim”.

A esposa de Pacheco, Anália Soares, acrescentou que durante a chamada “limpeza da terra”, houve uma operação que chamou de “arrastar o pessoal em xincha de animal”. Explicando o significado dessa expressão: “segura a sela, amarra o cara e sai arrastando” (DAMASCENO, fev. 2000).

Pacheco continuou com o relato sobre as ações dos fazendeiros para expulsá-los da terra:

“ Ai, fizeram um travessão... O Seringal Carmem é só um seringal. Carmem é só um. Fizeram um travessão, uma derrubada aqui, deixaram pra cá, uma parte Porvir (seringal vizinho), outra Carmem, sendo tudo Carmem, eram dois irmãos, fizeram isso a fim do povo sair tudo. Dividiu mesmo, e saiu tudo... O Prefeito de Brasília era o Elson Dias Dantas, e disse assim (por essa luz que nos alumia!) “- Quem comprou é que é o dono.” Você mora numa casa 10 anos, pagando o aluguel dela, o dono chega lhe bota pra fora... Despejo, eles fizeram despejo (PACHECO DA SILVA, jun. 2002).

A atitude do prefeito de Brasileia conferia legitimidade aos fazendeiros em detrimento dos direitos dos seringueiros/posseiros, previstos em lei.

Os estudos de Moura (1988, p. 22) afirmam que esse processo de implantação das atividades pecuárias, em que fazendeiros se investem de ações políticas no intuito de possuírem por completo o domínio sobre a terra, transforma como em passe de mágica, peque-

nos posseiros em invasores de terra, “quando na realidade se trata de invadidos nas terras em que moravam e trabalhavam”.

Sobre esse processo, a seringueira Antônia Lopes afirmou que os fazendeiros não pretendiam colocar pessoas para fora do seringal, pior que isso: “eles queriam jogar fora” (LOPES, jan. 2000). Mais uma vez, a fala dessa trabalhadora imprime o real sentido da expressão citada sobre a “limpeza da área” pelos fazendeiros, citada ao final do item 3.2, como também expressa a profunda revolta que sentia pelo alijamento de suas condições de vida.



# CAPÍTULO 4

**“A VOLTA AO PASSADO” PARA NÃO  
PERDER A PERSPECTIVA -  
UM PRESENTE DE RESISTÊNCIAS  
NA VIDA DO PESSOAL DO CARMEM**

## 4.1 Fazendeiro *versus* seringueiro

**N**a década de 1970, iniciava uma repercussão sobre conflitos entre seringueiros, moradores das áreas de seringais e fazendeiros, que extrapolava as fronteiras do Acre. A esfera envolvia interesses de diversos grupos sociais. Por isso, dentre as providências tomadas no sentido de contorná-los, foi criada, por iniciativa do Governo do Acre, uma comissão considerada de Alto Nível, assim nomeada para apontar soluções. Essa Comissão era composta por representantes do STR de Brasileia, Contag, Igreja Católica, Incra, Imprensa e por fazendeiros (DUARTE, 1987, p. 80-81).

A solução apontada pela Comissão de Alto Nível foi a proposição de um acordo entre fazendeiros e seringueiros em disputa pela terra. Pelo acordo, o fazendeiro indenizava as famílias residentes nas áreas que havia comprado, com um lote de terra, ou, quando isso não era possível, com uma quantia em dinheiro equivalente ao valor das benfeitorias feitas pelos moradores das colocações (DUARTE, 1987, p. 80-81).

Em breve avaliação sobre o papel dessa Comissão, Paula (1991) concluiu que tais acordos interessavam primordialmente aos fazendeiros, que poderiam iniciar sem maiores entraves, a exploração pecuária. Interessava também à Contag, por ser uma forma de concretizar a reforma agrária. Ao Governo também interessava, pois servia de contenção aos conflitos. Quanto aos seringueiros envolvidos, esses acordos não foram totalmente aceitos. Uma das razões era que esses trabalhadores extrativistas não pretendiam mudar de atividade econômica, para dedicarem-se exclusivamente à agricultura (PAULA, 1991, p. 152).

É oportuno retomar o comentário do líder Chico Mendes, quando avalia os acordos indenizatórios, como um encaminhamento que não deu certo. Para esse líder, os lotes distribuídos inviabilizaram por completo a permanência do seringueiro na terra, bem como de continuar a se reproduzir a partir do extrativismo.

Foram distribuídos aproximadamente 60 lotes de terra como indenização aos seringueiros, medindo, aproximadamente, 30 hectares cada. Quando o valor das benfeitorias dos seringueiros superava



o valor do lote, o equivalente ao restante era pago em dinheiro (IN-CRA, 1975).

O estabelecimento de critérios para estimar o valor das benfeitorias dos seringueiros é tema da maior relevância, tendo em vista a complexidade que apresentou na ocasião, conforme explicitado no capítulo 3. Na época, essa questão foi exaustivamente discutida pelas organizações de trabalhadores rurais, principalmente, seringueiros e posseiros no Acre.

Como foi assinalado no capítulo anterior, os requisitos apontados na legislação para caracterizar uma benfeitoria nas propriedades rurais não consideravam o valor criado no bojo da principal atividade do sistema de produção extrativista. Como exemplo, tem-se a força de trabalho despendida nos trabalhos de abertura da floresta para se “colocarem” na terra, abertura e manutenção das estradas de seringa, de varadouros, entre muitos outros.

Além disso, vale acrescentar ao debate a preocupação de estudiosos de diferentes campos do conhecimento com a valoração ambiental da natureza, um tema novo e polêmico, que tende a ser foco de preocupações permanentes. Reconhece-se, nesse sentido, a inviabilidade de se contabilizar, para efeito de indenização, bens que o seringueiro conserva enquanto desempenha sua exploração dos recursos naturais. Uma questão que se coloca a título de exemplo, é: como estimar valores de indenização que incorporem o trabalho de conservação das castanheiras e outras espécies florestais?

Em face da desvalorização das benfeitorias próprias de uma unidade de produção extrativista, a orientação recebida pelo seringueiro era para que construíssem outras benfeitorias, além daquelas que serviam ao seu sistema de produção. Com esse objetivo, a Contag e o STR mobilizaram os seringueiros para plantarem roças, construíssem cercas, criarem animais em suas colocações. Era uma tentativa de enquadrá-los na categoria jurídica de *posseiro*, prevista no Estatuto da Terra. À época do primeiro empate, no entanto, essa estratégia não garantiu a permanência do seringueiro na terra. Com base no acordo feito com o fazendeiro, aproximadamente 60 famílias se mudaram para os lotes de terra, locais onde não poderiam exercer o extrativismo.

Analisando essa questão, Duarte salientou o caráter paliativo das medidas adotadas. Admitiu que “pouco se resolveu, e muitos proprietários não cumpriram o acordo” (DUARTE, 1987, p. 81). Em face de todo esse processo, o conflito por terra no Seringal Carmem foi um dos primeiros e dos mais acirrados na região. Preparou o contexto para a construção do primeiro empate da história acreana. O caráter inédito dessa organização de seringueiros ficou expresso na fala de Francisco Rodrigues Messias: “Este movimento virou um pepino da peste! [...] Foi quando o Sindicato tomou as providências e avisou às autoridades... Fomos parar na 4ª Companhia de Polícia” (MESSIAS, jan. 2000).

A situação a que foram submetidos os seringueiros do Carmem trouxe sérias consequências. A migração para a cidade foi a mais comum. O meio urbano era estranho ao ex-seringueiro, sem perspectivas de futuro, realidade que foi relatada pelos entrevistados. Um exemplo foi o destino de Francisco Messias, que tinha oito filhos quando foi expulso da colocação. Por ocasião da entrevista, estava residindo na periferia de Brasileia. Segundo seus companheiros de luta e hoje vizinhos, Messias, desde sua saída do Seringal, sofre de crises depressivas e perda de memória, controlados por medicação especial.

Entretanto, a falta de memória não afetou as lembranças do processo conflituoso que Messias e seus companheiros vivenciaram durante a instalação da Fazenda Carmem. Quando foi abordado sobre o assunto, a idéia que passou através das palavras e gestos, é que se transportava para o tempo passado. Relatou dessa forma, sua visão sobre os acontecimentos, e expressou seu inconformismo com os desdobramentos da luta no primeiro empate.

O estado físico, emocional e social de Messias reflete sua persistência em lutar para continuar vivo, sobreviver aos ataques à sua dignidade e à de sua família, à sua identidade pessoal e cultural, à sua forma de trabalhar.

Segundo Bosi (1979), que descreve a substância social da memória, ou a matéria lembrada,



o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no

como lembra, faz com que fique o que signifique (BOSI, 1979, p. 16).

A falta de memória do presente e a lembrança do passado, apresentada por Messias, pode ter nas palavras de Bosi, uma explicação. Trata-se de um processo seletivo da memória, através do qual “fica aquilo que significa”.

Outros seringueiros que participaram do mesmo processo de conflitos e de expropriação no Carmem foram citados como portadores de sintomas psíquicos similares, bem como de outros problemas de saúde. O ex-seringueiro Messias foi e continua sendo integrante daquilo que eles costumam chamar de *Pessoal do Carmem*. Como outros seringueiros entrevistados, foi membro-fundador do STR de Brasileia, participou do primeiro empate e de muitos outros que vieram depois. Militou também no Partido dos Trabalhadores. Seu relato sobre o empate e seus desdobramentos, às vezes, assumia forma peremptória, outras vezes ficava permeado de contradições:

“...depois dessas posses que a gente criou lá, foi jogado pra fora pelos fazendeiros. Aqueles seringueiros que habitavam lá... a gente nunca foi enxergado pelas autoridades, que nunca tomavam as providências que deviam ser tomadas. Então a gente chegou até o ponto de fazer um empate. Ter que partir pra arma, pra lutar, pra briga... Ou as pessoas aceitavam esses 30 hectares de terra ou eles indenizavam com 3 mil cruzeiros, naquele tempo, ou então o cara voava sem nada[...] (MESSIAS, jan. 2000).

O sentimento de revolta contra as autoridades permanece, mesmo depois de aproximadamente 25 anos de perda da terra. A discordância com o processo de indenização, como desdobramento do primeiro empate, tem ganhado maior ênfase com o passar dos anos.

Em seguida, Messias conta como foi a vida nos lotes de terra:

“Mas judiaram de nós... ardespois de tudo isto, nós fomos lá pra nossos lugares preparados, pusemos nossos roçadinhos... Com 1 ano ou foi 2, pra formar campo, jogaram veneno na mata, justamente na nossa divisa. Nós com o feijão branco florando, mamoeiro, mandioca, tudo quanto foi de planta. O veneno acabou com a lavoura (MESSIAS, jan. 2000).

A menção de que o fazendeiro havia jogado “veneno” de avião sobre os lotes indenizados aos seringueiros é um dado novo que se acrescenta ao conhecimento produzido por estudiosos, sobre as pressões que levaram as famílias a abandonarem a terra. No início da

declaração, surgiu a dúvida quanto à natureza desse veneno. A certeza dos depoentes é de que se tratava de uma substância jogada de avião, propositadamente pelo fazendeiro, com o intuito de destruir as plantações no interior dos lotes. Essa substância pode se tratar de material para implantação do pasto que, acidentalmente, teria se espalhado pelas terras dos indenizados.

Após consultar o seringueiro e líder sindical Osmarino Amâncio, obteve-se alguns esclarecimentos. A liderança atestou que, à época, se encarregou de buscar os direitos legais dos seringueiros do Carmem. Recorreu-se à Polícia Federal e a outros órgãos oficiais, reivindicando indenização, no entanto, sem sucesso.

Esse líder sindical acrescentou dados significativos a respeito do fato, e declarou que a imprensa escrita noticiou o ocorrido. Segundo seu depoimento, por volta de 1978, os fazendeiros jogaram de avião um veneno, que a liderança chamou de "agente laranja". O veneno atingiu a vegetação nas áreas da Fazenda e dos lotes dos seringueiros, afetando também as pessoas que estavam em seu interior. A própria liderança asseverou ter ficado internado por alguns meses, para se livrar das sequelas do veneno.

As plantações dos ex-seringueiros ficaram completamente destruídas. Algumas haviam sido financiadas em banco. A produção agrícola ficou impossibilitada, a curto e médio prazos.



O avião voava lá de cima e atingia assim como 6 a 8km... O primeiro dia que eles vieram jogar de avião, vieram jogar em cima lá de casa. Eu não plantei um pé de capim, a senhora pode ir lá que tem capim, mas foi do avião, que eles jogaram (ARAÚJO, jan. 2000).

Em 2000, em visita ao lote de terra desse ex-seringueiro, observou-se um terreno degradado, com poucas plantações. Cícero Galdino foi um dos que contraiu empréstimo bancário. Diante do prejuízo, vendeu um pedaço de sua propriedade para pagar a dívida.

O fato dos lotes de terra, objetos da indenização, serem em locais conjugados à área da Fazenda Carmem foi fator determinante para ocorrência dos vários conflitos entre moradores dos lotes e fazendeiro. Os mais comuns foram ocasionados pelo desrespeito aos limites das propriedades. Exemplo disso foram as invasões pelo gado às plantações dos ex-seringueiros, destruindo-as. Outro, foi a obstrução, pelo fazendeiro, da única via de acesso à *rua* (aqui com o sentido

que os seringueiros davam para a zona urbana), pois o ramal passava por dentro da área da Fazenda.

Diante do exposto, a convivência “lado a lado com o inimigo” do porte dos fazendeiros foi definido pelos ex-seringueiros entrevistados como: “viver o tempo todo sob pressão”.

## **4.2 A indenização é “um cala-boca”**

Em declaração recente, o ex-seringueiro Emiliano Rodrigues demonstrou ter consciência do malogro a que foram submetidos os trabalhadores rurais do Carmem. Apelidou o lote de “lugar pra plantar melancia”. E prosseguiu na avaliação: “A área foi só um consolo pra gente, enquanto as coisas se acomodavam. Aquilo não era pra viver, não dava pra gente ficar” (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002).

A consciência da perda fortaleceu-se com o passar do tempo. A família de Emiliano, por exemplo, constituiu-se de 15 pessoas, entre crianças, adultos e idosos. Na ocasião da pesquisa para esta obra, todos moravam na mesma casa, em Brasileia. Isso, porque logo depois que suas plantações no lote de terra foram destruídas pelo veneno jogado de avião, resolveram vendê-lo e mudar para a cidade.

Dentre tantas mudanças no estilo de vida dessas pessoas, algumas delas, como aconteceu também com membros de outras famílias, apresentaram alterações de comportamento. Emiliano e sua filha mais velha sofrem com crises depressivas, algumas vezes, tendo que se tratarem com remédios ou recorrerem a internações hospitalares.

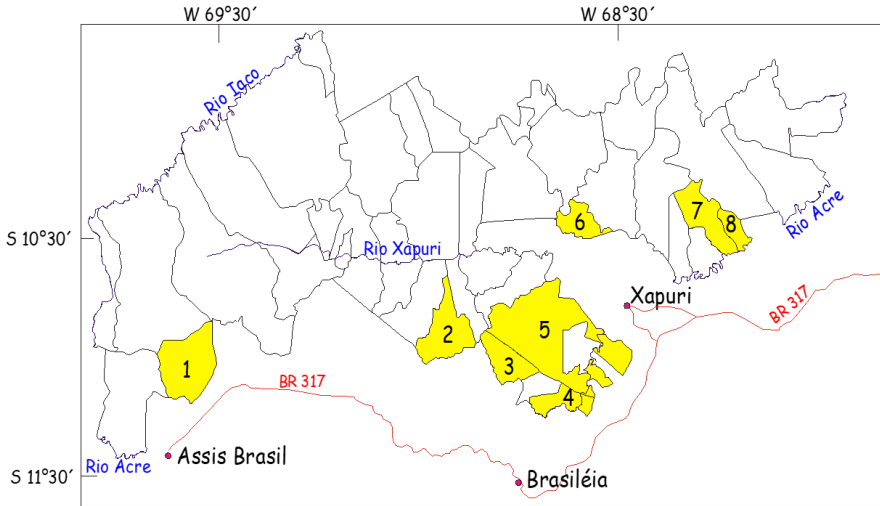
Observa-se que, em geral, os seringueiros, diante do acordo firmado com o fazendeiro, e aceitando um pedaço de terra em troca da colocação, não tinham uma noção clara do que representava aquela solução. Francisco Pacheco desabafou sua discordância com a saída encontrada: “[...] Tinha o Sindicato, mas pediu que saísse também. Fizemos um acordo para que saíssemos. Não tinha jeito, as autoridades daqui tudo, ó...” (PACHECO DA SILVA, jun. 2002). A fala exposta demonstra frustração do ex-seringueiro, com insatisfação pela forma como as autoridades conduziram seus atos, falhando em cumprir com a proteção a quem detinha direitos sobre a terra.

A nova realidade foi sendo percebida após a execução do acordo: as terras recebidas não possuíam estrada de seringa; a renda familiar foi diminuindo drasticamente; não foi oferecido nenhum tipo de assistência técnica ou financeira; para a maioria dos seringueiros não foram entregues o documento de propriedade da terra; faltava transporte e apoio à comercialização.

Em consequência, não foram poucas as famílias que venderam seus lotes e migraram para a cidade de Brasileia ou para a Vila Epitaciolândia, ou mesmo para Rio Branco. Algumas, quando foi possível, reativaram colocações em outros seringais da redondeza. Muitos deles negociaram a venda dos lotes com o próprio fazendeiro, em troca de quantias irrisórias. Outros, simplesmente abandonavam a terra.

De acordo com descrição e mapeamento feito pelos seringueiros entrevistados, os quais podem ser comprovados através de mapas da Fazenda Carmem, produzidos pelo Inbra (1975), conforme imagem e descrições à frente, os lotes foram distribuídos de forma que uma parte ficou localizada ao longo da margem do rio Acre, e a outra, margeando o Seringal Nazaré. Nessa disposição, a área da Fazenda Carmem ficou no centro. A análise desse mapa fundiário corrobora as conclusões de alguns seringueiros acerca da distribuição dos lotes, ou seja, que tinha por objetivo a dispersão e divisão dos seringueiros do Carmem.

## RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES -SERINGAIS MAIS AFETADOS PELO DESMATEAMENTO ORIUNDO DA PECUÁRIA NA DÉCADA DE 1970<sup>30</sup>



Fonte: GOMES, C. V. A. **Dynamics of Land Use in an Amazonian Extractive Reserve: The Case of the Chico Mendes Reserve in Acre, Brazil.** Master's Thesis. University of Florida, 2001.

- 1 - Seringal Paraguaçu
- 2 - Seringal Humaita
- 3 - Seringal Porongaba
- 4 - Fazenda Carmem
- 5 - Seringal Filipinas
- 6 - Seringal Floresta
- 7 - Seringal Independencia
- 8 - Seringal São João do Itacema

Em parte, a dispersão aconteceu. Ficou mais difícil a organização dos seringueiros nos lotes. Mas, segundo relato dos entrevistados e registros de assinaturas de associados em atas de assembleias sindicais, depois de estarem morando nessa área, as famílias criaram uma Associação de Moradores, com finalidade de viabilizar maior articulação com a cidade, à qual deram o nome de Alegria do Carmem. O associado e ex-seringueiro Cícero Galdino justificou o título: “era para ver se, pelo menos no nome, alguma coisa acontecia de positivo para os moradores dos lotes” (ARAÚJO, jan. 2000).

Para os fazendeiros, a indenização serviu para legitimar a implantação da fazenda de gado. Sobre essa questão, quando entrevistado, o fazendeiro Joaquim Medeiros de Souza declarou ter “doado”

<sup>30</sup> Estes são seringais com maior índice de desmatamento na Reserva Extrativista Chico Mendes. A Fazenda Carmem teve aproximadamente 6 mil hectares demarcados para essa Reserva. A referida área encontra-se parcialmente degradada por pastos e queimadas.

terras aos seringueiros, concedendo inclusive a respectiva documentação legal (MEDEIROS DE SOUZA, abr. 2002). Contudo, isso não foi confirmado pelos seringueiros entrevistados, alguns dos quais informaram não possuir as escrituras, como o ex-seringueiro Cícero Galdino.



Eu parti pra luta pra defender o direito nas 30 hectares de terra. [...] Isso é uma miséria, porque um homem que deu tanto resultado pro Estado, receber 30ha e não ter hoje um documento dela! (ARAÚJO, jan. 2000).

Para os seringueiros, obter o documento que lhes garantisse a propriedade da terra onde poderiam trabalhar e reconstruir a vida, junto a suas famílias, tornara-se uma necessidade e uma questão de honra. Após serem expulsos de suas colocações – espaço de reprodução material, social e cultural de várias gerações – os seringueiros revoltaram-se contra o que chamavam de incompetência das autoridades em regularizar os lotes de terra indenizatórios. Já haviam perdido a colocação que habitavam e exploravam, aliás, com área de terra maior. Os seringueiros acharam inadmissível morar em terras sem uma documentação legal da propriedade.

É importante salientar que a relação do seringueiro com a terra não se explica pelo tamanho físico da mesma, mas está vinculada à forma de utilização própria do extrativismo da borracha. Portanto, não é o tamanho da terra que determina sua utilização pelo seringueiro, mas quanto se pode extrair dela em borracha e outros produtos, de quantas estradas de seringa possui. No Acre, isso se aproxima em média, dos 300 hectares por colocação. Assim, em parte, explica-se a sátira de Emiliano ao chamar seu lote de terra de “lugar pra plantar melancia”. Uma outra interpretação dessa assertiva do seringueiro pode estar no fato de grande parte dos lotes localizarem-se à margem do rio.

Diante desse quadro, o acordo feito no âmbito das negociações da Comissão de Alto Nível, não foi cumprido com a maioria dos seringueiros indenizados no Seringal Carmem. Esse descumprimento ocorreu na etapa de regularização dos lotes de terra.



### 4.3 Apesar da resistência dos seringueiros, uma fazenda abandonada

Com o intuito de refletir sobre como se deu o funcionamento da Fazenda Carmem, é oportuno retomar parte do depoimento do capataz da fazenda, Jorge Arcanjo da Silva, também conhecido como Paca:

“ Os caras mais ricos foram os Medeiros, os que mais trouxeram dinheiro. A fazenda tava boa ainda, tava movimentando. Com as crises e inflação foi caindo. [...] No início tinham 4 mil cabeças de gado, quando o Coronel morreu tinham 1.200 cabeças. Era movimentada no início, depois... (ARCANJO DA SILVA, nov. 2001).

No início de 2000, por ocasião da pesquisa, observou-se que a atividade pecuária na Fazenda se encontrava reduzida, diante das instalações na referida unidade de produção. Tal redução teve início alguns anos antes, durante a década de 1980, provavelmente ocasionada pela retirada dos incentivos fiscais e creditícios oficiais. A situação se agravou após o falecimento do proprietário, Francisco de Souza Medeiros, em meados da década de 1990.

Apesar do capataz chamado Paca enfatizar que os preparos para instalação das atividades da fazenda se deram de maneira tranquila e dentro das exigências jurídicas, foi possível observar, através da historiografia até aqui levantada, que o início dos trabalhos naquela propriedade foi permeado de momentos de tensão social. Os seringueiros reagiram com força de luta e organizaram o Sindicato, criaram o empate, contaram com apoio de várias outras instituições, conforme relatado anteriormente.

Mesmo admitindo-se a hipótese do processo ter se dado de forma tranquila, como afirmaram o fazendeiro Joaquim Medeiros e o capataz Jorge Arcanjo, se impõe questionar sobre a finalidade de todas aquelas mudanças, do volume de investimentos ali aplicados, quando se sabe que o gerenciamento dos recursos financeiros e toda a estrutura da fazenda, depois de montada, chegou a uma situação de abandono, como se mostra em maiores detalhes, em fotos da fazenda.

**Imagens da Fazenda Carmen em Brasileira**



Jan. 2000. Fonte: Acervo da pesquisa.  
Casa Sede com piscina ao centro - aos cuidados de um caseiro.



Jan. 2000. Fonte: Acervo da pesquisa.  
Cerca ao redor da Casa Sede - deteriorada

Essa situação ganha melhores contornos quando se passa a considerar a tendência que tomou o desenvolvimento da pecuária no estado do Acre. Esse setor da economia, ao contrário do que aconteceu com a Fazenda Carmem, tem crescido nos últimos anos. Apesar de não mais se tratar de um setor de captação de investimentos a fundo perdido, como fora na década de 1970, seus empresários se beneficiam direta ou indiretamente daqueles investimentos iniciais, como infraestrutura, matrizes de animais, aprendizado advindo das experiências dos primeiros fazendeiros. Nesse sentido, o ex-fazendeiro e atual madeireiro Joaquim Medeiros ressaltou a importância que teve como pioneiro da pecuária no Acre.

É evidente que os seringueiros não se sentiriam mais ou menos compensados, caso a Fazenda Carmem tivesse correspondido em produção, ao investimento e incentivo que lhe foi destinado, já que foi com a desestruturação do Seringal Carmem que se chegou à desestruturação da vida dessas pessoas. Porém, a indignação desses seringueiros expulsos de suas colocações torna-se ainda mais justificável, quando eles refletem sobre o malogro da Fazenda Carmem, conforme enfatiza Cícero Galdino de Araújo, ex-seringueiro:

“ O Seringal Carmem se acha uma Fazenda abandonada. Tinha campo de aviação, tinha tudo, e você chegando lá, você acha triste... não tem mais aquela ruma de dinheiro pra eles reconstruir, eles não reconstrói mais (ARAÚJO, jan. 2000).

Questionam, em outras palavras, a lógica de produção da fazenda, com baixos resultados na produção. A inquietação dos seringueiros expulsos se traduz em uma de suas perguntas: “pra quê foram retirados dos seus pedaços de terra?”

Para os ex-seringueiros não interessa acompanhar os novos investimentos, feitos recentemente no interior da Fazenda Carmem. A análise dos desdobramentos de sua implantação é suficiente para que se conclua sobre os danos sociais ocorridos durante os anos em que o Estado esteve pautando sua *modernização econômica* principalmente no modelo agropecuário.

Para os objetivos do presente estudo, no entanto, torna-se fundamental relacionar algumas informações na construção da análise sobre a transformação do Seringal Carmem em fazenda. No ano de 2002, foram feitas novas consultas ao Incra, sobre a situação do imó-

vel (ACRE.INCRA, 2000). As informações coletadas foram confirmadas em entrevista com o filho do fazendeiro, Chiquinho, que ficou administrando a Fazenda (MEDEIROS FILHO, ago. 2002).

Em 1990, durante a demarcação da Reserva Extrativista Chico Mendes, aproximadamente seis mil hectares da Fazenda Carmem foram desapropriados, com indenização aos fazendeiros pelo Governo Federal. Essa área passou a fazer parte da Reserva Chico Mendes. Das famílias que moravam nos seringais Porvir e Carmem, em torno de 32 ficaram residindo na parte da Fazenda que passou a ser Reserva Extrativista.

A história de criação das Reservas Extrativistas é objeto de estudo de vários pesquisadores, dentro e fora da região amazônica.<sup>31</sup> Todos a reconhecem como uma conquista da luta dos trabalhadores rurais e seringueiros na Amazônia. Inclusive para os seringueiros do Carmem, pode-se chamar de vitória, já que uma pequena parte das famílias daquele Seringal conseguiu permanecer em suas colocações no interior da Reserva Extrativista. Pode-se chamar de vitória, quando se analisa enquanto resultado do movimento de trabalhadores rurais como um todo, dentre os quais estão o *Pessoal do Carmem*. Porém, o que mantém a unidade de seus integrantes é a perspectiva de futuro. Não pensam em *voltar ao passado*, reconhecem-se sem *músculos* para trabalhar no extrativismo. A volta ao passado de que falam diz respeito à continuidade da luta por um pedaço de terra no meio rural, para plantar e construir um espaço semelhante ao que se acostumaram a viver, desde que nasceram.

Portanto, é preciso relativizar essa vitória. Primeiro, considerando o caso em estudo, pode-se falar em vitória apenas parcial para os ex-seringueiros do Carmem. Embora tenham contribuído ativamente para a consecução das Reservas, continuaram desprovidos do meio com que produziam, a terra. Em segundo lugar, as áreas da Fazenda, incorporadas à Reserva Extrativista, encontravam-se degradadas por causa dos pastos.

Em estudo realizado por Gomes (2001), foram selecionados no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, oito seringais mais afetados pelos desmatamentos para fins de exploração pecuária. A Fazenda Carmem foi uma delas.

<sup>31</sup> A esse respeito, consultar Costa Filho (1995); Esteves (1999); Paula (1991); Allegretti (apud ANTHONY, 1994); Cavalcante (1993).

## 4.4 Os pioneiros da pecuária no Acre: contradições do modelo e a luta pela terra no Seringal Carmem

Em um exercício para compreender melhor as questões que envolvem a luta por terra no Acre, se busca uma interlocução com estudiosos da temática sobre a *propriedade da terra*, que têm suas abordagens calcadas em diferentes momentos e lugares da história brasileira.<sup>32</sup>

Em seus estudos sobre processos judiciais na questão fundiária para o sertão de Minas Gerais, Moura (1988) salientou o processo histórico que originou a apropriação privada da terra desde 1850, com a Lei de Terras. Anteriormente a isso, o regime de propriedade era baseado em *sesmarias*, quando o domínio das terras pertencia ao rei. Este concedia o direito de posse transitória ao sesmeiro, constituindo, portanto, “a posse como forma histórica de ocupação”. Com privatização da terra em 1850, isto é, quando a única forma de acesso à mesma passou a ser mediante a compra, a posse passou a ser instituto provisório, destinado a tornar-se propriedade. É primordialmente a partir dos desdobramentos desse fato que se concentra a reflexão sobre as questões fundiárias no Brasil, com destaque para a região amazônica (MOURA, 1988, p. 15).

No sentido de elucidar melhor a argumentação feita anteriormente, recorreu-se à seguinte assertiva de Moura: “se é verdade que a posse tende à propriedade, o modo de efetivá-la inclui, em maior ou menor grau, a invasão do que ainda é posse, não a sua compra”. E a autora conclui:

“ Desse modo, grandes proprietários ou simplesmente indivíduos poderosos que dispunham de cacife político para se tornarem tais, encampavam extensas terras livres, habitadas por indígenas e posseiros e até propriedades parcelares, habitadas por sítiantes desvalidos. Este quadro se sustenta até os dias de hoje (MOURA, 1988, p. 16).

Importa por ora, estabelecer um vínculo entre esse enfoque e o estudo de caso em análise. As relações sociais foram constituídas a partir do Seringal Carmem, quando seu eixo se concentrava principalmente em torno das categorias seringueiro, seringalista/arrendatário e marreteiro. Como já se observou, no momento da crise do

<sup>32</sup> Alguns dos principais autores a esse respeito são: Moura (1988); Martins (1991a); Nunes (1991); Oliveira (1982); Sigaud et al. (1987); Velho (1972).

extrativismo, do final da década de 1960, iniciou-se um processo gradual, em que o patrão deixou a atividade e vendeu o seringal, operação que incluiu a intermediação do Banco da Amazônia S.A. (Basa). Os seringueiros do Carmem, também em um processo gradual, reestruturaram suas relações de trabalho e de produção, adaptando-se às novas condições de subsistência.

Quando os seringalistas do Carmem, Valdemar Teles Brilhante e Ernesto Brilhante, abandonaram a atividade e venderam o seringal, não houve consulta aos seringueiros que ali trabalhavam, que continuaram por conta própria, desenvolvendo o extrativismo.

Conforme se explicou no primeiro capítulo, durante o processo de falência, os seringalistas procuraram saldar suas dívidas bancárias com a venda do seringal, de maneira a minimizarem os prejuízos, negociação que não incluiu os seringueiros. No caso do Seringal Carmem e Porvir, as famílias nem mesmo foram avisadas de que as terras onde se localizavam suas colocações passariam a ser de propriedade de fazendeiros. Ficaram como donos de suas colocações, com uma maior liberdade para organizar o processo produtivo, para escolher seus parceiros comerciais, e podendo optar por uma forma de organização social que mais lhe conviesse. Tal situação perdurou, até que os preparativos de instalação da fazenda fossem iniciados, com a famigerada "limpeza da terra".

À luz das contribuições de Moura (1988) acima expostas, se pode afirmar que, do ponto de vista jurídico, as terras ocupadas há décadas pelos seringueiros do Carmem não estavam livres, como supunham seus compradores; que seus ocupantes se constituíam, inclusive, de acordo com a lei recente do Estatuto da Terra, enquanto posseiros; e que, portanto, a ação dos fazendeiros Francisco Medeiros de Souza e de Joaquim de Souza Medeiros pode ser, sob essa ótica, caracterizada como *invasora*. Os argumentos utilizados para justificar a legitimidade da propriedade da terra inserem-se nos já conhecidos historicamente, isto é, que o extrativismo não trazia nenhum benefício significativo para a economia do Estado, que se encontrava em fase de extinção, possuindo um caráter de atraso, diante da moderna e lucrativa atividade pecuária.

Outro argumento válido para essa discussão, foi levantado por Moura (1988), quando analisou os conflitos no Vale do Jequitinhonha,

e que auxiliou no entendimento dos processos da Fazenda Carmem, é o que fala de famílias que ficaram *morando de favor* em área da fazenda: “seus habitantes [da fazenda] foram favorecidos por ela, com a permissão de nela morarem e abrirem roças, o que não ocorrerá doravante” (MOURA, 1988, p. 15). Esse tipo de atitude foi tomada pelo sobrinho do fazendeiro Chicão, o Marcelo Medeiros, quando procurou expulsar três famílias que viviam em terras da Fazenda, com autorização informal do Fazendeiro Chicão, concedida dois anos antes. Luzimar Alves da Silva, esposa do seringueiro Antônio Caipira, relatou o episódio:

“ Quando eles compraram a fazenda, deixaram nós morando por dois anos, vivíamos da borracha. Depois, veio o Marcelo mandar a gente sair. Falou que a borracha caiu de preço, mandaram assinar um documento se quisesse ficar, pra ficar 1 ano ou 2. Aí meu véi disse: “- Não, Marcelo, é o seguinte, eu não assino em canto nenhum que seja preciso de ficar assinado.” [...] Quando nós fomos fazer essa casa ele botou um peão dele pra vir aqui dizer que era pra parar com o trabalho. [...] A casa já tava feita, no outro ano ele mandou outro rapaz, que chamam de Paca, peão deles aí, trouxe 4 homens, ficaram lá escondido pelo igarapé. [...] Depois eles vieram perguntar se ele queria uma indenização... (ALVES DA SILVA, nov. 2001).

Conforme relatado anteriormente, as ações para expulsar o morador chegaram até a queima de casa e outras violências. A família de Luzimar permaneceu vivendo na área que fora destinada à reserva legal da Fazenda, graças principalmente à resistência para não sair de lá, mas também, em virtude da relativa improdutividade da fazenda, após a morte do fazendeiro Francisco Medeiros. Em entrevista, Chiquinho reafirmou que a essas famílias não se permite moradia na Fazenda (MEDEIROS FILHO, ago. 2002).

Além da família de Luzimar, outras duas colocações de parentes dividem esse espaço. Atualmente, as apreensões perduram, ameaças de terem que deixar a terra oriundas de outras injunções, do Incra, por exemplo, que planejava desapropriar e lotear a área de suas colocações, como se pode perceber na fala da seringueira Luzimar:

“ [...] tamos esperando se vão lotear ou não. Nós não queríamos que loteasse. Nós não sabemos se vão cortar [delimitar] só 10, 20 ou se é 50 hectares. Nós viemos da castanha e da seringa, vão tirar um lote pra cada um, e vamos ficar com o quê? Acabou-se o nosso ganho. Moramos aqui há 13 anos, temos o direito de posse. O INCRA disse que o direito era ao lote e que ia lotear. [...] Se lotear isso

aqui perdemos muita terra, não vai dar pra pegar mais 30 latas de castanha. Se lotear, nós ficamos sem nada [...]. Muda. Muda 100%, 1000% (ALVES DA SILVA, nov. 2001).

O fundamento da reflexão de Moura (1988), sobre as questões da terra, alerta para o fato de proprietários de fazendas reduzirem tais questões a relações de favores, de contratos transitórios de trabalho, a uma situação de permissão/proibição. Tais formas de vínculo com o morador agregado da fazenda ou com aqueles que morem em suas extremidades é mantida somente enquanto servirem à dominação da fazenda (MOURA, 1988, p. 16).

Essa conclusão auxilia sobremaneira no estudo do caso em questão, podendo ser acrescida de uma outra que lhe pode complementar. As questões de terra possuem uma correlação de forças onde o camponês situa-se no eixo mais fraco. Nesse sentido, o trabalhador rural tem sido historicamente relegado ao ostracismo, silenciado, não só por fazendeiros, mas por qualquer aparelho de Estado, no trato das questões fundiárias. Paradoxalmente, não é aos moradores da terra, posseiros, trabalhadores, enfim, não é às pessoas que têm uma longa experiência com a terra que se pergunta qual o melhor destino ou a distribuição de terra mais adequada.

Os estudos de Martins (1991a), sobre a questão política no campo, conduzem a mais reflexões sobre a propriedade da terra. O autor parte de uma análise sobre muitas mudanças históricas e econômicas que se sucederam, desde a criação da Lei de Terras no Brasil, vigente até os dias atuais. De acordo com a referida Lei, a terra não pode ser obtida por outro meio que não a compra, conforme se fez referência anteriormente. Com essa restrição, aqueles que não possuíam recursos para comprar foram relegados à condição de posseiros. Estes operaram como *amansadores da terra*, no sentido de funcionarem como deslocadores de grupos indígenas para avançar sobre as terras deles. A esse movimento se deu o nome de *frentes de expansão* (MARTINS, 1991a, p. 67).

Em referência feita à região amazônica, em períodos mais recentes, Martins asseverou: “[...] a verdade é que o capital amplamente estimulado pelo Estado já avança, ao mesmo tempo, sobre as terras de posseiros e terras indígenas” (MARTINS, 1991a, p. 67).



À forma de ocupação da terra por empresários e capitalistas, no caso em foco, pela grande fazenda de gado, o autor denomina de *frente pioneira*. As tensões quanto às questões que envolvem a propriedade da terra eclodem no momento em que essa frente pioneira avança por sobre a frente de expansão territorial.

Esse traço analítico vem contribuir com a análise do movimento de pecuaristas sobre as terras de posseiros na região acreana. Os dois regimes de propriedade privada – um, com base na empresa capitalista agropecuária, e o outro, de caráter familiar – entram em choque: “na verdade, as propriedades capitalistas representam uma ameaça concreta para a outra forma de *propriedade privada* que é a *propriedade familiar*” (MARTINS, 1991a, p. 67 – grifos do autor).

Tendo em vista ser uma tendência comum a baixa oferta de postos de trabalho no meio rural, uma consequência direta da crescente concentração fundiária, o contingente de trabalhadores rurais não se proletariza, como ocorreu na forma clássica, mas sim, é excluído do regime de propriedade. Uma vez que a absorção de força de trabalho pela grande fazenda é mínima, a maioria dos trabalhadores continuou autônomo, porém, sem propriedade. Estes passaram, então, à condição de posseiros.

O raciocínio construído pelo autor, fornece elementos explicativos para se compreender os fundamentos dos conflitos sociais presentes nas relações entre pecuaristas e posseiros, ou entre o grande proprietário e seringueiros.

Diante do exposto, o elemento subversivo presente na resistência dos seringueiros do Carmem, assim como a sua disposição inventiva no primeiro movimento do empate, adquiriu contornos mais nítidos. O caso dos conflitos sociais no Seringal Carmem, na década de 1970, assim como outros similares na região amazônica, encerra em si uma das contradições da propriedade privada, porque “a posse deve ser vista como a negação da propriedade, como a manifestação subversiva do direito à terra.” A posse dá luz à contradição porque nasce junto com a propriedade capitalista (MARTINS, 1991a, p. 71).



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

*E a nossa vida continua, como diz a “cantiga” do piru: sempre pior...*

(RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002).

**A** epígrafe revela um paradoxo no tocante às opções de desenvolvimento vindas de fora do seringal: saídas pensadas pelos governantes para atender ao mercado de gado, que se refletiam para o seringueiro, o trabalhador rural, como um verdadeiro destroço de suas condições de vida. Era feita a “limpeza da área” pelos fazendeiros, o que impunha ao seringueiro buscar por sobrevivência na cidade, porém, a conclusão de Rodrigues da Silva (2002) é a de que o desenvolvimento não chegou para ele e seus companheiros trabalhadores, pois sua situação ficou sempre agravada, perpetuando a condição sofrida que passaram, mesmo eles não tendo se acovardado diante dos ataques. Apesar de estarem à frente da criação de sindicatos e partidos de defesa dos interesses de sua classe, a vida de suas famílias soava como “cantiga de piru”, sempre confrontada por mais e mais dificuldades.

Pensar a história do Seringal Carmem apresentada neste estudo permite refletir sobre o conjunto dos movimentos sociais na luta pela terra no Acre. Ao longo dos capítulos foram sendo expostas as idas e vindas desse movimento. Algumas experiências em determinado momento, se mostraram vitoriosas. Em avaliações posteriores, entretanto, foram consideradas apenas vitórias parciais. Para os ex-seringueiros, ficou demonstrado que os resultados vieram de muita luta, mesmo assim avaliam que tiveram grandes perdas, até o momento não recuperadas. A respeito disso, Emiliano enfatizou:

“ “ A coisa tava muito difícil! Mas nós esperava melhorar, porque nós tinha criado o Sindicato. Nós somos fundador do Sindicato, já tinha passado pelo primeiro empate. Só áreas de sofrimento... Fundamos o Partido dos Trabalhadores, que vinha da área de sofrimento dos trabalhadores em São Paulo, no Brasil, no Acre e em Brasília... E hoje, pra nós, você sabe o que chegou? NADA! Pra nós ainda não chegou nada! Não chegou um benefício, só umas pa-

lavras assim de palanque... (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002).

Um olhar menos cuidadoso interpretaria o relato de Emiliano Rodrigues como uma declaração de quem está esperando uma solução externa. Porém, relatos registrados anteriormente revelam a presença de inconformismo e resistência, em anuência ao que considera Chauí (1989, p. 124): “...o popular tem suas ambiguidades, como tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar”.

As palavras de Emiliano, como a dos demais entrevistados, exigem o reconhecimento pela luta. Não esperam dádivas de políticos, exigem direitos cidadãos brasileiros e principalmente, por sentirem-se lesados diante das autoridades e dos fazendeiros. Reconhecem-se heróis, mas não se satisfazem com esse título:



Ainda não tô animado. Acho que vou morrer sem nada. [...] Fomos uns heróis naquele tempo... Abrir caminho pra dar vida a outras pessoas. E a nossa vida continua, como diz a cantiga do piru, sempre pior... (RODRIGUES DA SILVA, jun. 2002).

A Reserva Extrativista foi uma conquista para os seringueiros, como afirmam: “a luta não foi em vão”. Nessa fala, é possível identificar a compreensão de que a luta e seus resultados se constituem em dois campos distintos e interligados. Em uma ponta, tem-se a busca pela manutenção da família, que se pode localizar no campo individual do processo. Na extremidade oposta, em que se pode colocar para o coletivo, quando conquistas foram alcançadas por um universo mais amplo, abrangendo seus parceiros de luta. O pessoal do Carmem, individualmente, não obteve frutos diretos nas conquistas que posteriormente, seringueiros de regiões próximas estiveram experimentando a partir da criação das Reservas Extrativistas. Eles explicam uma compreensão do heroísmo de suas ações, mas se ressentem de que não foi possível alcançarem para si maiores benefícios, advindos de suas resistências.

Ainda sobre isso, afirma Emiliano que não se resolveu a questão da terra no Acre. Após a criação das Resex, ficou demonstrado suas limitações na solução das questões fundiárias. Novas ocorrências de empates na região comprovam a necessidade de novas saídas.

Muitos que vivem do extrativismo permanecem em conflitos por terra em posses irregulares, como os *brasivianos*. Outros, como o pessoal do Carmem, sonham e buscam uma realidade diferente, não no sentido de quererem voltar ao passado, mas de poderem continuar vivendo com dignidade.

Retomando as considerações de Martins (1991a, p. 66), o estado do Acre constitui um caso representativo da situação em que a *frente pioneira*, de empresários capitalistas, avançou e se sobrepôs à *frente de expansão* composta por famílias de posseiros. A conclusão de Martins se concretiza no Acre, pois a partir do momento em que a pecuária avançou sobre as terras das famílias seringueiras, os conflitos se intensificaram e se revestiram de novos contornos, diferentes daqueles enfrentados por seringueiros durante o período em que estavam sob o comando dos “coronéis de barranco”, ou submetidos às relações comerciais desfavoráveis, enquanto “autônomos”. Tais conflitos perduram até os dias atuais. O que pode mudar são os nomes que a frente pioneira assume: estrada para o Pacífico, cooperação de ONGs, manejo florestal ou exploração madeireira.

O papel das entidades mediadoras, discutido ao longo do terceiro capítulo, ficou bem definido na avaliação de Chico Mendes. Especialmente em relação à atuação da Contag, STR e Igreja, quando decidiram fazer parte da Comissão de Alto Nível, e julgaram oportuno aceitar o acordo de indenização com fazendeiros. Chico Mendes afirmou que não se tinha clareza naquele momento. A situação era tensa, os atritos entre seringueiros e fazendeiros beiravam o clima de guerra. Falava-se em “derramamento de sangue” (na expressão do ex-seringueiro Messias). Talvez a iminência de maiores tragédias tenha influenciado na decisão das entidades em definir, na Comissão, a proposição dos acordos (MENDES apud PAULA, 1991, p. 130).

Mesmo depois de acertarem o acordo, quando os seringueiros estavam residindo nos lotes indenizatórios, os conflitos continuaram acirrados. Os fazendeiros não cumpriram com o estabelecido, quando continuaram pressionando para que as famílias seringueiras saíssem. A convivência da atividade extrativista, ao lado da Fazenda, foi difícil, quase impossível. Não houve “derramamento de sangue” naquele momento, mas o “veneno” jogado de avião sobre os lotes, logo depois que os seringueiros se estabeleceram neles, foi determinante

para muitos desistirem de continuar residindo no local. Sem alternativas, migraram para a periferia da cidade, como diz Emiliano: “sem emprego, sem dinheiro, sem casa, sem terra, sem nada” (RODRIGUES DA SILVA, jan. 2000).

A ofensiva dos fazendeiros continuou. Muitos outros trabalhadores, depois dos seringueiros do Carmem, sofreram atentados, violências ou foram assassinados. Mesmo depois de conquistarem as Reservas Extrativistas, melhorias continuam sendo buscadas pelos trabalhadores rurais do Acre. Como diz seu Emiliano, citando a “cantiga do piru”: *e a nossa vida continua, sempre pior.*

Os conflitos com base na posse da terra tendem a continuar, pois, de acordo com Martins (1991a), trata-se de um paradoxo inerente ao movimento da propriedade capitalista.

# REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. R. de. **Espaço, cultura, trabalho e violência no Vale do Juruá** – Acre. 2001. Tese (Doutorado em História). Orientadora: Maria Antonieta Antonacci – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- ALBUQUERQUE, G. R. de. Natureza, cultura, poder e violência no Vale do Juruá – Acre. In: **Proj. História**, São Paulo, v. 23, p. 285-302, 2001.
- ALBUQUERQUE, G. R. de. **Uma certa cidade na Amazônia acreana**. Tese de livre docente. Rio Branco: Centro de Educação, Letras e Artes, Ufac, 2019. (No prelo)
- ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANTHONY, A. *et al.* **O destino da floresta: reservas extrativistas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 17-47.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado**. 1993, f. 356. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Política de conflitos – o movimento sindical dos trabalhadores rurais e os conflitos na Amazônia (1988-1990). **Revista Pará Agrário**, Belém, n. 6/7, p. 90-100, jan./dez. 1989.
- ANDRADE, Sônia Maria Viegas. **A experiência do absoluto em Fernando Pessoa**. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/4246/4086>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- BASÍLIO, S. T. C. **A luta pela terra e a Igreja Católica no Vale do Acre Purus, 1970-1980**. 2001. 202f. Tese (Doutorado em História). Orientador: Antônio Jorge de Siqueira. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BORDIEU, P. Condição de classe e posição de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 3-26.

BORDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1997, p. 13-33.

BORDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva. 1979.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. **Lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. X-XXXIII; 1-49.

BOURDIEU, P. (2013). Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, nº 79, p. 133-144. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707>. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Acre, Superintendência Regional. **Loteamentos na Fazenda Carmem**. Dados cartográficos, 1975 (manuscrito).

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Acre, Superintendência Regional. **Relatório do levantamento preliminar para coleta de dados e informações**: imóvel Fazenda Carmem, Brasileia, set. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Cooperação Brasil-Alemanha/PPG-7. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre**. Brasília, 1999, v. 2.

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1997.

CALAÇA, M. **Violência e resistência**: o movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de reserva extrativista. 1993. 275f. Tese (Doutorado em Geografia). Orientadora: Beatriz Maria Soares



Pontes. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro.

CAMPELO, V. **O processo de ocupação e contratação de terras:** alocação dos fatores de produção e mudança tecnológica no Estado do Acre, 1970-1985. 1992, f. 54. Monografia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

CAVALCANTE, O. P. **A polêmica em torno do conceito de reserva extrativista enquanto atividade econômica sustentável.** 1993. 61f. Monografia (Graduação em Economia). Orientador: Reginaldo Fernando Ferreira de Castela. Departamento de Economia, Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 121-179.

COMARCA DE BRASILEIA. **Certidão Imobiliária,** folha 40v., livro 2-a, registro matrícula nº 36, 18 de agosto de 1976.

COSTA FILHO, O. S. **Reserva Extrativista:** desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. 1995. 156f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional). Orientador: João Antônio de Paula. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COSTA SOBRINHO, P. V. **Capital e trabalho na Amazônia ocidental:** contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA SOBRINHO, P. V. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 2001.

COSTA, A. C. **As marcas do boi:** consequências de uma política de desenvolvimento baseada em investimentos na agropecuária, 1970-1980. 1997. 62p. Monografia (Graduação em Economia). Orientador: Mâncio Lima Cordeiro. Departamento de Economia, Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

DANTAS, W. **Novo Acre**: a borracha, fator de ocupação do Acre, futuro promissor dos investidores. Rio Branco: Serda, 1973, 45p.

DANTAS, W. **Novo Acre**: agora também a independência econômica do Acre. Rio Branco: Serda, [s.d.].

DAVIS, N. Z. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 129-156.

DUARTE, E. G. **Conflitos pela terra no Acre**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.

ESTEVES, B. M. G. **Do manso ao guardião da floresta**: estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. 1999. 248f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agrícola). Orientadora: Delma Pessanha Neves. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ESTEVES, B. M. G. **Estado, ecologia e o desenvolvimento da questão agrária na Amazônia**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998.

ESTEVES, B. M. G. *et al.* **A transmissão de herança em três gerações de famílias de trabalhadores seringueiros na Reserva Extrativista Chico Mendes**. Rio Branco: Departamento de História/Ufac, 2001a, p. 12.

ESTEVES, B. M. G. *et al.* Amazônia, um espaço compartilhado: estudo de caso de famílias brasileiras que vivem na Bolívia. In: Reunião Anual da SBPC, 54<sup>a</sup>, 2002, Goiânia. **Anais ...** Goiânia: UFGO, 2002.

ESTEVES, B. M. G. *et al.* **O deslocamento do fazer político na Reserva Extrativista Chico Mendes**. Rio branco: CDIH/PZ/Ufac, 2001b.

ESTEVES, B. M. G. Trajetórias de famílias subterrâneas na fronteira do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). **Projeto História**, Educ/Fapesp, São Paulo, n. 27, 2003.

FENELON, D. R. **Metodologia, pesquisa e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 1974, p.1-11.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1989.

- GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 227-315.
- GOFF, J. Le. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, [s.d.], p. 203-231.
- GOMES, C. V. A. **Dynamics of land use in an amazonian extractive reserve: the case of the Chico Mendes Reserve in Acre, Brazil**. Florida: University Florida, 2001. (Master's Thesis).
- GOVERNO do Estado do Acre. **Informações relevantes e sugestões para um programa de ação governamental no setor primário**. Rio Branco: Governo do Estado Acre, 1975-1978.
- GOVERNO do Estado do Acre. **Novo Acre, um Estado em ação: agora também a independência econômica do Acre**. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1971.
- GUERREIRO, N. M. de O. **As andanças de Amélia: as transformações econômicas e o trabalho feminino na região acreana**. Rio Branco: Preview, 1996.
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.17-41.
- HELLER, A. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p.175-180.
- HEREDIA, B. A. de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- HIRST, P. Q. **Evolução social e categorias sociológicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- HOBSBAWN, E. Teoria e método. In: KRANTZ, F. **A outra história: algumas reflexões**. [S/I], [s/d], p.18-33.
- HOLANDA, A. B. de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 1142.

IOKOI, Z. M. G. **Igreja e camponeses**: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo. Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Fapesp, 1996.

LÖWY, M. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 6-34.

MARTINELLO, P. A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico. **Cadernos da UFAC**, Rio Branco, n. 1, série “C” – Estudos e Pesquisas, 1988, 368p.

MARTINS, J. de S. A chegada do estranho – notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (org). **O cerco está se fechando**. Rio de Janeiro: Fase, 1991b.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991a.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Lech, 1981.

MARTINS, J. de S. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 137-143.

MENEZES, M. A. As resex como alternativa ao desmatamento na Amazônia. In: ANTHONY, A. *et al.* **O destino da floresta**: reservas extrativistas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 49-72.

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NEVES, A.; LOPES, A. A situação fundiária atual. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A organização do espaço na faixa da transamazônica**. v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 89-187.

NEVES, D. P. Mudança social: exorcizando fantasmas. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 49-73, jan.jun.1995.

NUNES, J. R. P. **Modernização da agricultura** - pecuarização e mudanças: o caso do Alto Purus. Rio Branco: Tico Tico, 1991.

O RIO BRANCO. **Acre crescerá nesta década: Dantas**. Rio Branco, 18 ago.1972, p. 4.

O RIO BRANCO. **Acre pede exploração de seu petróleo e chama empresários para fortalecer sua economia**. Rio Branco, 13 maio 1971, p. 3.

O RIO BRANCO. **Paulistas vão ao Acre estudar investimentos**. Diário, 14 de jan. 1972, p. 3.

OFFE, C.; WIESENTHAL, H. Duas lógicas da ação coletiva: 1 capitalista e 1 operária. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 56-118.

OLIVEIRA, L. A. P. de. **O sertanejo, o brabo e o posseiro**: os cem anos de andanças da população acreana. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

PAULA, E. A. de. **Seringueiros e sindicatos**: um povo da floresta em busca da liberdade. 1991. 268f., f. 97. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Orientadora: Leonilde Sérvo de Medeiros. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PINTO, N. P. A. **Política da borracha no Brasil**: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec, 1984.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RÊGO, J. F. do. **Estado capitalista e políticas públicas**: Estado brasileiro, processo de ocupação capitalista e extrativismo da borracha na Amazônia. 1992, 459f., f. 322. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Orientador: Fernando Garcia de Oliveira. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

REVISTA CHICO MENDES. Rio Branco: Conselho Nacional de Seringueiros/Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri/Central Única dos Trabalhadores, jan/1989, 35p.

ROCHA, A. C. da. **Trabalho e dominação nos seringais do Acre**. 1998, f. 94. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

ROESLER, R. **Análise da rentabilidade econômica da pecuária**. 2000. 80f., f.10. Monografia (Graduação em Economia). Orientador: Robinson Antônio da Rocha Braga. Departamento de Economia, Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2010.

ROLNIK, S. **É preciso fazer um trabalho de descolonização do desejo**. Entrevista com Suely Rolnik – Instituto Humanitas Unisinos – IHU – /Adital (2019). Pub. El Salto, 24 jul. 2019 (Trad. Cepat.).

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 9-195.

SAFRA, G. **A po-ética na clínica contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Idéias&Letras, 2004.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: EdUnesp, 1992, p. 39-62.

SIGAUD, L. *et al.* Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. **Revista Ciências Sociais Hoje/Anpocs**, São Paulo, 1987 p. 215-290.

SILVA, J. Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. Graziano da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- SILVA, J. Porfiro da. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Rio Branco: Departamento de Economia/Ufac, 1999. (Não publicado)
- SILVA, J. Porfiro da. **Os condicionantes econômico e político da expansão agropecuária no espaço acreano**. 1991, 47f., f. 42. Monografia (Graduação em Economia). Orientador: Reginaldo Fernando Ferreira de Castela. Departamento de Economia, Universidade Federal do Acre, Rio Branco.
- SOUZA, C. A. A. de. **Varadouros da liberdade**: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasiléia-Acre. 1996. 305f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- TEIXEIRA, F. L. C. *et al.* **CEBs – cidadania e modernidade, uma análise crítica**. São Paulo: Paulinas, 1993.
- THOMPSON, E. P. O termo ausente: a experiência. In: THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMSON, A. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-71, abr. 1997.
- UFAC. Parque Zoobotânico. **Mapa da Reserva Extrativista Chico Mendes**: Fazenda Carmem, 1999.
- VARADOURO. **Migração**, uma história de cem anos. Rio Branco, set. 1977, p. 9-13.
- VARADOURO. **Por uma economia mais “nossa”**. Rio Branco, v. 1, n. 4, p. 3-4, set. 1977.
- VARADOURO. Rio Branco, Ano I, n. 4, set. 1977, p. 12.
- VARADOURO. **Um jornal das selvas**. Edição de estréia. Rio Branco, mai. 1977.
- VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- WEIL, S. O enraizamento. In: BOSI, E. (org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2ª ed., trad. de Therezinha Gomes Garcia Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

## **Relação dos entrevistados e informações adicionais**

ALVES DA SILVA, Luzimar. 57 anos, seringueira e agricultora na área da reserva legal da Fazenda Carmem. Brasileira, entrevista: 30 jan. 2000.

AMÂNCIO RODRIGUES, Osmarino. 43 anos, líder sindical e seringueiro na Colocação Pega Fogo, Seringal Humaitá. Brasileira, entrevistas: Rio Branco, 06 mar. 2000; 31 jul. 2002.

ARAÚJO, Cícero Galdino de. 65 anos, membro-fundador do STR e do PT/Brasileia, entrevistas: 31 jan. 2000; 02 jun. 2002.

ARCANJO DA SILVA, Jorge. (Paca) 60 anos, capataz da fazenda Carmem, durante a década de 1980. Brasileira, entrevista: 03 nov. 2001.

CARNEIRO DA SILVA, Antônio. 62 anos, foi vizinho dos loteamentos indenizatórios, seringueiro e dirigente do STR. Brasileira, entrevista: 29 jan. 2000.

DAMASCENO, Anália Soares. 60 anos, ex-seringueira. Brasileira, entrevista: 02 fev. de 2000.

JOSEFA RODRIGUES DA SILVA, 88 anos, participou do 1º empate no Carmem. Brasileira. Entrevista: 07 set. 2002.

LOPES, Antônia Soares. 52 anos, ex-seringueira, membro fundadora do STR de Brasília de 1975 a 1985. Brasileira, entrevista: 31 jan. 2000.

MEDEIROS DE SOUZA, Joaquim. Proprietário da Fazenda Carmem, Brasileira, entrevista: abr. 2002.

MEDEIROS FILHO, Francisco de Souza. Chiquinho, proprietário e administrador da Fazenda Carmem. Rio Branco, entrevista: 08 ago. 2002.

MESSIAS, Francisco Rodrigues. 62 anos. Brasileira, entrevistas: 01 fev. 2000; 01 jun. 2002.

PACHECO DA SILVA, Francisco. 67 anos, ex-seringueiro. Brasileira, entrevistas: 02 fev. 2000; 30 jan. 2000; 02 jun. 2002.

PEREIRA, Francisco Alves. 51 anos, presidente do STR Brasileira, entrevista: 30 jan. 2000.



RIBEIRO RODRIGUES, José Alberto. Coordenador de monitoramento e fiscalização da Reserva Extrativista Chico Mendes/ CNPT/Ibama. Rio Branco, entrevista: 30 jul. 2002.

ROCHA, José Maria Pereira da. 44 anos, tecnólogo em topografia e estradas/Incra. Rio Branco, entrevista: 01 ago. 2002.

RODRIGUES DA SILVA, Emiliano. 59 anos, membro-fundador do STR e do Partido dos Trabalhadores de Brasileia, entrevistas: 31 jan. 2000; 01 jun. 2002.

RODRIGUES, Gomercindo Clovis Garcia. Assessor do Conselho Nacional de Seringueiros, em 1990. Rio Branco, entrevista: 01 ago. 2002.

RODRIGUES, Zely Lopes, 32 anos. Brasileia, entrevista: 30 jan. 2000.

SILVA, J. R. Brasileia, entrevista: set. 2002.

VALE, F. I. da C. do. Engenheiro agrônomo, Rio Branco, entrevista: nov. 1999; ago. 2002.

# POSFÁCIO<sup>33</sup>

O trabalho [*Carmem: era uma vez um seringal*] dispõe de todos os méritos acadêmicos para publicação. Sem falar de sua importância no contexto do estado do Acre, que neste ano, completa sessenta anos de sua elevação formal à categoria de Estado da Federação. O texto é bem estruturado em uma lógica fácil de entender o problema posto – as mutações de um seringal inserido em uma trajetória histórica do processo de desestruturação da economia da borracha, tal como funcionava ao longo de boa parte do século XX, em direção às “novas” formas de organização socioeconômica.

Ao longo do texto (com grau de coesão textual apropriado), percorre-se os momentos fundamentais de aflição pelos quais os seringueiros atravessaram a partir da década de 1970, face ao avanço de novos atores imbuídos de interesses contrários à permanência daqueles em suas localidades tradicionais, assim como, trata-se das contradições intrínsecas a este movimento, ou seja, as não tão frutíferas esperanças de construir novas oportunidades a partir das lutas que foram construídas/estabelecidas. Abriu-se portas, mas ao longo do tempo, não vieram a se constituir em novas formas consolidadas de vida para os antigos seringueiros.

Considerando que o trabalho está estruturado e construído dentro de uma perspectiva histórica (entendida dentro da abrangência das humanidades), entendemos que o mesmo atende os critérios de mérito para publicação (incluindo abrangência de tratamento do objeto), assim como os requisitos técnicos (formais e literários).

Rio Branco, 16 de março de 2022.

***José Porfiro da Silva***  
Professor de Economia - Ufac

---

<sup>33</sup> Texto do parecer que, a pedido da autora, o emissor autorizou constar deste Posfácio.

## SOBRE A AUTORA



**O**rmifran Pessoa Cavalcante possui Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Acre (Ufac). É mestra em História do Brasil, por meio do Minter-Ufac e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Desde 2008, presta serviços à Editora da Universidade

Federal do Acre, dedicando-se às atividades administrativas, comerciais, editoriais e na preparação de originais encaminhados para publicação pela Edufac. Além disso, desenvolve trabalhos de revisão textual e padronização conforme ABNT. Em 2000, integrou a equipe de elaboração de Levantamentos Socioeconômicos para o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS-AC). Atua principalmente nos seguintes temas: economia, extrativismo, história, trabalhos de consultoria em pesquisas na graduação e na pós-graduação.





### ***Carmem: era uma vez um seringal***

**É** uma história sobre o primeiro empate, ocorrido em Brasileia, Acre, em 1976. Empate foi o termo usado para a ação coletiva dos trabalhadores do seringal e suas famílias para impedir o desmatamento nas áreas onde moravam e de onde extraíam recursos para seu sustento. A organização dos trabalhadores rurais desse município assumiu contornos mais definidos e desencadeou resistências às ofensivas dos fazendeiros. Seus resultados iniciais não significaram garantias de uso da terra para muitos dos que ali lutaram, mas contribuiu para outras conquistas nesse campo, como as Reservas Extrativistas. O estudo analisa a trajetória de vida das famílias moradoras do Seringal Carmem, as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento econômico baseado na pecuária, as redes de relações sociais construídas por trabalhadores rurais, processos indenizatórios em questões fundiárias, movimentos sociais organizados no campo, propriedade e posse da terra, migrações no interior do Estado e em sua fronteira com a Bolívia.